

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANGELO CARNIELETTO MÜLLER

**LULA: A AVENTURA DO HERÓI
ATRAVÉS DA NARRATIVA DO JORNAL NACIONAL**

Porto Alegre

2014

ANGELO CARNIELETTO MÜLLER

**LULA: A AVENTURA DO HERÓI
ATRAVÉS DA NARRATIVA DO JORNAL NACIONAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-Graduação da Faculdade dos Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Jacques Alkalai Wainberg

Porto Alegre

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M958L Müller, Angelo Carnieletto
Lula : a aventura do herói através da narrativa do jornal nacional / Angelo Carnieletto Müller. – Porto Alegre, 2014.
192 f. : il.

Diss. (Mestrado) – FAMECOS, PUCRS.
Orientação: Dr. Jacques Alkalai Wainberg.

1. Comunicação Social. 2. Jornalismo Político – Brasil.
3. Silva, Luiz Inácio Lula da - Política e Governo. 4. Jornal Nacional (TV Globo) - Crítica e Interpretação. 5. Mitos.
I. Wainberg, Jacques Alkalai. II. Título.

CDD 079.81

**Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297**

ANGELO CARNIELETTO MÜLLER

**LULA: A AVENTURA DO HERÓI
ATRAVÉS DA NARRATIVA DO JORNAL NACIONAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-Graduação da Faculdade dos Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jorge da Costa Campos

Prof. Dr. Roberto Tietzmann

Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg

Porto Alegre

2014

Dedico esta dissertação aos amigos e colegas que tanto apoiaram e incentivaram o meu crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos aqueles que participaram da minha vida durante estes últimos dois anos de estudo e aprendizado, dividindo comigo as dores e alegrias, os sorrisos e os prantos que tomam nossa alma quando nos encontramos diante dos grandes desafios. Foram muitas as pessoas que estiveram ao meu lado desde o princípio, me incentivando e acreditando neste projeto. E outros tantos, de igual importância, somaram-se ao longo da trajetória e dividiram comigo também os difíceis momentos de ausência.

Meu pai e minha mãe, que sempre incentivaram, proporcionaram e formaram a base da minha educação. Especialmente meu pai, pelas longas conversas sobre os temas do meu trabalho. À minha irmã, Thaís, pelas arejadas e construtivas trocas que tivemos entre mestrando e doutoranda. À Vivian Hermann, pelo ouvido atento e a manutenção do foco na reta final. À Fernanda, pelo carinho, incentivo e inspiração. E aos amigos e amigas que mesmo longe, sempre estiveram perto e se fazem lembrados aqui.

Agradeço também a todos os professores com quem tive a oportunidade de conviver nestes dois anos, no PPGCOM e PPGL, pela paciência, atenção e pelos conhecimentos que adquiri. Vocês possibilitaram a mim assistir, das cadeiras que ocupei, à abertura dos meus próprios horizontes, e a visualização, sempre de um ponto de vista cada vez mais distante, como um bom aprendiz, de como é amplo o universo do conhecimento.

Especialmente gostaria de agradecer ao meu orientador, o professor Doutor Jacques Alkalai Wainberg, pessoa que admiro e em quem me espelho desde a graduação - e lá se vão quase 20 anos. Fui buscar nele o amparo e a segurança para levar adiante um projeto que até então seria o mais importante da minha vida, e recebi incondicional apoio, incentivo e o maior de todos os créditos, a confiança do mestre que possibilitou a realização de um trabalho tão intenso, mas igualmente prazeroso.

Muito obrigado a todos.

O herói morreu como homem moderno; mas como homem eterno – aperfeiçoado, não específico e universal -, renasceu. Sua segunda e solene tarefa e façanha é, por conseguinte, retornar ao nosso meio, transfigurado, e ensinar a lição de vida renovada que aprendeu. (CAMPBELL, 2007, p. 28)

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo interdisciplinar sobre a representação da personalidade mítica de Luís Inácio Lula da Silva nos discursos do Jornal Nacional da Rede Globo. A partir da pesquisa sobre os significados das figuras míticas em autores como Mircea Elíade, Claude Levi-Strauss, Gilbert Durand e Raoul Girardet, e tendo por base a proposta de Joseph Campbell (2007), o autor procurou confirmar, utilizando-se do método da Análise do Discurso (AD) francesa, a incidência das reportagens escolhidas como objetos de estudo em momentos que representassem a Partida, Iniciação e Retorno, além da influência do caráter mítico sobre a construção narrativa dos discursos telejornalísticos. O estudo partiu de uma fundamentação teórica que levou em conta o desenvolvimento da figura do Mito a partir das sociedades arcaicas até os dias de hoje, a formação da sociedade do espetáculo e a problematização da TV como veículo de transmissão de mensagens no Brasil. Através da identificação das ideologias presentes e atuantes nos discursos, das contextualizações sócio-históricas dos momentos vividos pelo personagem de Lula nos últimos quarenta anos, foi possível encontrar evidências para o autor confirmar suas hipóteses apoiado nos estudos sobre televisão, jornalismo e mito.

Palavras-chave: Jornalismo. Política. Mito. Narrativas audiovisuais. Lula.

ABSTRACT

This is an interdisciplinary work that focuses on the representation of the mythic personality of Luís Inácio Lula da Silva at the discourses of Jornal Nacional, from Rede Globo. From the research of the mythic character's meaning found in authors as Mircea Eliade, Claude Lévi-Strauss, Gilbert Durand and Raoul Girardet, and laying the research at the Joseph Campbell's (2007), the author tried to confirm, using the French Analysis of the Discourse, the incidence of those discourses in the moments that could represent the Leaving, Initiation and the Return from Campbell's study about the Hero's adventure. The work began considering the development of the Myth in the ancient societies from those days till now on, the beginning of the spectacular society and the TV issues as a message carrier in Brazil. Through the identification of the ideology that lives in the discourses and a social and historical contextualization on the last 40 years, was possible to find evidences to confirm the hypothesis that moved the author through this work.

Key-words: Journalism. Politics. Myth. Audiovisual Narratives. Lula.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	MITOLOGIA.....	21
2.1	O CONCEITO CLÁSSICO.....	21
2.2	A PERDA DO SENTIDO.....	27
2.3	AS NARRATIVAS DO CICLO COSMOGÔNICO.....	29
2.4	O HERÓI.....	33
2.5	A AVENTURA DO HERÓI DE JOSEPH CAMPBELL.....	36
2.5.1	A Partida.....	37
2.5.2	A Iniciação.....	38
2.5.3	O Retorno.....	41
2.6	A DINÂMICA DO HERÓI POLÍTICO.....	42
2.7	MITOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA.....	52
2.8	O MITO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA.....	56
2.8.1	Da infância ao Sindicato.....	56
2.9	O MITO DO JORNALISMO.....	63
3	MÍDIA.....	67
3.1	MITO E HISTÓRIA NA MÍDIA.....	67
3.2	MÍDIA HOJE.....	71
3.3	TELEVISÃO.....	78
3.4	TELEVISÃO E POLÍTICA.....	86
3.5	PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA.....	99
3.5.1	Newsmaking.....	99
3.5.2	Enquadramento.....	101
3.6	GÊNERO REPORTAGEM.....	102
3.7	EDIÇÃO.....	104
3.7.1	Texto, áudio e imagem como elementos do discurso.....	104
4	METODOLOGIA: ANÁLISE DO DISCURSO (AD) FRANCESA.....	110

4.1	ANÁLISE.....	115
4.1.2	Objeto 1: Greve do ABC (1979)	115
4.1.3	Objeto 2: Posse Lula (2003)	126
4.1.4	Objeto 3: Transmissão do cargo (2010)	151
	4.1.5	
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178
	ANEXO A.....	190
	ANEXO B.....	191
	ANEXO C.....	192

1. INTRODUÇÃO

A importância das narrativas jornalísticas na formação do imaginário social se tornou um dos grandes mitos da atualidade. Um mito vilão, anti-heroico, que leva as pessoas a se perguntarem se é mesmo possível que aquilo em que acreditam, muitas vezes como verdades absolutas, seja em parte uma construção resultante da forma como a história lhes fora apresentada. Aceitar essa realidade - a que estamos todos sujeitos – mantendo um distanciamento é a tarefa que nos cabe como analistas das condições de produção dos discursos midiáticos.

Afinal, que outra maneira tem o homem para conhecer minimamente a realidade que lhe cerca e satisfazer sua vontade de saber, que não a de servir-se das interpretações e transformações em narrativas que seus referenciais lhe apresentam? Se é verdade o que pensava John Locke, já no final do séc. XV, sobre as qualidades humanas não serem inatas, ou seja, nascidas com o homem, tampouco poderiam o ser a cultura e o conhecimento.

Um bom exemplo da importância e complexidade das narrativas jornalísticas sobre os sistemas de crenças encontramos nas manifestações que a sociedade brasileira testemunhou em junho de 2013. Manifestações que tiveram como alvos especialmente a política e a mídia, especialmente das grandes corporações como a Rede Globo, porque, para muitas pessoas, tanto quanto os desmandos políticos, as representações da realidade fornecidas pela imprensa seriam responsáveis pelos problemas que o país enfrenta.

Dessas revoltas, poderíamos selecionar diversas nuances, mas destacamos de maneira especial o levante simultâneo contra a classe política e os meios de comunicação, dois pilares tradicionais dos regimes democráticos. No Brasil, mídia e política costumavam colocar-se como verdadeiros representantes dos interesses sociais, e disputavam por vezes a legitimidade desse papel. Mas depois de junho de 2013, ficou claro que esses dois campos não tinham o respaldo que imaginavam. A realidade que levou milhares de jovens às ruas já vinha sendo observada com a queda

na confiança das instituições políticas e jornalísticas¹ apontadas, desde 2011, pelas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No Brasil, revoltar-se contra a classe política não é uma novidade. Há 22 anos, uma série de denúncias publicadas pela imprensa desencadeou o movimento dos “caras-pintadas”, que levou ao o impeachment do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, acusado de fazer parte de um esquema de captação de recursos para campanhas políticas denominado “Caixa-dois”.

Não há dúvida de que as manifestações de 1992 e 2013 constituíram os maiores movimentos da história democrática do país e que, pelo menos em algum nível, contaram a ajuda de organizações político-partidárias. Mas além disso, há algo que nos chama a atenção que está relacionado com os contextos em que se deram esses movimentos: tanto em 1992 quanto em 2013, o Brasil vivia sob a influência da imagem mítica de um salvador. O primeiro de direita, ocupava o cargo. O segundo, de esquerda, elegera seu sucessor. Collor e Lula são respectivamente os grandes mitos que chegaram à presidência do país desde Getúlio Vargas. Representaram, cada um à sua maneira, a esperança e a sede de mudança, o populismo e a renúncia aos vícios administrativos. Como todo o mito, remeteram a sociedade brasileira a um tempo “primordial” onde prevaleceriam os valores da justiça, igualdade e comunhão, tal qual nos acostumamos a ouvir desde crianças nas histórias que formaram nosso referencial mítico.

O idealismo dos mitos é responsável pelo seu carisma e magnetismo. Através destes heróis, a sociedade se reconhece e reencontra, comunga a fé e os sentimentos unificadores das comunidades que podem marchar em direção ao futuro. E é justamente nessa fé, nessa união e motivação, como veremos ao longo deste trabalho, que encontra-se o sentido para existência dos mitos e a justificativa para que eles ainda façam parte das nossas representações de mundo.

Nos campos da psicologia, antropologia e mitologia, encontramos as referências de Carl Gustav Jung, Claude-Levi Strauss, Gilbert Durand, Joseph Campbell

¹ Fonte: Índice de confiança nas Instituições 2013, IBGE.

e Mircea Eliade, que apontaram para a manutenção da influência mítica sobre a forma como apreendemos e processamos nossas experiências de vida. E essa é a hipótese que norteia a construção desse trabalho, quando buscaremos compreender de que forma a narrativa telejornalística é influenciada pela lógica das narrativas míticas, tendo por objeto de estudo o mito sobre a figura de Luís Inácio Lula da Silva.

Vivemos hoje inseridos em um ambiente supermediatizado, o que equivale a dizer que estamos de tal maneira “contaminados” pelos discursos propagados pela mídia, que mal somos capazes de imaginar um mundo arcaico, anterior à escrita, onde a oralidade e os desenhos foram as principais formas de comunicação. Mesmo assim, nesse mundo predominantemente imagético, remoto e quase inacessível, surgiram as primeiras e mais cativantes histórias míticas, os principais deuses e heróis de que temos notícia. Onde os primeiros povos tomaram consciência de sensações como o medo, a culpa e o terror, e onde também cunharam-se as noções de heroísmo, dignidade e caráter que povoam até hoje o imaginário da sociedade moderna.

Houve o tempo em que as histórias eram contadas ao redor do fogo. Através dos discursos de hábeis oradores, formavam-se imagens e despertavam-se emoções nas mentes e corações de audiências que eram entorpecidas por tais narrativas. Desses encontros, resultavam os aprendizados sobre si mesmos, sobre o mundo e sobre a cultura em que estavam inseridos. Aos poucos, assim, eram formados os conjuntos de histórias que constituiriam mais tarde o que Gilbert Durand (1987) chamou de *constelações mitológicas*.

Consideramos aqui os primórdios da comunicação codificada, onde a primeira e mais importante ferramenta era de fato a própria língua. Nesse período de sociedades orais e pré-letradas, dependeu-se principalmente da memória para disseminar a cultura e o conhecimento. Foi preciso desenvolver recursos como a rima, o ritmo, a melodia e a repetição, para lembrar e transmitir informações através das narrativas. Essas técnicas possibilitaram que as histórias sobre a criação do mundo - e as explicações fabulosas sobre os principais fenômenos naturais - fossem lembradas e retransmitidas, juntamente com seus personagens, por anos e anos até adquirirem a forma de lendas e mitos.

Como tendemos a recordar melhor as coisas que foram mais profundamente sentidas, as palavras memoráveis numa tradição oral são com frequência aquelas mais preñes de sentimento grupal e aquelas que mantêm vivo no indivíduo o sentido infantil de dependência, os terrores e entusiasmos dos jovens e algo de sua reverência pelos velhos (RIESMAN, David, 1974)

O afastamento gradual que sofreu o homem da sua compreensão do mundo a partir da dimensão mítica só foi ocorrer com o desenvolvimento da escrita. Um paradoxo na medida em que, se por um lado proporcionava o agrupamento e a disseminação dos conhecimentos e criava a base para o desenvolvimento da ciência, por outro quebrava uma série de paradigmas culturais baseados na mitologia que representavam para o homem o sentido de unidade tribal (McLuhan, 1972).

Mesmo assim, a sociedade jamais deixou de alimentar a fé pelos seus mitos. O desenvolvimento da escrita e principalmente do papel, possibilitou que a integridade de algumas narrativas ultrapassasse fronteiras e alcançasse lugares que, sem essas ferramentas, jamais seriam atingidos. Talvez o caso mais emblemático seja o do Cristianismo, que se propagou pelo mundo através da bíblia, e contou com a ajuda do Imperador Constantino, que proibiu as publicações que não estivessem de acordo com a doutrina cristã.

O papel determinante das tecnologias que aumentariam o nosso poder de comunicação e com ele a presença da palavra – no sentido de discurso e poder - em lugares cada vez mais distantes, não se faria sentir apenas na religião. Ciência, arte, guerras, esportes e política, todos os campos, através da reprodução de textos e depois de imagens, continuaram fornecendo os elementos que preenchem até hoje um espaço importante do entendimento humano, onde habitam sentimentos como a fé e a esperança, na busca por encontrar sentido para a vida através de arquétipos e atos extraordinários que os exemplos míticos nos proporcionam.

Narrativas míticas sempre foram carregadas de emoções. Elas tinham como uma de suas principais funções, formar e fortalecer os sentidos que unificavam os indivíduos em torno do conceito de tribo. Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação como a escrita, o papel e o telégrafo, a forma de acessar as narrativas se

tornou pessoal, individual, e isso pode ter representado também uma perda em termos de consciência tribal.

A disseminação e a construção de mitos políticos através da literatura e, principalmente, do jornalismo impresso, ganhou importância à medida em que mais pessoas foram alfabetizadas e passaram a consumir esses produtos. Nos Estados Unidos, por exemplo, atribui-se a força das fundações míticas ao fato de que as colônias foram fundadas na era da impressão, principalmente por Puritanos, que escreviam e imprimiam sobre seus hábitos criando uma série de metáforas para justificar seus procedimentos. Essa prática teria se transformado em cultura e atingiria gerações de romancistas e poetas que conscientemente produziram a literatura épica da unificação norte-americana que conhecemos até hoje. Através da repetição dessas histórias e dos mitos que surgiram delas mesmas, foi criada a base do panteão mítico americano (Yanarella, 1988).

Essa realidade seria potencializada com surgimento dos meios eletrônicos de comunicação. Inicialmente, com o desenvolvimento do rádio, foram os nazistas que o utilizaram como um instrumento de unificação e persuasão em torno do mito do Führer. Isso foi realizado através da redução extrema do número de jornais em circulação, da queima de livros e da aposta de Goebbels no novo veículo que serviria para “destruir o espírito da rebelião” (GIOVANINI, 1987)². O mesmo aconteceu em torno da figura de Mussolini na Itália enquanto, na Inglaterra, o potencial do rádio cumpria uma função semelhante, de manter elevado o moral da tropa nos campos europeus, enquanto os discursos de Winston Churchill eram transmitidos pela British Broadcasting Company.

No Brasil, o rádio seria uma importante ferramenta na construção da imagem pública de Getúlio Vargas como o “o pai dos pobres”. A eficácia como um veículo de ampla abrangência ficaria consolidada com a criação, em 1939, do Departamento de

² Nesse ponto é inevitável não lembrar de Harold Innis e traçar uma análise baseada na sua teoria sobre o Viés da Comunicação, o rádio seria um novo meio, que se sobreporia à escrita e pressupunha a possibilidade de dominar culturalmente toda a Europa. A onda eletromagnética, por ser mais “leve”, proporcionaria maior alcance espacial enquanto tenderia para a descentralização do poder e a menor durabilidade no tempo.

Imprensa e Propaganda (DIP) - tendo o rádio como principal meio de comunicação (Bezerra & Lima, 2009).

Mas o grande salto na relação entre produção de mitos e comunicação seria dado pelo aparelho de televisão, ao reunir imagem e som e remeter o telespectador, como propôs McLuhan, a uma reconciliação com o status tribal que havia sido perdido 3000 anos antes com o surgimento da escrita. Para McLuhan, os meios de comunicação eletrônicos promoviam características semelhantes às do meio oral; circularidade, simultaneidade, informalidade entre outras (Meyrowitz, 2001).

A ideia de que a televisão, ao ampliar e simplificar a distribuição da imagem, antes restrita à fotografia e ao cinema, e ao transportar esse apelo tecnológico para dentro da sala de estar transformou o homem do século XX, é aceita por toda a comunidade científica a partir dos estudos realizados por Harold Innis, Marshal McLuhan e por teorias da psicologia social, como a do Interacionismo Simbólico (Blummer, 1937).

O encantamento da TV sobre a audiência significava, tanto para a indústria midiática como para o jornalismo, o nascimento de um interessante mercado de exploração. Com a popularização dos aparelhos e o desenvolvimento de uma narrativa específica, o *Hard News*, as notícias também se transformariam em produtos carregados de um valor negociável.

Mas como vimos, a construção dos mitos, fossem eles religiosos, científicos ou políticos, nunca esteve condicionada à existência dos meios de comunicação. Entretanto, desde o seu surgimento, as formas que o homem utilizou para armazenar, reproduzir e disseminar seus conhecimentos, foram percebidas também como ferramentas para o exercício do poder político.

No Brasil, a televisão é considerada a principal fonte de informação. De acordo com uma pesquisa encomendada pelo Governo Federal em 2010³, enquanto 94,2% da população tinha o hábito de assistir televisão diariamente, o percentual de ouvintes de

³ Fonte: Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira II. Meta pesquisas de opinião, 2010. Anexo I.

rádio era de 75,9%; de leitores de jornal, 44,2% e de revistas, 33%. Como distribuidora de entretenimento e informação, a televisão aberta no Brasil chega a quase 100% dos lares⁴ com um faturamento de R\$ 19,7 bilhões em 2011⁵. Enquanto isso, nesse mesmo ano, estima-se que a TV por assinatura tenha faturado R\$ 16,9 bilhões e atingido cerca de 48 milhões de brasileiros⁶.

Segundo a mesma pesquisa⁷, em 2010, apenas 5,8% dos entrevistados não assistiam nenhum tipo de telejornal. E entre os que assistiam, o Jornal Nacional (Rede Globo) tinha 49,9% da audiência, seguido por Jornal da Record (Rede Record), 11,5%, e Jornal da Globo (Rede Globo), 5,7%.

Por tratar-se de uma representação interpretativa de fatos reais, o jornalismo é considerado a narrativa que mais se aproxima da realidade. E como nos explica Luiz Gonzaga Motta (2005), as notícias, ainda que veiculadas separadamente, agrupam-se para formar um acontecimento integral em nosso imaginário e dessa forma construir a visão que temos sobre o mundo exterior. Assim vão sendo constituídos os discursos e as representações dos mitos. Motta (2005) busca o apoio do psicólogo americano Jerome Bruner (1998), para lembrar que essa forma de reunir os dados, mesmo quando dispostos aleatoriamente, e organizar a experiência de uma forma narrativa e lógica - ou seja, que apresenta princípio, meio e fim - com implicações de responsabilidade e causalidade, é um “impulso humano anterior à aquisição da linguagem” (Motta, 2005, p.2).

Desta forma, construímos nossa proposta de trabalho tendo como objetivos observar de que maneira os discursos do Jornal Nacional representam a imagem mítica de Luís Inácio Lula da Silva, a partir da proposta de Joseph Campbell para a *Trajétoria*

⁴ Fonte: Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira II. Meta pesquisas de opinião, 2010. Anexo I.

⁵ Fonte: < <http://outrocanal.blogfolha.uol.com.br/2012/12/24/tv-aberta-cresce-9-em-faturamento-em-2012/> >

⁶ Fonte: G1: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/07/faturamento-de-tv-por-assinatura-supera-o-da-tv-aberta-no-brasil.html> >

⁷ Fonte: Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira II. Meta pesquisas de opinião, 2010. Anexo I.

do *Herói* (Campbell, 2007); e encontrar o momento em que o personagem se encontra nessa proposta teórica. As hipóteses que norteiam nossa pesquisa são as seguintes: A história política de Lula se enquadra na *trajetória do herói* de Campbell; e a lógica da narrativa mítica se sobrepõe à jornalística como forma de garantir o espetáculo.

Como instrumento de pesquisa, escolhemos a Análise de Discurso (AD) francesa por ser o método que se preocupa com as formas de produção de sentido, ou seja o método que teoriza a interpretação (Orlandi, 2001).

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação... não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 2001, p.26).

Assim, apesar de tratar-se originalmente de um método para a análise de textos, pareceu ser o mais adequado para uma avaliação dos discursos do Jornal Nacional sobre Luís Inácio Lula da Silva e seu personagem mítico, uma vez que o audiovisual nada mais é do que um discurso em sua complexidade.

Para auxiliar nosso trabalho, desenvolvemos um roteiro que formalizará nossa análise. Nele, consideraremos a formação dos sentidos míticos sobre Lula a partir dos contextos de produção e dos interdiscursos, da retórica evidenciada pelo conjunto de elementos como paráfrases, polissemias e metáforas constituídas pelos textos e possibilidades técnicas do audiovisual, e da relação entre esses sentidos e as fases da Aventura do herói de Joseph Campbell.

A delimitação do nosso corpo de análise buscou possibilitar essa relação entre os momentos históricos da carreira política de Lula e a teorização de Campbell (2007) sobre a Aventura do Herói, constituída por *A Partida*, *A Iniciação* e *O Retorno*.

Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão (ORLANDI, 2001, p.63).

Assim, *A Partida* está representada pelo início da vida política de Lula à frente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo; *A Iniciação* está

representada na vitória em 2002, no escândalo do mensalão e na reeleição em 2005; e *O Retorno*, que está representado pela saída do personagem do Palácio do Planalto. Um segundo fator que orientou a delimitação dos nossos objetos foi a escolha do tipo de material a ser analisado, oportunidade em que elegemos a reportagem como aquele que melhor representa o potencial discursivo da televisão em termos de possibilidades de uso de elementos técnicos. Por fim, após entrarmos em contato com a Rede Globo e sua afiliada em Porto Alegre, a RBS TV, e não obtermos resposta quanto a possibilidade de utilizar o acervo das emissoras, restou procurarmos o material disponível na internet que obedecesse aos critérios de contextos que desejávamos observar, e a esse material foi possível encontrar especialmente no site mantido pela própria Rede Globo, “Memória Globo”, e na rede de compartilhamentos de vídeo “Youtube” durante os meses de novembro e dezembro de 2013 e janeiro e fevereiro de 2014.

Além dos objetos que selecionamos para a nossa análise, observamos exaustivamente reportagens, entrevistas, participações em programas de outras emissoras e artigos em veículos impressos, formando assim um corpo paralelo que nos auxiliou na interpretação e contextualização dos discursos e dos momentos históricos por que passava nosso personagem.

A lista de objetos de análise está constituída assim pelas seguintes peças de vídeo:

1. *A Partida* - Reportagem de Carlos Nascimento sobre a Greve dos trabalhadores do ABC Paulista exibida em 20 de março de 1979⁸;
2. *A Iniciação* - Abertura do Jornal Nacional e reportagem de Zileide Silva sobre a posse de Lula exibidos em 01 de janeiro de 2003⁹;

⁸ Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/greves-do-abc.htm>>

⁹ Disponível em: <<http://globov.globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/eleicoes-presidenciais-2003/2347085/>>

3. *O Retorno* - Reportagem de Zileide Silva sobre a despedida de Lula exibida em 01 de janeiro de 2011¹⁰.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=W7LwDTG88b0>>

2. MITOLOGIA

O conceito de mito admite algumas interpretações conflitantes. Conforme nos explica o antropólogo e filósofo francês Claude Lévi-Strauss (1978), por volta dos séculos XVII e XVIII, através das ideias de Bacon, Descartes, Newton e outros, tornou-se necessário à ciência levantar-se e afirmar-se contra as velhas gerações de pensamento místico e desenvolveu-se a noção de que o conhecimento só podia existir se voltasse as costas ao mundo dos sentidos.

Para o autor, essa tornou-se a ideia corrente, nascida enquanto se pesquisavam as lendas dos povos selvagens. Diante da ciência, as histórias se provavam absurdas e fabulosas, tornando-se convencional associar o irreal, ilusório ou mentiroso ao vocábulo “mito” (MIGUEL, 1998). Essa visão positivista passou a ser questionada por pensadores como os que formaram o Círculo de Eranos, em 1933, justamente por não considerar reais os efeitos que o mito desencadeia.

Para os antropólogos e os historiadores do sagrado, o mito deve ser concebido como uma narrativa: narrativa que se refere ao passado... mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo... Para outros, em compensação, a noção de mito permanece confundida com a de mistificação: ilusão, fantasma ou camuflagem... Para outros, enfim, leitores de Georges Sorel e da *Réflexions sur la violence*, o mito é essencialmente apreendido em sua função de animação criadora... é apelo ao movimento, incitação à ação e aparece em definitivo como um estimulador de energia de excepcional potência. (GIRARDET, 1987:12)

2.1 O CONCEITO CLÁSSICO

A função primária da mitologia e dos ritos sempre foi a de fornecer os símbolos que levam o espírito humano a avançar, opondo-se àquelas outras fantasias humanas constantes que tendem a levá-lo para trás. (CAMPBELL, 1989, p. 21).

Ao longo da nossa história, as mesmas narrativas que ajudaram a fundar a cultura dos povos ancestrais percorreram o longo caminho entre a inspiração e a devoção de que eram objeto para finalmente associarem-se ao improvável e carente de realidade. Essas narrativas desceram dos céus para um julgamento que, no primeiro momento, lhes condenou à escuridão frente à luz da ciência e, mais tarde, à associação do seu significado, do divino e paradigmático, para com o vazio do que é irreal e ilusório, quando a essas histórias convencionou-se chamar de “*mitos*”.

Mas qual o sentido da palavra mito? Algo que remete a uma história sem fundamento verdadeiro ou, pelo contrário, seria uma representação de caráter significativo da realidade? Atualmente, podemos dizer que qualquer resposta está correta. Essa palavra, que admite aplicação tanto para aquilo que ilude, quanto para o que é reconhecido como inspiração, sempre esteve ao lado do homem através das narrativas que contam a sua trajetória.

A acepção original da palavra mito remete às sociedades arcaicas, relacionando-se ao que era considerado sagrado, exemplar e significativo. O mito, apesar de muitas vezes comportar elementos fantásticos, sempre fizera referência a algo verdadeiro e inspirador - como as diferentes versões apresentadas pelos povos antigos para a formação do planeta e o nascimento do homem. Apesar de o mito ter se confundido como uma representação do irreal é possível dizer que ainda represente o que, de alguma forma, sirva a ela de exemplo. Ou seja, sua função permanece praticamente inalterada.

Em todo o mundo habitado, em todas as épocas e sob todas as circunstâncias, os mitos humanos têm florescido; da mesma forma, esses mitos têm sido a viva inspiração de todos os demais produtos possíveis das atividades do corpo e da mente humanos. (CAMPBELL, 2007, p. 15).

Na profundidade do significado do vocábulo “*mito*” está a sua repercussão. Elemento esquecido à medida que a palavra teve seu uso banalizado – afinal, é comum referir-nos a histórias, mesmo as de menor importância como mitos – há um aspecto grandioso em sua origem. Na sua essência está a função de inspirar determinados atos na sociedade (Sorel, 1908; Campbell, 2007; Levi-Strauss, 1978; Durand, 2004; Girardet, 1987; Elíade, 2006). Pode ser real, fictício, ou associar os dois elementos, mas nunca perdendo a condição de fagulha inspiradora fundamental da narrativa mítica clássica.

Ao longo dos anos, os estudiosos que se dedicaram a interpretação dos mitos, heróis e seus significados, encontraram vestígios e correspondências entre as principais questões humanas e a mitologia. E chegaram à conclusão que, por muitas vezes, independente da região que habitassem, diferentes sociedades contavam

histórias que, se não eram muito parecidas, significavam, na sua essência, as mesmas coisas.

Quer escutemos, com desinteressado deleite, a arenga de algum feiticeiro de olhos avermelhados do Congo, ou leiamos, com enlevo cultivado, sutis traduções dos sonetos do místico Lao-tse; quer decifremos o difícil sentido de um argumento de São Tomás de Aquino, quer ainda percebamos, num relance, o brilhante sentido de um bizarro conto de fadas esquimó, é sempre com a mesma história – que muda de forma e não obstante é prodigiosamente constante - que nos deparamos, aliada a uma desafiadora e persistente sugestão de que resta muito mais por ser experimentado do que será possível saber ou contar. (CAMPBELL, 2007, p. 15)

Por muito tempo o ser humano “arcaico” ou “primitivo” fora incapaz de reconhecer qualquer ato que não encontrasse correspondência em uma prática anterior, que não houvesse sido observada em outra pessoa. O homem vivia sua vida consciente através da repetição, e era exatamente isso que o ajudava a reconhecer-se como parte do grupo a que pertencia. Essa ênfase sobre a repetição não foi apenas uma característica daquele tempo. O homem sempre foi um ser que se realizou através de arquétipos.

Diferentes interpretações modernas da mitologia podem ser encontradas nos dias de hoje, variando de acordo com a perspectiva e a base que configura cada campo de estudo. Psicologia, psiquiatria e história são algumas das disciplinas que se propuseram a conceituar a mitologia, contribuindo com definições como: referência a esforços humanos para explicar a natureza; repositório de instruções alegóricas destinadas a adaptar o indivíduo ao seu grupo; sonho grupal, sintomático dos impulsos arquetípicos existentes no interior das camadas profundas da psique humana; veículo das profundas percepções metafísicas do homem; e até mesmo, a Revelação de Deus aos Seus filhos (Campbell, 2007).

O intelectual moderno não encontra dificuldades em admitir que o simbolismo da mitologia se reveste de um significado psicológico. Está fora de dúvidas, especialmente depois do trabalho dos psicanalistas, que tanto os mitos compartilham da natureza dos sonhos, quanto os sonhos são sintomáticos da dinâmica da psique (CAMPBELL, 2007, p. 251).

No entanto, apesar da indissociável compreensão através do campo da psicologia, se a definição do termo for solicitada a um estudioso dos mitos, ele provavelmente responderá dizendo tratar-se de uma realidade cultural complexa, que admite a abordagem e interpretação a partir de uma multiplicidade de perspectivas e

que preserva e transmite os paradigmas para todas as atividades responsáveis às quais o homem se dedica (ELÍADE, 2006, p.11).

O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser (ELÍADE, 2006, p. 11).

Egípcios, gregos, cheyennes, cada sociedade elaborou sua maneira de explicar o mundo. Entretanto, as narrativas cumpriam uma função maior do que a de apenas justificar a existência humana. Elas constituíam verdadeiramente as bases de cada cultura.

O xamã suscetível ao transe e o sacerdote-antílope iniciado não carecem de sofisticação em seu conhecimento do mundo, nem são inábeis na utilização dos princípios da comunicação por meio da analogia. As metáforas pelas quais vivem e por meio das quais operam foram objeto de longa meditação, de pesquisas e de discussão ao longo de séculos – ou mesmo milênios; além disso, serviram a sociedades inteiras como as principais bases do pensamento e da vida. Os padrões culturais foram moldados a elas. Os jovens foram educados, e os anciões se tornaram sábios, por intermédio do estudo, da experiência e da compreensão de suas efetivas formas iniciatórias. (CAMPBELL, 2007, p. 254)

É possível presumir que os mitos e os heróis fossem as principais figuras inspiradoras, não apenas do ser humano, mas de todas as suas manifestações culturais. Seja na família, na religião ou na política, a base referencial moral e criativa das sociedades foi criada a partir das histórias que lhes foram contadas.

É necessário, portanto, que compreendamos o significado de todos esses símbolos, mitos e rituais, para que possamos traduzi-los para a nossa linguagem habitual. Os conceitos metafísicos do mundo arcaico nem sempre foram formulados em linguagem teórica; mas o símbolo, o mito e o ritual expressavam, em planos diversos e com os meios que lhes eram apropriados, um complexo sistema que pode ser visto como aquele que constitui a metafísica.

Se nos dermos ao trabalho de penetrar no autêntico significado de um mito ou símbolo arcaico, não poderemos deixar de observar que esse significado demonstra um reconhecimento de uma determinada situação no Cosmo, e que, conseqüentemente implica uma posição metafísica. (ELÍADE, 2006, p. 17)

Na realidade do homem arcaico, nem os objetos do mundo externo, nem os atos humanos, tinham qualquer valor intrínseco. Eles passavam a adquirir valor e tornarem-se reais a partir do momento em que participavam de uma verdade que os transcendia. Uma pedra comum poderia se tornar simbólica, isto é, impregnada de um poder mágico ou religioso, devido à sua forma, sua origem, ou porque determinado tipo de sacrifício a teria consagrado. (2006:18).

Em relação aos atos humanos, atribuía-se especial valor à repetição gestual de exemplos míticos. A nutrição, não representava uma simples operação fisiológica; ela renovava uma comunhão. O casamento e o sexo eram repetidos porque haviam sido consagrados no começo (naqueles dias, *in illo tempore, ab origine*) pelos deuses, ancestrais ou por heróis. (Elíade, 2006).

No Egito, nos séculos posteriores, por exemplo, o poder do ritual e da palavra possuída pelos sacerdotes devia-se à imitação dos gestos primordiais do deus Thoth, que havia criado o mundo pela força de sua palavra. (ELÍADE, 1992, p. 30)

Por muito tempo o ser humano “arcaico” ou “primitivo” fora incapaz de reconhecer quaisquer atos que não encontrassem correspondência em uma prática anterior. O homem vivia sua vida consciente através da repetição, e era exatamente isso que o fazia reconhecer-se como parte do grupo a que pertencia.

Devemos acrescentar aqui que, para as sociedades tradicionais, todos os mais importantes atos da vida são revelados *ab origine*, pelos deuses e heróis. Os homens limitam-se a repetir esses gestos exemplares e paradigmáticos *ad infinitum* (ELÍADE, 1992, p. 36).

Os rituais, as danças, os processos de cura das culturas tradicionais consistiam em repetições de gestos paradigmáticos, como o da criação do mundo. O homem arcaico acreditava que repetindo nos rituais o que os deuses fizeram no princípio, aquele momento se revestiria de encantamento e os participantes seriam projetados para a época mítica em que os arquétipos teriam sido, pela primeira vez, revelados (1992:38). Em outras palavras, os espíritos viajariam até determinados momentos mágicos e seriam abastecidos com poderes especiais.

Um dos primeiros modelos em que a sociedade arcaica buscou referência foi o firmamento. O arquétipo celestial determinou a noção de espaço, a arquitetura, e

serviu de base para as narrativas *cosmogônicas* – que explicam a formação e o fim do universo.

O mundo que nos rodeia, o mundo no qual são sentidas a presença e a ação do homem – as montanhas que ele escala, as regiões povoadas e cultivadas, os rios navegáveis, as cidades, os santuários – tudo isso tem um arquétipo extraterreno, seja ele concebido como um plano, como uma forma, ou pura e simplesmente como uma “cópia” que existe em um nível cósmico mais elevado. (ELÍADE, 2006, p. 21)

Paralelo a esse modelo, outro simbolismo, o da centralidade também cumpriu importante papel na explicação de nossas origens. Segundo as crenças tradicionais, o céu e a terra estariam equilibrados em torno de um eixo central e esse ponto geográfico seria dotado de uma energia essencial. Este local representava o lugar onde havia iniciado o universo. Lá eram instalados os palácios, os templos e era a partir da onde as comunidades se desenvolviam.

As torrentes se precipitam a partir de uma fonte invisível. Seu ponto de entrada é o centro do círculo simbólico do universo, o Ponto Imóvel da lenda do Buda, em torno do qual, pode-se dizer, o mundo gira... A árvore da vida, isto é, o próprio universo, cresce nesse ponto. (CAMPBELL, 1989, p. 44)

O centro seria o âmbito do sagrado, a zona da realidade absoluta, e até hoje, chegar ao centro de nós mesmos ainda equivale a uma consagração, “a existência profana e ilusória do ontem dando lugar a uma nova vida; real, duradoura e eficiente” (Elíade, 1992, p.27).

Para os povos arcaicos, o centro do mundo não representava apenas a luz. Sendo ele a fonte de toda a existência, nele era gerada a plenitude do bem e do mal. O belo e o feio, o pecado e a virtude, o prazer e a dor, eram igualmente produções suas (Campbell, 2007, p.48). Formações geológicas, principalmente montanhas e rochas, representavam para diferentes culturas esse ponto de equilíbrio terreno. Eram considerados lugares dotados de poderes especiais. Os palácios e os templos construídos nesses locais representavam que era a partir dali que as comunidades se desenvolveriam.

2.2 A PERDA DO SENTIDO

É presumível que, com o avanço do tempo, da comunicação e da ciência, a crença da sociedade acerca dessas histórias, principalmente as que se utilizavam de símbolos fantásticos, como o mito de Teseu e o Minotauro, tenha se perdido.

A história aponta para um período especial a partir do qual as dúvidas sobre a relevância dos mitos tenham ganhado espaço na sociedade arcaica. Segundo historiadores, a perda do sentido original aconteceu progressivamente, mas foi a partir do século VI a.c., quando o filósofo grego Xenófanes passou a criticar e rejeitar as expressões “mitológicas” utilizadas por Homero e Hesíodo, que a lógica começou a sobrepor-se à metafísica. Xenófanes desenvolveu sua oposição aos mitos da cultura grega ao atacar as ideias antropomórficas e defender a elevação da ideia divina. Contestou o aspecto humano dos deuses, a possibilidade de falha, de agir por influência das paixões, e passou a defender a existência da Unidade como ser divino (Elíade, 2006, p. 08)

Os gregos foram despojando progressivamente o *mythos* de todo valor religioso e metafísico. Em contraposição ao *logos*, assim como, posteriormente, à história, o *mythos* acabou por denotar tudo “o que não pode existir realmente”. O judeu-cristianismo, por sua vez, relegou para o campo da “falsidade” ou “ilusão” tudo o que não fosse justificado ou validado por um dos dois Testamentos. (ELÍADE, 2006, p. 8)

Aos poucos, a ciência encarregou-se de referendar a filosofia xenofânica. A consolidação dessa mudança de sentido foi um processo paulatino que acompanhou os avanços principalmente da astronomia e da biologia. Enquanto o homem descobria que a terra era redonda e orbitava em torno do sol, a consciência humana despertava para a conquista das fronteiras do conhecimento sobre os materiais, a lógica, tudo isso resultando na solidificação do sentido das narrativas míticas como algo completamente ilusório e inapropriado (Levi-Strauss, 1978).

... o ideal democrático do indivíduo auto-determinado, a invenção da máquina movida por um motor e o desenvolvimento do método científico de pesquisa transformaram a tal ponto a vida humana, que o universo intemporal de símbolos, há muito herdado, entrou em colapso. Nas fatídicas palavras de Zaratustra, de Nietzsche, que foram o arauto de uma época, “mortos estão todos os deuses”. (CAMPBELL, 2007, p. 372)

Por volta dos séculos XVII e XVIII, com Bacon, Descartes, Newton e outros, tornou-se necessário à ciência “levantar-se e afirmar-se contra as velhas gerações de

pensamento místico e pensou-se que a ciência só podia existir se voltasse as costas ao mundo dos sentidos (Levi-Strauss, 1978, p.18). E foi graças a essa separação, que o pensamento científico encontrou condições para se desenvolver (Postman, 1994).

Nós, por meio do pensamento científico, somos capazes de alcançar o domínio sobre a Natureza... enquanto o mito fracassa em dar ao homem mais poder material sobre o meio. Apesar de tudo, dá ao homem a ilusão, extremamente importante, de que ele pode entender o universo e de que ele *entende*, de fato, o universo. (LEVI-STRAUSS, 1978, p. 32)

No entanto, segundo Levi-Strauss, a ciência está no caminho de superar essa separação e reaproximar os dados sensoriais à explicação científica e é provável que exista qualquer coisa na profundidade da nossa mente que faça com que sempre tenhamos sido, de certa forma, estruturalistas. (idem, 1978).

O que é importante é que principiamos a interessar-nos cada vez mais por este aspecto qualitativo e que a ciência, que tinha uma mera perspectiva quantitativa desde o século XVII até ao século XIX, começa a integrar agora também os aspectos qualitativos da realidade. Esta tendência habilitar-nos-á, indubitavelmente, a entender uma grande quantidade de coisas presentes no pensamento mitológico e que no passado nos apressávamos a pôr de parte como coisa carecida de significado e absurda. (LEVI-STRAUSS, 1978, p. 38)

A funcionalidade do mito, e o fato de a sociedade ressentir-se da falta de modelos exemplares e paradigmas que lhe conforte o espírito, manteve viva a ambiguidade do termo até hoje.

... esse novo valor semântico conferido ao vocábulo “mito” torna o seu emprego na linguagem um tanto equívoco. De fato, a palavra é hoje empregada tanto no sentido de “ficção” ou “ilusão”, como no sentido – familiar, sobretudo aos etnólogos, sociólogos e historiadores de religiões – de “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar”. (ELÍADE, 2006, p. 07)

Com o passar do tempo, o desenvolvimento e a popularização dos conhecimentos alcançados por ciências como a física, astronomia e biologia naturalmente enfraqueceram o poder de encantamento que as histórias antigas tinham sobre os povos. A busca pelo conhecimento científico também contribuiu para a perda do sentido tribal nas sociedades e o princípio da valorização do individualismo.

Contudo, nem mesmo essa mudança foi suficiente para eliminar a necessidade que o ser humano tem de encontrar sentido, inspiração, e esperança nos atos da vida. Enquanto o telescópio e o microscópio se ocuparam de explicar boa parte das

questões da antiguidade produzindo conhecimentos jamais imaginados, uma fonte de mistério ainda persistia e fascinava: o homem.

A descida das ciências ocidentais do céu para a terra (da astronomia do século XVIII à biologia do XIX), bem como sua concentração, nos dias de hoje, por fim, no homem (na antropologia e na psicologia do século XX), marcam o caminho de uma prodigiosa transferência do ponto focal do milagre humano. Não o mundo animal, o mundo vegetal, nem o milagre das esferas; o mistério crucial é, em nossos dias, o próprio homem. (CAMPBELL, 2007, p. 375)

Paradoxalmente aos avanços tecnológicos que permitiram à sociedade se comunicar com qualquer lugar do mundo, superar doenças, prever o tempo e viver com mais conforto, o desenvolvimentismo trouxe consigo o afastamento do homem do seu espírito. E recuperar esta condição passou a ser a tarefa do herói moderno (idem, 2007).

...o problema não é senão o de tornar o mundo moderno espiritualmente significativo – ou o de possibilitar que homens e mulheres alcancem a plena maturidade humana por intermédio das condições da vida contemporânea. (CAMPBELL, 2007. p. 373)

2.3 AS NARRATIVAS DO CICLO COSMOGÔNICO

De acordo com Campbell (2007) o trabalho da psicologia não deixou dúvidas sobre as relações entre mito, sonho e psique. Essa relação parte do princípio de que os padrões e a lógica, tanto dos mitos como dos contos de fadas, correspondem aos do sonho. Por essa interpretação, é possível entender que através das narrativas míticas, seja dada uma expressão simbólica aos desejos, temores e tensões inconscientes do ser humano, ou como explica Campbell, “a mitologia é psicologia confundida com biografia, história e cosmologia” (2007:251)

Conforme o autor, apesar de compartilharem a mesma fonte, mitos e sonhos não admitem comparações diretas, uma vez que o primeiro é deliberadamente criado, “controlado” em sua narrativa, enquanto o sonho é espontâneo.

Nas mitologias folclóricas primitivas, a cultura era explicada através de analogias e metáforas, que se firmaram provavelmente depois de discussões e longos períodos de meditação. Esses paradigmas tornavam-se as bases da cultura e do

pensamento de sociedades inteiras e, por intermédio deles, jovens recebiam sua educação e envelheciam tornando-se sábios pela habilidade adquirida para interpretá-los adequadamente. Isso porque essas metáforas serviam de fato como vínculo entre o inconsciente e a ação prática, e eram capazes de permitir uma compreensão ponderada do mundo dos fatos, “necessária à repetição, que está submetida a um inflexível controle, do que se passa nos domínios do desejo e do medo infantis” (Campbell, 2007, p. 254).

Da mesma forma, as narrativas complexas que chegaram até nós, revestidas de figuras mitológicas, carregavam os significados relativos às manifestações dos desejos e temores inconscientes e declarações de cunho espiritual, admitindo a existência de uma força que sustenta e preenche a vida.

Trata-se da força que a ciência conhece como energia, os melanésios como *mana*, os índios *sioux* como *wakonda*, os hindus como *shakti* e os cristãos como o poder de Deus. Sua manifestação na psique é denominada, na psicanálise, *libido*. E sua manifestação no cosmo constitui a estrutura o fluxo do próprio universo. (CAMPBELL, 2007, p. 255)

O mito, portanto, tem a função de facilitar o entendimento dessa força que muitas vezes está obscurecida, impossível de ser vista além da própria atividade humana. Funciona como um “penúltimo nível” para chegar-se à “abertura” (Campbell, 2007). Nessa perspectiva, toda a simbologia e os deuses estão destinados a levar a mente a movimentar-se no sentido de buscar o autoconhecimento.

Esse caminho de busca da consciência é o enredo do ciclo cosmogônico, com o nascimento representando o surgimento a partir de uma condição não manifesta, a vida como a busca do entendimento, e a morte como o retorno. O herói é aquele que, ainda vivo, consegue reconhecer os apelos do inconsciente: “a aventura do herói marca o momento em que este, embora ainda esteja vivo, descobriu e abriu o caminho da luz, para além dos sombrios limites da nossa morte em vida”. (Campbell, 2007, p.256). Na narrativa bíblica cristã, Jesus é esse herói, que tem consciência das suas fraquezas como condição humana, e que, iluminado, prega a busca pelo autoconhecimento quando diz, por exemplo, que “o reino de Deus está dentro de vós” (idem).

De acordo com Joseph Campbell (2007), o ciclo cosmogônico, o universo repete a consciência do indivíduo: surge da escuridão, desperta misteriosamente e volta a dissolver-se. Ele é representado como algo que se repete continuamente encontrando as correspondências com a vida (nascimento, vida e morte), as estações do ano, as fases da lua, bem como os estados de consciência relacionados ao sono - vigília, sonolência e sono profundo - onde cada um deles tem um papel definido: o conhecimento dos fatos através da vivência física (vigília), a inspiração divina e as sugestões do inconsciente (o estado de sonolência onde ocorrem os sonhos), e o chegar ao fim para recomeçar (o sono profundo).

De acordo com a doutrina estoica da conflagração cíclica, todas as almas convergem para a alma do mundo ou fogo primal. Quando essa dissolução universal tiver sido concluída, terá início a formação de um novo universo (a *renovatio* de Cícero) e todas as coisas se repetirão – todas as divindades e todas as pessoas - exercendo outra vez seu papel precedente. (CAMPBELL, 2007, p. 258)

Originalmente, os mitos foram a melhor forma de conceber uma explicação para os mistérios da humanidade. Como vimos, a existência do dia e da noite, da terra e do firmamento, haveria de ser justificada através de analogias, metáforas e interpretações influenciadas, muitas vezes, por sonhos e tranSES, ou através de narrativas fantásticas que, diante da falta de conhecimento científico, preenchem os espaços com atos sobrenaturais. Esses atos normalmente eram atribuídos a deuses, que cumpriam o papel de personificações simbólicas das leis físicas que governam o mundo (2007:257).

Essas histórias “originais” foram modificadas através dos tempos, reformuladas a partir das mesmas analogias, reinterpretadas, e deram lugar a complexos sistemas de narrativas e crenças nas sociedades mais evoluídas, com uma diferença crucial: nas primeiras, não havia o interesse em esconder mistérios, mas revela-los e entrega-los resolvidos; enquanto os sistemas decorrentes, provocavam a busca do entendimento a partir do pensamento e enfatizavam a noção de que o caminho da humanidade não estava de todo percorrido.

Nessas narrativas também é possível verificar a presença de figuras representativas do antagonismo em oposição à criação, responsáveis pelos males e

infortúnios da humanidade, que embora possam triunfar num primeiro momento, “simplesmente desaparecem quando a perspectiva passa para o lado transcendental” (Campbell, 2007, p.284).

Outra referência presente em muitos mitos e contos populares é o poder procriador da mulher. Dela pode sair um herói-salvador ou um demônio destruidor do mundo, dependendo do capricho do destino. Mas sobretudo, o poder de dar à luz, como da terra nascem as plantas e os alimentos, coloca a figura da mãe em evidência, para muitas sociedades primitivas, principalmente no mundo agrário da antiga Mesopotâmia e do Egito, como uma Deusa (Campbell, 1990). A mãe, na mitologia, representa o conhecido, a origem, enquanto a procura pelo pai faz parte da trajetória do herói.

À medida que o ciclo cosmogônico vai tornando-se mais complexo, as figuras de heróis e vilões vão surgindo para representar o próprio homem e seu destino sobre a terra.

O ciclo cosmogônico deve prosseguir agora, por conseguinte, não pela ação dos deuses, que se tornaram visíveis, mas pela dos heróis, de caráter mais ou menos humano, por meio dos quais é cumprido o destino do mundo. (CAMPBELL, 2007, p.306)

O amor, a tirania, a loucura, praticamente todos os sentimentos humanos foram representados sob a forma de mitos e através de narrativas trágicas ou heroicas. O controle das paixões, a exploração das artes, a elaboração das instituições econômicas e culturais do Estado - mesmo que desses trabalhos muitos deuses tenham também se ocupado - foram protagonizados por agentes humanos e ganharam contrastes dramáticos, sempre com o fim de ensinar à sociedade sobre os seus problemas ordinários.

O herói antigo, apesar de às vezes apresentar poderes sobrenaturais, era normalmente apresentado à semelhança do homem, com qualidades e defeitos comuns. A ele era concebido o direito de errar e acertar, que o tornava próximo e permitia à sociedade que seus indivíduos almejassem realizar atos heroicos.

O que se faz necessário, nesse momento, é um espírito humano perfeito, alerta a todas as necessidades e esperanças do coração. Nesse sentido, o ciclo cosmogônico

produz um imperador com forma humana, que servirá, por todas as gerações vindouras, como modelo do rei-homem. (CAMPBELL, 2007, p.308)

Nesse sentido, o mito do herói contribuiu para consolidar o conceito de homem bom, “de valor”, como sendo aquele que através da inspiração mitológica supera o desafio, não cede à tentação e adquire grande sabedoria. Da mesma forma, também conforma sobre o fato de que certos aspectos da vida por vezes se transformam em problemas sem solução, a menos que se detenha um poder sobrenatural.

As múltiplas jornadas dos heróis configuraram uma grande fonte de narrativas mitológicas e serviram como ensinamentos importantes nas sociedades arcaicas. Através dos exemplos heroicos, um modelo de educação completamente diferente do que existe hoje era colocado em prática e a formação do homem alcançava sua plenitude.

2.4 O HERÓI

Como já vimos, o herói é aquele que alcança a iluminação e retorna para experimentar a consagração diante de seu povo. Mas as suas histórias raramente foram contadas levando-se em consideração que o ato heroico poderia ser realizado por qualquer um. Pelo contrário, as narrativas foram cobertas de dramaticidade e poderes extraordinários, de forma a apresentar a vida do personagem como “uma grandiosa sucessão de prodígios” (Campbell, 2007, p.311).

Os papéis atribuídos aos heróis variaram de acordo com as necessidades de cada época. Derrotar dragões, encantar demônios com música, derrotar o Touro de Minos, cada narrativa carrega um sentido, uma moral aplicável para aquele momento específico da sociedade na qual está inserido. Pode ser o guerreiro, o imperador, o amante, o salvador do mundo ou o tirano.

Normalmente, a vida do herói é retratada a partir de uma infância de provação. Como sugere Otto Rank (1991). De acordo com o autor, Babilônios, Egípcios, Hebreus, Hindus, Persas e Iranianos foram alguns dos povos que glorificaram seus heróis desde a infância. Entre eles, inclusive, através de histórias bastante parecidas

como a de Moisés e Sargon¹¹, ambos abandonados pelas mães sobre o leito de um rio (1991:11).

A infância do herói na narrativa mítica é importante porque lhe revela seu verdadeiro caráter. Normalmente após uma primeira provação ou um exílio, em praticamente todas as narrativas, ocorre a demonstração de uma capacidade extraordinária para enfrentar e sobreviver a diferentes experiências. É o caso de Hércules, que ainda no berço, estrangulou uma serpente; de Maui, da Polinésia, que laçou e retardou o sol para que sua mãe pudesse cozinhar (Campbell, 2007, p.317), e de tantos outros.

A tarefa do herói é derrotar o “dragão” - que representa a ameaça vigente – por mais poderoso que lhe possa parecer. Ele deve limpar o caminho dos monstros remanescentes da antiguidade, e dos tiranos da espécie humana que começam a surgir. E essa tarefa apenas será alcançada porque ele tem o conhecimento necessário, adquirido ao longo da sua trajetória, a fé ou a força.

Os reis guerreiros da Antiguidade encaravam seu trabalho à feição de matadores de monstro. Na realidade, essa fórmula do herói brilhante que se lança contra o dragão foi o grande pretexto para a auto justificação de todas as cruzadas. (CAMPBELL, 2007, p.328)

O herói da ação tem como símbolo a espada. Ele conquista a noiva, que pode ser identificada como a vida, enquanto o herói supremo atinge o conhecimento e está relacionado com a iconografia religiosa. Esse último tem como tarefa ir ao encontro do pai, identificado com o desconhecido.

O caminho do herói supremo é o dos testes e da auto revelação. Abençoado pelo pai – ou adquirindo o conhecimento – ele retorna como mestre ou como Imperador. No entanto, pode acontecer de haver uma deterioração de caráter, quando o mestre ou imperador age de modo obscuro ou tirânico, restando apenas o homem já desprovido da força sublime e gerando como resultado o enfraquecimento do sentido de comunidade de seu povo ou nação (Campbell, 2007, p.333).

¹¹ Primeiro herói Babilônio.

No ciclo cosmogônico, a conduta errônea ou falha moral é responsável, entretanto, pelo surgimento de um outro herói, aquele que irá substituir o tirano, e assim o ciclo é também eternizado pelo mito.

Do ponto de vista do presente, há uma tal implacabilidade nesse anúncio do futuro, que este parece niilista. As palavras que Krishna, o salvador do mundo, dirigiu às viúvas de Kans têm um sobre tom ameaçador; é precisamente o que está presente às palavras de Jesus: “Eu não vim para trazer a paz, mas a espada. Pois eis que vim para colocar o homem contra o pai, a filha contra a mãe e a nora contra a sogra. E o inimigo do homem será um de seu meio. Aquele que amar mais o pai ou a mãe do que a mim não é digno de mim: e aquele que amar mais o filho ou a filha do que a mim não é digno de mim”. Para proteger quem não se acha preparado, a mitologia oculta essa revelações definitivas sob disfarces semi-obscurecedores, ao mesmo tempo em que insiste na forma de instrução gradual. (CAMPBELL, 2007, p.337)

Por fim, a morte do herói, que se dá de forma calma e pacífica, pois o herói a aceita e não a teme, representa o retorno do herói ao imaterial, ao lugar de onde veio, completando sua parte no ciclo, antecedendo o fim do ciclo do universo. Ao herói mitológico, que também está em cada um de nós, é concebida a possibilidade de realizar a jornada da alma, e essa é a parte que lhe cabe no mundo.

A renovação através do fim é encontrada em praticamente todas as narrativas sobre o ciclo cosmogônico. Entre os Maias, esse ciclo tem a duração de algo em torno de 34 mil anos e seu final é representado por inundações. Para os Vikings, a visão do fim é revelada a Odin no *Poetic Edda*¹² como um tempo em que os “irmãos combaterão entre si e se matarão”.

No ciclo cosmogônico, assim como o sol se põe para que surja a noite, que por sua vez também dá lugar a um novo dia; como a colheita é realizada para que a nova safra possa ser plantada, a humanidade tratou de dar versões para o seu ocaso e posterior renascimento.

Numa fórmula sumária, poder-se-ia dizer que, para os primitivos, o Fim do mundo já ocorreu, embora deva reproduzir-se num futuro mais ou menos distante. Com efeito, os mitos de cataclismos cósmicos são extremamente difundidos. Eles contam como o mundo foi destruído e a humanidade aniquilada, com exceção de um casal ou de alguns sobreviventes. (ELIADE, 1991, p.53)

¹² As Eddas são os textos encontrados na Islândia que permitiram iniciar o estudo das histórias referentes aos personagens da mitologia nórdica.

Interessante ressaltar o caráter de novo começo que pressupõe o final do mundo. Na maior parte das sociedades primitivas, o ano novo equivale ao levantamento do tabu sobre as novas colheitas. Isso significa que as divisões do tempo são determinadas pelos rituais que orientam a renovação das reservas alimentares. Enquanto a adoção de um calendário solar é de origem egípcia, em toda a parte há uma concepção de final e de começo de um período de tempo, baseada na observação dos ritmos cósmicos e que faz parte de um sistema de purificações periódicas e de regeneração periódica da vida (Elíade, 1991, p.56).

2.5. A AVENTURA DO HERÓI DE JOSEPH CAMPBELL

A primeira função do herói humano para Campbell é a de ligação entre o mundo sobrenatural, habitado pelos seres fabulosos, e o mundo terreno. De fato, Campbell resume essa função como o verdadeiro sentido da aventura do herói.

Neste capítulo apresentaremos uma revisão da Jornada do Herói de Joseph Campbell (2007), composta por *Partida, Iniciação, Retorno* e as *Chaves*, para visualizarmos, de acordo com o que nos propõe o autor, um esquema do caminho normalmente trilhado pelos personagens heroicos. Essa revisão será a base para a nossa análise sobre de que forma o telejornalismo refere-se a Luís Inácio Lula da Silva como mito e como o seu personagem está inserido na proposta de Campbell.

O período da infância do herói normalmente revela o caráter especial do personagem ou até mesmo alguns poderes extraordinários que são incorporados ao seu mito através das narrativas. Um dos temas recorrentes dessa fase nos mitos heroicos clássicos é o exílio e suas variações: o abandono da mãe, o desprezado, o deficiente, o discriminado, a criança de grau inferior.

A infância do herói humano, conforme cita o autor, sempre foi reinterpretada sofrendo a influência do ímpeto dos narradores, que tinham a tendência de conferirem-lhe poderes extraordinários, de forma que desde cedo houvesse indícios sobre o caráter predestinado, especial daquele personagem: “Se as façanhas de uma

figura história real proclamam-no herói, os construtores de sua lenda inventarão para ela aventuras apropriadas nas profundezas.” (Campbell, 2007, p.312).

2.5.1 A Partida

O *chamado da aventura*, como se refere Joseph Campbell, é um ponto crucial da jornada do herói onde há uma convocação para que ele cumpra o seu destino. Pode acontecer por um acaso, por uma fraqueza do caráter ainda não formado, um erro, e pode vir acompanhado da figura de um arauto, um agente que anuncia a aventura e que pode ser a primeira barreira necessária ao herói transpô-la. Cabe ao herói responder ou não a esse chamado. Enfrentar ou não a esse desafio diante do clima de ansiedade e tensão que surge diante dele.

Campbell acredita que a relação e os sentimentos despertados nessa fase estariam relacionados com os momentos dolorosos da primeira separação da mãe sugeridos por Freud, que se repetem a cada momento de separação que enfrentamos em nossas vidas. Para o autor, as mesmas imagens arquetípicas são despertadas, representando “os perigos, a estranheza do mundo novo, a passagem e os mistérios do nascimento” (idem, p.61).

A partir do chamado, segundo Campbell, o herói já não verá mais propósito em quaisquer atividades que não sejam aquelas relacionadas a responder e entregar-se ao seu destino. O chamado, para o herói, é irrecusável. Como na vida real, entretanto, há o caso em que o herói que se nega a responder, quando ele se torna a vítima a ser salva, pois essa *recusa ao chamado* nada mais é do que um ato de virar às costas àquilo que a pessoa considera interesse próprio. Esse ato pode gerar punições e ainda mais dificuldades para o personagem, pois na proposta de narrativa de Campbell, representa a impotência para abandonar o ego infantil.

O próximo elemento abordado por Campbell para a trajetória do herói é o *auxílio sobrenatural*, um encontro com uma figura protetora que fornece as pistas, por vezes os amuletos necessários para que a jornada seja superada. Trata-se de uma figura representativa do bem e protetora do destino.

Tendo respondido ao seu próprio chamado, e prosseguindo corajosamente conforme se desenrolam as consequências, o herói encontra todas as forças do inconsciente do seu lado... E quando a ação do herói coincide com a ação para a qual sua própria sociedade está pronta, ele parece seguir o grande ritmo do processo histórico. (CAMPBELL, 2007, p.76)

Eis então a *passagem pelo primeiro limiar*, como um gesto de provação, de coragem, em que o herói entra decididamente na sua trajetória. Ele toma o desconhecido por seu caminho, como um filho que vai além do olhar paternal. Esse momento pode apresentar um guardião nas mitologias clássicas, que representa a proteção a partir da escolha de ultrapassar o limite do conhecido e encarar o desafio. Na passagem pelo primeiro limiar, o herói liberta-se do seu ego e passa a explorar uma nova realidade a partir de uma espécie de renascimento.

O próximo momento da jornada do herói de Campbell é *O Ventre da Baleia*, que representa o desaparecimento para o mundo exterior, ou a morte do indivíduo como era antes, e o surgimento diante da realidade que se apresenta nova e com novos conhecimentos ou desafios, como o local do renascimento.

Em analogia ao ventre da baleia, Campbell apresenta a entrada nos templos religiosos, que têm suas entradas defendidas por cavaleiros, figuras fantásticas e míticas, representando os guardiões desses segredos.

O simples fato de todos poderem passar fisicamente pelos guardiões do templo não invalida sua importância; pois se o intruso for incapaz de compreender o santuário, então permaneceu efetivamente do lado de fora. (CAMPBELL, 2007, p.93)

2.5.2 A Iniciação

O caminho das provas é a primeira etapa dessa fase da jornada do herói é a “favorita” entre os contadores de histórias (2007:102). A partir daqui, o herói passa a ser auxiliado pelos conselhos e amuletos que recebeu dos arautos, dos guardiões do limiar, e descobre que há uma força especial que lhe acompanhará durante todo o caminho.

Como um aprofundamento da passagem do primeiro limiar e da chegada ao ventre da baleia, a provação também é um momento em que o desapego do ego está

em questão, quando o herói deve deixar de lado o orgulho, a virtude, a beleza, e dedicar-se ao seu trabalho, por mais árduo que seja.

A partida original para a terra das provas representou, tão-somente, o início da trilha, longa e verdadeiramente perigosa, das conquistas da iniciação e dos momentos de iluminação. Cumpre agora matar dragões e ultrapassar surpreendentes barreiras. (CAMPBELL, 2007, p.110)

O encontro com a deusa segue o caminho das provas, depois que todos os desafios foram vencidos, e costuma ser representado com um “casamento místico” entre o “herói triunfante e a Rainha-Deusa do Mundo” (idem, p.111). Mas esse encontro não significa necessariamente uma passagem positiva.

“A mulher representa, na linguagem pictórica da mitologia, a totalidade do que pode ser conhecido. O herói é aquele que aprende” (ibidem, p.117). Assim, se o herói não estiver devidamente preparado, se não obteve sucesso durante o caminho das provas através do seu esforço e do seu coração bom, ele não será capaz de compreender nem suportar as revelações da deusa sublime.

O encontro com a deusa (que está encarnada em toda mulher) é o teste final do talento de que o herói é dotado para obter a bênção do amor (caridade: *amor fati*), que é a própria vida, aproveitada como o invólucro da eternidade. (CAMPBELL, 2007, p.19)

A mulher como tentação é uma etapa que faz o herói perceber sobre a distância entre nossas concepções conscientes em relação à vida e o que de fato a vida é. Nesse sentido, a mulher representa a vida e o herói deve conhecê-la profundamente. Isso implica tomar consciência sobre as diferentes naturezas que estão presentes na mente humana, inclusive os nossos desejos e impulsos mais animais.

Se o casamento místico representa o domínio total da vida por parte do herói e os testes por que passou simbolizam as crises que ampliaram o seu conhecimento, o próximo passo será compreender o seu lugar no mundo.

A sintonia com o pai reflete o momento em que o herói abandona definitivamente o seu antigo eu, apresentado por Campbell como um dragão que se considera Deus - o superego - e um dragão que se considera o Pecado, o id reprimido,

sendo que para isso ele deve antes ter abandonado o ego. Isso só se dá diante de uma crença em Deus (Pai) ou na própria jornada, de modo que o herói encontre no sentido da aventura a confiança para prosseguir.

O desafio dessa etapa consiste no enfrentamento com o pai, ou seja, os ordenamentos que antes tinha como fundamentais e depois do conhecimento precisam ser questionados. O pai apresentará os segredos ao herói que deles se apropria e se torna, ele mesmo, o pai.

O problema do herói que vai ao encontro do pai consiste em abrir sua alma além do terror, num grau que o torne pronto a compreender de que forma as repugnantes e insanas tragédias desse vasto e implacável cosmo são completamente validadas na majestade do Ser. O herói transcende a vida, com sua mancha negra peculiar e, por um momento, ascende a um vislumbre da fonte. Ele contempla a face do pai e compreende. E, assim, os dois entram em sintonia. (CAMPBELL, 2007, p.142)

A *apoteose* se dá quando a iluminação se faz presente na alma do herói. É a “condição divina que o herói humano atinge quando ultrapassa os últimos terrores da ignorância” (idem, p.145). Esse conhecimento consiste na relativização, no entendimento sobre a condição dos homens e mulheres sobre a terra.

A libertação dos preconceitos torna possível compreender um sentido de unidade consoante à espécie humana, onde todos são dignos, independentemente do estágio na trajetória onde se encontram.

A *bênção última* representa a confirmação do caráter especial do herói. A facilidade com que o herói “eleito” supera os desafios representa ser ele de fato o escolhido. Campbell cita a influência que sofremos através das narrativas fantásticas infantis que permanecem ativas no nosso inconsciente como um elemento facilitador para perceber a trajetória do herói¹³.

Campbell lembra a diferença entre o mitológico e o teológico onde a particularidade está no humor de parte dos mitos enquanto o teológico mantém-se mais literal e sentimental (ibidem, p.169). Como se os artifícios teológicos afastassem

¹³ Entretanto, de acordo com o autor, essa mesma circunstância pode obliterar nossa interpretação e impedir-nos de irmos além dos símbolos (2007:166).

o intelecto menos desenvolvido dos fatos e eventos reais em direção a uma zona confortável, onde o mito se parece com um sonho infantil de bênção e temor.

Mas os deuses podem ser excessivamente rigorosos e cautelosos. Nesse caso o herói deve se apossar do seu tesouro por meio de artifícios. Esse foi o problema de Prometeu. Sob essa forma, mesmo os mais elevados deuses aparecem como malignos ogros que ocultam a vida, e o herói que os engana, mata ou aplaca é honrado como o salvador do mundo. (CAMPBELL, 2007, p.170)

2.5.3 O Retorno

A *recusa do retorno* acontece quando o herói, depois de terminada a busca que realiza, e diante da necessidade de retornar com seu troféu, onde a bênção pode servir à comunidade, se recusa a fazê-lo.

A *fuga mágica* acontece quando o herói precisa voltar com algum tipo de espólio para sua terra. Se ele houver conquistado esse prêmio através da bênção dos deuses, será apoiado durante a sua fuga. Mas se o que carrega tenha sido obtido por meio de subterfúgios, esse estágio pode se transformar numa prodigiosa perseguição.

O retorno do herói pode prescindir de algum tipo de *auxílio externo*. Neste caso, ele pode estar num estado de embevecimento que o torna incapaz de discernir a aventura e a vida prática, e o faz escolher permanecer na perfeição da aventura. A partir daí, o herói terá pela frente a *passagem pelo limiar do retorno*, o que o levará do reino místico para a terra cotidiana.

Seja resgatado com ajuda externa, orientado por forças internas ou carinhosamente conduzido pelas divindades orientadoras, o herói tem de penetrar outra vez, trazendo a bênção obtida, na atmosfera há muito esquecida na qual os homens, que não passam de frações, imaginam ser completos. (CAMPBELL, 2007, p.213).

Na volta da aventura, o herói deverá enfrentar dificuldades impostas pela sociedade, que não compreende o estágio de iluminação que ele atinge, o conhecimento, o elixir ou o que tiver trazido consigo como prêmio. Suas aventuras passaram-se fora da terra conhecida, longe dos olhos do homem comum.

O herói então, tem a difícil missão de aceitar como real, depois de ter conhecido o sentido e os sabores da vivência em completitude, “as alegrias e tristezas passageiras, as banalidades e ruidosas obscenidades da vida” (idem, p.215).

Uma das habilidades com que o herói pode retornar da sua aventura refere-se à liberdade de “passar da perspectiva da aparição no tempo para a perspectiva do profundo causal e vice-versa”, significando o conhecimento de uma em virtude da outra. Ele é então o *senhor de dois mundos* e pode transitar livremente entre eles (ibidem, p.225).

Campbell apresenta um último momento na fase do retorno chamado *liberdade para viver*, onde o autor explora o significado arquetípico do final da jornada, como sendo a vida o campo de batalha, onde as criaturas vivem da morte das outras. A profundidade do sentido proposto por Campbell inclusive cita a possibilidade de diante das revelações, o herói se recusar a prosseguir ou a mascarar a consciência através de um “eu” projetado que não permitirá atingir a totalidade do conhecimento.

O alvo do mito consiste em dissipar a necessidade dessa ignorância diante da vida por intermédio de uma reconciliação entre consciência individual e vontade universal. E essa reconciliação é realizada através da percepção da verdadeira relação existente entre os passageiros fenômenos do tempo e a vida imperecível que vive e morre em todas as coisas. (CAMPBELL, 2007, p.232)

2.6 A DINÂMICA DO HERÓI POLÍTICO

Podemos considerar como mitos políticos as simbologias, as pessoas, instituições e até mesmo os programas de governo¹⁴. Isso porque o mito não é o objeto ou o personagem em si, mas o seu significado para a sociedade, a sua função arquetípica, inspiradora, depositária de confiança e geradora de fé.

Fazendo um caminho inverso do tradicional, e partindo do significado para se chegar no objeto, teríamos um lugar comum onde os sentidos, as representações,

¹⁴ A proposta de Claude Levi-Strauss sobre a relação mítica entre objeto e seu significado, apoiada ainda no estruturalismo de Foucault, Barthes, e Baudrillard nos mostra isso. Afinal, que outro significado poderia ser encontrado quando pessoas queimam bandeiras dos Estados Unidos no Oriente, senão uma forma de desafiar através do símbolo?

todos habitariam o mesmo local no imaginário do homem independente da forma: trovão, animal, pedra, homem ou ideia.

Em outro nível no arcabouço representativo, encontraríamos o panteão heroico, que nos interessa especialmente para este trabalho. De acordo com Joseph Campbell (2007), os heróis tiveram um papel bastante importante no mundo arcaico, porque a eles era confiada continuidade da narrativa do ciclo cosmogônico.

O ciclo cosmogônico deve prosseguir agora, por conseguinte, não pela ação dos deuses, que se tornaram visíveis, mas pela dos heróis, de caráter mais ou menos humano, por meio dos quais é cumprido o destino do mundo. (CAMPBELL, 2007, p.306).

Isso quer dizer que o herói, num primeiro momento, fora responsável pelo elo entre os atos fabulosos dos deuses – e por conseguinte distantes da realidade humana - para aos poucos perderem as habilidades fantásticas e aproximar a lógica e a “verdade” mítica do mundo vivenciado pelo homem. Segundo Campbell, o trabalho a ser feito caberia, a partir de então, especificamente ao homem: “controle das paixões, exploração das artes, elaboração das instituições econômicas e culturais do Estado” (2007:307). Assim, o primeiro modelo heroico tendo o homem como mito foi justamente o de um imperador que serviria por todas as gerações como exemplo de rei-homem (idem).

A mesma perspectiva do herói clássico proposto por Campbell também podemos encontrar em Max Weber (2004), quando trata do líder contemporâneo a partir do modelo arcaico encontrado na história.

...os líderes "naturais", em situações de dificuldades psíquicas, físicas, econômicas, éticas, religiosas e políticas, não eram pessoas que ocupavam um cargo público, nem que exerciam determinada "profissão" especializada e remunerada, no sentido atual da palavra, mas portadores de dons físicos e espirituais específicos, considerados sobrenaturais (no sentido de não serem acessíveis a todo mundo). (WEBER, 2004, p.323)

Para o sociólogo alemão, o homem primitivo percebia poderes nas coisas, tanto animadas quanto inanimadas, e nos homens, tanto vivos quanto mortos. E todas as crenças desses povos primitivos, inclusive as fábulas sobre a natureza e os animais, partiam desses pressupostos. A “sobrenaturalidade” de tais poderes significava que

não eram acessíveis ao homem comum e portanto, despertavam os poderes carismáticos (2004:342) que seriam atributos fundamentais para o herói e o líder.

(O poder do carisma) fundamenta-se na fé em revelações e heróis, na convicção emocional da importância e do valor de uma manifestação de natureza religiosa, ética, artística, científica, política ou de outra qualquer, no heroísmo da ascese, da guerra da sabedoria judicial, do dom mágico ou de outro tipo. Esta fé revoluciona os homens "de dentro para fora" e procura transformar as coisas e as ordens segundo seu querer revolucionário. (WEBER, 2004, p.327)

A abordagem sobre o mito, uma vez que ele encontra-se em parte num arcabouço metafísico, necessita considerar argumentos de uma rede extremamente complexa. O mito se impõe através de um sistema de crenças próprio, coerente e completo, formado por um conjunto de histórias ou “constelações mitológicas” - conceito talhado por Gilbert Durand (2004) e utilizado por Raoul Girardet (1987) e outros estudiosos - que no caso da política, podem surgir de horizontes completamente opostos como a esquerda ou direita.

Para Girardet (1987), dependendo do ponto de vista, o mito pode ser concebido como uma narrativa que se refere ao passado mas que preserva um valor explicativo na medida em que esclarece e justifica o destino do homem ou algumas formas de organização social; pode também permanecer confundido com a noção de ilusão, alterando os dados da observação e contradizendo as regras do raciocínio lógico; e pode também, ser apreendido a partir de sua função animadora¹⁵, de apelo ao movimento, “um estimulador de energias de excepcional potência” (1987:12). Entretanto, embora todas essas proposições pareçam corresponder a alguns dos principais aspectos do mito político, nenhuma é suscetível de esgotá-lo.

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente. (GIRARDET, 1987, p.13)

¹⁵ Girardet baseia essa perspectiva nas leituras da obra de Georges Sorel “Réflexions sur La Violence” de 1908.

O autor traçou um caminho alternativo ao que vinha sendo trilhado desde os anos 20 com a Escola dos Annales¹⁶ quando, em busca de uma história total, defendia-se a ideia de que o econômico e o social deveriam ocupar lugar fundamental na interpretação dos fatos, em detrimento da versão política oficial. Diante de um grande número de obras clássicas nessa vertente, Girardet se propôs a buscar a compreensão do mito político através das narrativas mitológicas, relacionando exemplos de personagens e fatos históricos na procura pelo sentido da formação do mito político.

De acordo com Girardet (1987), haveria quatro momentos míticos relacionados com os contextos em que surgem as narrativas: O Mito da Conspiração, O Mito do Salvador, O Mito da Idade do Ouro e O Mito da Unidade. E quatro seriam os arquétipos de Mito ou herói político: Cincinnatus, o homem de status histórico; Alexandre, o guerreiro; Solon, o homem providencial; e Moises, o profeta.

Há o tempo da presença, do Salvador enfim surgido, aquele, sem dúvida em que o curso da história está prestes a se realizar, mas aquele também em que a parte de manipulação voluntária recai com maior peso no processo da elaboração mística. E há ainda o tempo da lembrança: aquele em que a figura do Salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, dos seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas amplificações. (GIRARDET, 1987, p.72)

Para o autor, esse processo de surgimento - e manutenção - dos mitos políticos funcionaria como um exercício constante, onde os personagens poderiam revalidar-se ou perder a qualidade mítica, dependendo da apresentação e do ambiente formado pelos contextos. Em uma sociedade consumidora de informação, essa revalidação é essencial, pois a história é constantemente recontada pela mídia, e novos elementos aderem ao contexto histórico a cada minuto. Assim, a partir do momento em que o mito atinge a “amplitude coletiva”, passaria a combinar vários sistemas de imagens e de representações que formariam uma espécie de “encruzilhada do imaginário onde vêm curzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, por vezes mais contraditórias” (Girardet, 1987, p.72).

O mito político jamais deixa, nós o sabemos, de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica. Mas a constatação ganha, nesse caso particular, um valor quase

¹⁶ Abordagem multidisciplinar que surgiu em 1929 na França e colocou as ciências sociais sob a ótica de uma perspectiva histórica.

determinante. Certamente, a lenda está muito longe de sempre corresponder à realidade objetiva tal como esta pode aparecer ao olhar do historiador. Certamente, a narrativa legendária constitui, em si mesma, por si mesma, o objeto específico de nossa tentativa de análise. (GIRARDET, 1987, p.81)

Girardet acredita que o mito, da mesma forma como deve cultivar sua imagem para que a sociedade dele não se esqueça, precisa da continuidade do momento histórico onde foi criado para que seu caráter mitológico permaneça através do tempo. Para o autor, portanto, o processo de “heroificação” depende da união de dois fatores: a presença do caráter heroico do personagem, possível de ser visto pela sociedade como mito, e as necessidades dessa mesma sociedade em um dado momento de sua história.

O mito tende assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência... Marcado, condicionado pelo contexto fatural em que se desenvolve, o mito pode assim aparecer, e de maneira mais sugestiva ainda, como uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade. (GIRARDET, 1987, p. 82-83)

De acordo com o autor, independentemente do arquétipo mítico (Cincinnatus, Alexandre, Sólon ou Moisés) o mito político aparecerá sempre como um lutador, alguém que resiste a ameaças e não aceita submeter-se ao destino. O herói político deve marcar também uma divisão, uma ruptura no tempo que estabeleça uma clara distinção entre o que havia e o que haverá a partir de então: “...com ele, graças a ele, o “depois” não será mais como o “antes” (Girardet, 1987, p.80). Outra semelhança presente entre os variados mitos políticos e relacionada por Girardet seria o fato de normalmente esses mitos terem o dom da oratória bem desenvolvido.

Por fim, uma situação interessante na mitologia política, de acordo com Girardet (1987), é o fato de que a partir do momento em que o líder assume seu lugar como mito, ele passa a apresentar a marca da religiosidade na forma como é visto pela sociedade. Como se a crença se mostrasse mais forte que a razão, e os poderes sobrenaturais voltassem ao convívio das narrativas mitológicas, algo que ocorria entre as sociedades arcaicas.

...não aparece mais, então, como o simples representante, o simples executante da vontade geral. Ele é a sua encarnação no sentido mais profundamente religioso do termo: encarna-a na totalidade de suas dimensões sociais; encarna-a também na

totalidade de seu destino histórico, em seu passado, em seu presente e em seu futuro.
(GIRARDET, 1987, p.79)

O primeiro modelo de Salvador apresentado por Raoul Girardet é o de *Cincinnatus* (1987:73). Um homem de idade mais avançada, com experiência em grandes tarefas administrativas ou em batalhas, que depois da provação retira-se e passa a conviver longe da agitação da vida pública. Esse homem tem a gravidade do gesto e do ato como característica e é chamado pela sociedade para que, com sua experiência, restaure, proteja e devolva a tranquilidade para o povo. O segundo modelo é o de *Alexandre* (idem, p.75) o herói guerreiro que vencera suas batalhas pela espada. Ele é a precipitação para a glória, a vontade imediata, que deixa como mensagem a força da juventude e da coragem, o convite para a aventura. O homem providencial (ibidem, p.77) é o terceiro modelo. O arquétipo de *Solon* que vem a substituir o de *Alexandre*. Não mais fala-se do conquistador, mas sim do legislador. A confiança na figura grave de olhar seguro e cabeça erguida que repousa as mãos sobre os “textos que garantem a perenidade de sua glória” e que constroem a sociedade que está por vir. Por fim, o último modelo heroico apresentado pelo autor é o arquétipo de *Moisés*, o paradigma do profeta. Aquele que é capaz de prever o futuro através da história, de interpretar os fatos antes de qualquer um e “guiar seu povo pelo melhor caminho” (Girardet, 1987, p.78). Nesse modelo, há também uma carga religiosa mais evidente, o que sugere uma identificação ou propensão a esse arquétipo se realizar como mito em sociedades onde esse elemento religioso tem mais aceitação.

Podemos dizer que os mitos políticos de hoje guardam a relação de significado e adoração com os mitos das comunidades arcaicas. São líderes salvadores a quem podemos recorrer diante de uma ameaça terrível – e o que seria, senão, o “dragão” da inflação? Ao mesmo tempo, são exemplos de luta, de caráter, de perseverança, do melhor que, em nossa condição humana, é capaz de aflorar. Baseados em eventos reais, fictícios, ou fabricados por artesãos, esses mitos são figuras simbólicas e carregadas de emoção, aceitas como válidas, que alcançam um interesse ainda maior na mente das pessoas quando reforçados por músicas, histórias, nostalgia e a mídia (Yanarella, 1988).

Então, o mito pode ser visto como uma crença ou símbolo expressado em uma narrativa dramática que vive dentro da psique e da cultura das pessoas, muitas vezes porque é investido de intensidade emocional e preenche a necessidade social importante de manter unido determinado grupo. (YANARELLA, 1988, p.03)

Ou ainda, o mito político poderia ser entendido como a projeção de uma “miragem baseada nos desejos de uma parte da sociedade, usada para induzi-la a seguir um grupo político ou abraçar algum programa, sob a ilusão de que assim a miragem será atingida” (Woodcock, 1949, p.527).

Os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito, sob esse aspecto, dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. A mesma e essencial fluidez os caracteriza, ao mesmo tempo que a imprecisão de seus respectivos contornos. Como vimos, a diferença crucial entre os mitos do passado e os mitos do presente está na forma como suas façanhas se tornam conhecidas. No princípio, a narrativa oral, através da lenda e do ritual, do relato do ancião e da história passada de geração a geração; mas hoje quem nos conta sobre os trabalhos e façanhas desses heróis modernos é a mídia.

Para Girardet (1987), a construção do mito se dá de uma forma ilógica, através da relação de diferentes passagens, em uma dinâmica parecida com a dos sonhos, onde as imagens “se encadeiam, nascem uma da outra, respondem-se e confundem-se” (1987:14). Essa dinâmica faz como que, assim como o sonho, o mito não possa ser definido em contornos precisos.

Encontramo-nos em um domínio onde o único verdadeiro conhecimento seria da ordem do existencial: apenas aqueles que vivem o mito na adesão de sua fé, no impulso de seu coração e no empenho de sua sensibilidade se encontrariam em condições de exprimir sua realidade profunda. (GIRARDET, 1987, p.23)

A dificuldade de análise imposta por essa especificidade do mito, de acordo com o autor, implica que o observador, se afastado do objeto, não o compreenda na integralidade, enquanto que, se vive-lo intensamente, não o alcance “segundo uma compreensão objetiva” (1987:23).

Girardet (1987) acredita que apenas o plano da fábula não seja suficiente para o desenvolvimento do mito político. O contexto histórico é quem deve encarregar-se

de prover as “doses de realidade” para que ocorra a transformação do fato ou personagem em mito.

Trata-se de uma verdadeira mutação qualitativa: o contexto cronológico é abolido; a relatividade das situações e dos acontecimentos, esquecida; do substrato histórico não restam mais que alguns fragmentos de lembranças vividas, diluídas e transcendidas pelo sonho. (GIRARDET, 1987p.52)

Entre os contextos históricos, aqueles onde a instabilidade e os medos sociais se apresentam de maneira marcante sempre foram os grandes geradores de mitos e heróis ao longa da história. É o caso de catástrofes naturais, como as secas ou enchentes, de guerras entre nações, por territórios ou religião, dos acidentes de grandes proporções, todos atuando de certa forma sobre o emocional da população.

Outro quadro propício para a ocorrência dos mitos é apresentado por Girardet (1987:54-57) como o estado de ameaça causado por alguma espécie de complô, que proporciona um clima psicológico e social de incerteza, temor ou angústia, onde seriam evocados velhos terrores infantis e onde coloca-se mais facilmente a figura de um salvador.

Uma possível explicação para o grande número de heróis criados na América Latina também podemos encontrar em Max Webber, (2004), quando o autor sugere que nações menos estáveis necessitam mais de tal tipo de líderes devido a fragilidade das suas instituições públicas. Fazendo um análise rápida sobre países de economia e sociedades relativamente mais estáveis como França, Alemanha, Austrália, Japão – ou até mesmo o Chile, para citarmos um exemplo próximo do Brasil – não iremos encontrar na figura de seus líderes características predominantemente relacionadas a qualidades heroicas ou míticas. Ainda que se observe algum traço heroico, ele não é a característica dominante. Em outras palavras, o “peso” mítico nas lideranças de países estáveis tende a ser menor do que naqueles que atravessam distúrbios econômicos, políticos e sociais como o Brasil, Argentina, entre outros, o que dá certa razão à tese de Webber.

A justificativa para essa dedução pode ser encontrada na ausência de desafios relevantes que provoquem o aparecimento das figuras míticas ou heroicas como aquelas que irão “solucionar” os problemas das sociedades que passam por alguma

instabilidade. Nada impede que, em outro plano, um projeto esportivo, científico ou ambiental, por exemplo, surja a demanda e apareça o mito. Mas via de regra, podemos dizer que a estabilidade socioeconômica pressupõe uma acomodação tal que, particularmente no campo político, ocorra uma aceitação da realidade em relação às principais necessidades do país e o entendimento de que essa realidade é satisfatória.

Seguindo essa linha de raciocínio, as figuras de um salvador ou redentor se tornam tanto maiores ou mais relevantes quanto forem – ou parecerem – as necessidades sociais urgentes. E se for essa a lógica, temos de plano o interesse pela opinião pública como forma de fabricar momentos suscetíveis ao aparecimento do mito, onde o valor da estabilidade passa a garantir a manutenção de um projeto enquanto a turbulência o colocaria em risco.

Todo processo de *heroificação* implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência. (Girardet, 1987, p.82)

A organização da constelação mitológica e o surgimento do mito depende, segundo Girardet (1987) de uma dose de manipulação voluntária, que pode ser entendida como uma seleção lexical, semântica e retórica, realizada pelo narrador com o objetivo de orientar a construção do mito.

... a própria lenda napoleônica permanece, em relação a isso, suficientemente exemplar. Os Boletins do Grande Exército, as encomendas da iconografia oficial, a utilização do teatro e da música, por fim, o Testamento de Santa Helena testemunham, sem equívoco, um desígnio organizado de fabricação. Os etnólogos nos ensinam: não existe xamanismo sem uma certa encenação, nem feiticeiro que não seja também ator. (GIRARDET, 1987, p.72)

Assim, na complexidade que envolve a formação do mito político, a relevância das fontes das histórias, seja na comunicação direta interpessoal ou através de recursos - literários ou audiovisuais - torna-se evidente, principalmente naquelas sociedades com acesso restrito à informação.

Esse conceito de acesso restrito pode ser relativizado e não necessariamente diz respeito ao controle do Estado, mas inclui os grandes conglomerados de

informação que, da mesma forma, podem direcionar a formação do imaginário mítico através dos seus discursos, em um processo que analisaremos mais tarde durante este trabalho.

Como vimos até aqui, o mito político se configura através da organização de um conjunto de histórias, que não precisam necessariamente obedecer uma ordem linear ou cronológica, mas que pressupõe o agrupamento cognitivo dessas narrativas em busca de um sentido amplo, e esse sentido no caso é o próprio mito.

O principal para a configuração do mito, e aquilo que a maioria dos heróis pode esperar é, especialmente para os personagens envolvidos em política, receber a afeição duradoura de muitos e a inimizade de poucos (Brunk & Fallaw, 2006). E uma das características essenciais para que isso ocorra é o carisma.

Entre os povos arcaicos, os líderes “naturais” durante as dificuldades eram aqueles portadores de dons físicos e espirituais específicos, que seriam capazes de realizar milagres ou atos heroicos e, sobretudo, “provar sua missão divina no bem-estar daqueles a que ele devotadamente se entregam” sob pena de não serem reconhecidos como enviados dos deuses (Webber, 2004, p. 327).

Essa característica do líder era o que lhe garantia a admiração do povo e a aceitação como um indivíduo diferenciado. De acordo com Max Webber, essa é a qualidade carismática e é um dos atributos do herói e do líder. Seu poder fundamenta-se:

...na fé em revelações e heróis, na convicção emocional da importância e do valor de uma manifestação de natureza religiosa, ética, artística, científica, política ou de outra qualquer, no heroísmo da ascese, da guerra da sabedoria judicial, do dom mágico ou de outro tipo. Esta fé revoluciona os homens "de dentro para fora" e procura transformar as coisas e as ordens segundo seu querer revolucionário. (WEBBER, 2004, p.327)

O carisma funciona como uma qualidade unificadora capaz de manter juntos diferentes tipos de comunidades, de fazer com que um grande grupo de pessoas se identifique como nação. Essa identificação é interessante para um governo, uma vez que o senso de comunidade torna o grupo menos fracionário e, conseqüentemente

mais governável. Assim, as principais lideranças do estado geralmente desejam que seus constituintes percebam estado e nação a partir dessa perspectiva de unidade:

...de forma que, por exemplo, o pensamento brasileiro da nação brasileira seja automaticamente o pensamento do presidente brasileiro, do líder do estado, como a mais óbvia encarnação e a pessoa que fala pela nação. (BRUNK & FALLAW 2006, p.03)

Assim como o mito, o carisma não surge independentemente do contexto. Ele necessita de elementos formadores, contingências históricas transmitidas e percebidas pela sociedade que se organizam em torno de um personagem. O carisma como qualidade desejada e essencial para o político é conquistado através da apresentação desse indivíduo, seja pessoalmente, seja por intermédio de narrativas midiáticas, obedecendo ao conjunto de valores específicos daquela sociedade. Aparentemente, não são nem nunca foram os fatos em si, mas sim as narrativas sobre os fatos que carregaram a responsabilidade sobre a transformação do personagem em herói. Portanto, compreender as condições em que se produzem essas narrativas é fundamental para compreender o mito.

2.7 MITOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA

Os países da América Latina também foram especialmente ricos na construção dos mitos. Desde os movimentos de independência do século XIX, os políticos desses países têm apelado para esta simbologia, o que pode ser comprovado pela adesão dos populares em torno das personalidades de seus líderes - no caso dos Zapatistas, Porfírios, Peronistas e Sandinistas, por exemplo. Alguns dos heróis latino-americanos chegaram a ultrapassar as fronteiras de seus próprios países a ganhar notoriedade internacional, como Frida Kahlo, Che Guevara, Pancho Villa, Chico Mendes, Evita Perón, entre outros (Brunk & Fallaw, 2006).

E uma das explicações para esse grande número de heróis criados na América Latina ser maior vem do conceito de Webber sobre o carisma, de que nações menos estáveis necessitam mais de tal tipo de líderes porque suas instituições seguidamente falham. (2004:270).

Invariavelmente, os primeiros heróis e líderes políticos latino-americanos nasceram em um contexto de representação dos injustiçados e explorados. O ambiente de fragilidade social e econômica, como vimos anteriormente, por ser um potencial produtor de mitos, permitiu que estes surgissem em profusão. Como se uma fórmula pudesse ter sido aprendida: a partir da injustiça social, elege-se um culpado e apresenta-se um salvador – a mitificação do personagem político passou a ser regra especialmente nos países sul americanos.

Entre 1810 e 1825, a maioria desses países lutou e venceu guerras de independência contra a Espanha. E não é surpreendente que algumas figuras heroicas tenham dominado esse processo. Os mais proeminentes entre eles foram homens de ação, homens fortes e lordes da guerra, chamados caudilhos.

Pela façanha marcial e força da personalidade, eles muitas vezes dominaram seus países uma vez que a independência fora conquistada. Miguel Hidalgo e José Maria Morelos, no México, perderam suas guerras e mesmo assim se tornaram proeminentes no panteão nacional mexicano. Os dois grandes libertadores da América sul americana espanhola foram Simón Bolívar, na Venezuela, e José de San Martín, da Argentina, que traçaram um caminho pelo Peru para expulsar os espanhóis do continente. Além desses, outros tantos, como Francisco de Miranda e José Antonio Páez, Francisco de Paula Santander, Antônio José de Sucre, e o uruguaio José Gervasio Artigas. No Brasil, o processo foi mais pacífico e não produziu heróis da espada, mas de gesto, caso de Dom Pedro I com o grito do Ipiranga. (BRUNK & FALLAW, 2006, p. 05)

Essa diferença na gênese dos seus heróis, de certa forma, veio a se tornar uma das marcas do arcabouço mítico brasileiro. Enquanto os países vizinhos lutaram guerras e viram surgir mitos sobre a bravura dos seus comandantes e soldados, nossa independência veio como que a troco de pouco. Exceção aos movimentos como a Revolução Farroupilha, internos, e que criaram em estados como o Rio Grande do Sul alguns mitos relacionados com os combates nessas revoltas. Essa forma menos guerreira, mais construtiva e calcada na solução pacífica, foi em certo ponto, o modelo para os líderes latino-americanos que apareceram depois de 1870. (Idem, p. 06).

De fato, as últimas três décadas do século XIX foram como uma era de ascendência liberal que representava a crença em perseguir o progresso e a modernização através da liberdade do capitalismo. Assim, é possível perceber uma possível mudança de paradigma na criação do herói, que deixa de vincular-se à guerra para estabelecer-se a partir da qualidade administrativa. Entretanto, a fórmula sobre a

força da representatividade mítica do líder em relação aos liderados já havia sido aprendida.

Já no século XX, a primeira guerra mundial, a revolução russa e a grande depressão, chocaram de tal maneira as fundações e a tendência democrática, onde existia, bem como a ênfase na importação-exportação das economias liberais.

Muitos começaram a argumentar que os países da América Latina deveriam focar em um desenvolvimento econômico autônomo, prescrevendo um estado intervencionista que investiria em infraestrutura para fomentar o crescimento das indústrias. Enquanto a fé na democracia diminuía durante a depressão, novos modelos ideológicos, como o comunismo e o fascismo, pareciam oferecer maneiras mais promissoras de incluir as massas urbanas politicamente nervosas. Ascendendo para presidir sobre uma paisagem modificada em meados do século XX estava um novo tipo de líder personalista, e também um herói potencial, o populista. (BRUNK & FALLAW. 2006, p. 08)

De acordo com os estudos de Brunk & Fallaw (2006), o populismo pode estar mais para um estilo do que para uma posição ideológica, uma vez que os representantes dessa classe de mitos costumeiramente reúnem elementos culturais, como o tango, o samba, ou o corrido mexicano, com a tecnologia moderna, como o uso do avião e do automóvel para estender seu apelo político, além dos meios de massa, como o rádio e os filmes, para alcançar populações menos favorecidas (Idem, p. 08).

Especialmente os povos Latino-americanos têm demonstrado uma necessidade singular em relação à crença em personagens arquetípicos e mitológicos e “o personalismo tem sido mais forte na América latina que nos estados unidos” (Ibidem, p. 13).

Nota-se que o contexto concorre tão ou mais determinadamente para a criação do mito do que a própria história do personagem. Afinal, de que adiantaria um paladino da honestidade em uma nação onde todos os homens são probos? De que adianta um mago, onde todos apresentam domínio do sobrenatural? Nesse sentido, os políticos compreendem que o emaranhado de informações que a sociedade recebe diariamente tem papel determinante na construção do imaginário social, e que a perpetuação dos governos depende da satisfação do povo. Por outro lado, um projeto

de oposição que pretende tomar o poder deve promover a instabilidade como forma de forçar o aparecimento de uma nova figura representativa.

Em se tratando de democracias liberais, podemos dizer que há uma tendência em exagerar o papel do intelecto como responsável pelas ações do homem, mas também que o homem age fundamentalmente em razão do seu interesse. Essa fé na razão explicaria porque por tanto tempo fomos incapazes de compreender o que estava acontecendo na Alemanha de Hitler. Com a ideia de que os homens agem racionalmente, não se conseguiu compreender e alertar para as implicações de um regime que glorificava e manipulava o elemento irracional, ou seja, o mito (Durand, 2004).

Trata-se de um exemplo emblemático. A economia alemã, fragilizada pelo tratado de rendição da I Grande Guerra Mundial gerou uma crise de identidade social tão forte no país a ponto de que até mesmo sendo habitada por um povo culturalmente desenvolvido, com um nível de educação relativamente alto para os padrões da época, viu-se desamparada como nação e acabou apelando para a figura de um salvador.

Fica a pergunta de como o povo alemão, cheio de cultura e sabedoria, um povo que se opusera à barbárie napoleônica, como este povo se precipitou nos braços de um remitologizador de opereta, como Hitler. É que o nazismo, assim como a Revolução francesa, forneceu a um povo, com ingenuidade e brutalidade, um conjunto de ritos e de mitos, uma prótese do religioso, onde a Alemanha do Kulturkampf, assim como o Francês das Luzes, era privado. (DURAND, 2004, p. 16).

Ao mesmo tempo, a fenomenologia mítica responde a Durand quando elenca entre os contextos próprios para o surgimento da figura de um salvador a instabilidade, o sentimento de exploração do povo, fatores que fragilizam o emocional. Essa fragilidade ou instabilidade funciona como a porta de entrada para o mito. E se é verdade que entre os fatores onde recai parte da responsabilidade pelas nossas tomadas de decisão estão as nossas emoções, naturalmente no âmbito político, elas terão um papel fundamental.

A psicologia e psiquiatria têm dado evidências de que a conduta do homem é baseada sobre forças irracionais e sobre respostas habituais. Essas disciplinas sugerem que é na vida emocional do indivíduo que precisamos procurar as fontes da conduta política. (WILSON, 1949, p.01).

2.8 O MITO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

2.8.1 Da infância ao Sindicato

Conforme nos sugere Joseph Campbell (2007), o sentido da aventura heroica é criar um paradigma que sirva para restabelecer a conexão entre o extraordinário e o homem comum. Por isso, quando temos acesso a essas narrativas, podemos nos deparar com alguns “prodígios” que teriam a função de justificar a ideia de predestinação da condição heroica (Campbell, 2007, p. 309).

Para compreendermos a mitologia que envolve o personagem de Luís Inácio Lula da Silva, pesquisamos duas biografias impressas – além de algumas disponíveis na internet - com o objetivo de apropriar-nos daqueles fatos que interessariam para a construção de um mito, independentemente de sua veracidade. Conforme nos sugere Campbell (2007), na constituição do mito, a verdade não é um valor condicional.

...aqueles que fazem as lendas raramente se contentam em considerar os grandes heróis do mundo como meros seres humanos que romperam os horizontes que limitavam seus semelhantes, e retornaram com bênçãos que homens com igual fé e coragem poderiam ter encontrado. Pelo contrário, sempre houve uma tendência no sentido de dotar o herói de poderes extraordinários desde o momento em que nasceu ou mesmo desde o momento em que foi concebido. Toda a vida do herói é apresentada como uma grandiosa sucessão de prodígios, da qual a grande aventura central é o ponto culminante. (CAMPBELL, 2007, p.310)

Segundo a proposta de Campbell (2007), a infância é o momento onde primeiramente tem-se os indícios que apontam para uma vida heroica nas narrativas míticas. O exílio, a discriminação, a deficiência, seriam os temas recorrentes desse momento. “A criança do destino tem de enfrentar um longo período de obscuridade. Trata-se de uma época de perigo, de impedimento ou desgraça extremos” (2007:316). E a trajetória da infância de Lula é marcada por alguns desses desafios, assim como por algumas coincidências interessantes que trabalharemos a seguir.

Em 27 de outubro de 1892 nascia em Quebrângulo, no interior nordestino, Graciliano Ramos, autor de *Vidas Secas* (1938), talvez a principal obra sobre o desafio que o sertão brasileiro impõe aos habitantes do nordeste. No livro, o escritor conta a história de uma família que procura trabalho fugindo do estio e da inundação, vivendo como nômade e que, apesar do cansaço e das provações que o clima apresenta,

atravessa os anos carregando nos ombros o peso da existência sertaneja. Em Vidas Secas, tem-se uma ideia do que leva até hoje tantos nordestinos a alimentarem o sonho de partir para o Sul em busca de melhores condições de vida.

Em um mesmo 27 de outubro, mas de 1945 e em meio à conturbada sucessão que marcaria o fim do Estado Novo - dois dias antes de Getúlio Vargas entregar a presidência da República encerrando o seu primeiro período como líder da política nacional - nascia em Garanhuns, no interior de Pernambuco, Luís Inácio da Silva. Sem a presença do pai, Aristides, que partira para Santos durante a gravidez de D. Lindu, Lula foi o sétimo dos oito filhos do casal¹⁷.

Sete anos depois, o menino que um dia seria comparado à Getúlio Vargas, seguiria com sua família a sina dos personagens de Graciliano Ramos, tomando o rumo de São Paulo para fugir da aridez nordestina - e reencontrar o pai que o abandonara - somando-se ao contingente de retirantes que migraram ano após ano para os estados do Sul.

Houve duas grandes secas durante o período do Estado Novo de Getúlio Vargas. A primeira, em 1932 e a segunda em 1943 (NEVES, 2001). Mas o problema já havia se tornado preocupação nacional e passado a habitar o discurso político desde de 1877. Em 1892, Euclides da Cunha lançaria *Os Sertões*, depois de cobrir para o jornal O Estado de São Paulo a Campanha de Canudos e expor mais uma vez a realidade do povo nordestino para todo o país. Com as estiagens, os habitantes do interior daqueles estados passaram a migrar em conjunto para as grandes cidades reivindicando trabalho e comida e causando um problema social sem precedentes. Em 1932, a Interventoria Federal do Ceará, chegou a organizar acampamentos para receber esses retirantes e os manter afastados dos centros urbanos. O maior deles abrigou 60 mil retirantes - que eram mantidos cativos e impedidos de sair até

¹⁷ A primeira infância longe do pai, que abandonara a mulher grávida e os seis filhos no sertão de Pernambuco para viver com outra mulher em Santos, segundo a biógrafa Denise Paraná (2010:13), é um registro que encontra referência na proposta de Campbell, uma vez que o desafio imposto para o pequeno herói é, além do clima hostil, a vida afastada da referência paterna.

encerrar-se o período de seca, como se estivessem em um campo de concentração (idem)¹⁸.

Não é de admirar-se que, à medida que esses relatos tornavam-se públicos, alguns estereótipos tenham surgido em relação aos habitantes nordestinos. E a população do Sul, que acompanhava de longe o drama, passaria a conviver com parte dessa população com cada vez mais frequência. Já para os habitantes do sertão, não bastasse a seca, agora também havia a segregação lhes indicando um horizonte aparente melhor em terras mais ao sul do país. Especificamente em Pernambuco, entre os anos de 1950 e 1952, a população ainda sofreria muito com a estiagem.

É nesse contexto que Lula e sua família, guiados por D. Lindu, tomaram o rumo do sul em 1952 para reencontrarem-se com o chefe da família. De acordo com Paraná (2010), foram 13 dias em um caminhão “pau de arara”, até que os retirantes finalmente chegaram em Santos. Recebidos com desprezo por Aristides, reforçava-se o desafio da infância do menino Luís Inácio. Se por um lado, as condições de vida, por mais precárias que fossem para os trabalhadores do cais do porto de Santos, ainda eram bem melhores que as existentes no sertão pernambucano, por outro, a rejeição paterna se tornaria cada vez mais evidente com a proximidade que Lula experimentou do pai Aristides, alcoólatra, bígamo, violento e insatisfeito com a presença da família que havia deixado para trás.

Dona Lindu, naturalmente, é um elemento muito forte nas narrativas que se propuseram a relatar a história de Lula. Os depoimentos, muitas vezes do próprio personagem, sempre enaltecem a figura materna que superou a provação sertaneja e a fuga do clima hostil para enfrentar o desafio de encontrar o marido com outra família na cidade portuária de Santos.

As marcas da infância de Lula são portanto a estiagem nordestina, a “ideia dolorosa de paternidade irresponsável” (PINTO, 2011, p.50), a figura heroica da mãe,

¹⁸ Artigo publicado na Revista Brasileira de História, volume 21, número 40, 2001. Versão On-line disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000100006&script=sci_arttext>

Dona Lindu, e um outro elemento, a sorte ou o acaso, que por duas vezes mudou o rumo da história do nosso personagem.

Na primeira, o irmão mais velho burlaria o pai Aristides, escrevendo uma carta pedindo que a mãe arrumasse as coisas e deixasse o nordeste para viver com ele em Santos. Na segunda, um pacote de dinheiro encontrado por outro irmão que possibilitou a compra das passagens para Lindu e os filhos deixarem Santos e Aristides e partir para São Paulo (Pinto, 2011).

Esse ciclo da vida de Lula se encerraria com a mudança para São Paulo, depois que D. Lindu decidiu abandonar a vida de sofrimento e desprezo que levava em Santos. D. Lindu é a figura central da infância de Lula. A heroína que enfrentou a força do vilão Aristides e o desconhecido em nome da felicidade dos filhos. Antes de partir, D. Lindu ainda teria recebido uma proposta da professora de Lula, que o achava muito inteligente, para ficar com o garoto pois imaginava que se ele fosse com a mãe para a São Paulo, não se tornaria ninguém na vida.

Os mitos concordam com o fato de ser necessária uma capacidade extraordinária para enfrentar e sobreviver a essa experiência. São abundantes as anedotas sobre infâncias marcadas pela força, pela inteligência e pela sabedoria precoces. (CAMPBELL, 2007, p. 317).

De acordo com Paraná (2010), a adolescência de Lula chama a atenção primeiramente por dois motivos: a miséria que o personagem enfrentara morando na periferia paulista, e a confirmação da inteligência, supostamente superior à dos irmãos – Lula seria o único dos filhos de D. Lindu a ser aprovado em uma seleção – o que lhe proporcionou tornar-se aluno do Senai, e garantir o principal salário da família.

Outro ponto que a biografia deixa evidente é o aparecimento dos primeiros traços de uma característica presente até hoje no personagem de Lula como político. O bom humor e o jogo de cintura, estão listadas em diversos momentos do livro de Paraná (2010) e de Pinto (2011). Em uma dessas passagens, Lula suja o macacão novo propositalmente no seu primeiro dia de trabalho para agradar a mãe, pois sabia que o sonho dela era vê-lo formado mecânico. Outro momento citado em Pinto (2011) fala sobre a estratégia de Lula para pedir reajustes salariais enquanto ainda não era membro do sindicato, que era a de comparar seu trabalho com o dos companheiros.

Segundo Pinto (2011, p.84), trabalhando na Aços Villares, Lula teria pedido a um colega para que reduzisse a produção, porque a discrepância entre o rendimento dele e dos demais colegas era muito gritante.

Assim como tantas crianças da periferia, Luís Inácio precisou trabalhar desde cedo. Seus primeiros rendimentos vieram da ajudou aos irmãos como vendedor de laranjas, depois engraxate e teve uma experiência como telefonista.

Tímido, o menino que não conseguia gritar “laranja”, como exigia o irmão Ziza, se tornaria o telefonista que, no Ipiranga, mal conseguia balbuciar “alô” ao tirar o aparelho do gancho e ouvir a voz do interlocutor do outro lado da linha (PINTO, 2011, p. 64).

Mas o histórico de trabalho de Lula no meio onde ficou conhecido e de onde partiu para o movimento sindical começa com a entrada no Serviço Nacional da Indústria e a admissão na fábrica de parafusos Marte, onde permaneceu pouco mais de quatro anos (idem, 66). Depois, foram mais 11 meses numa fábrica chamada Independência, onde sofreu o acidente que lhe fez perder o dedo mínimo da mão esquerda, aos dezoito anos. Da Independência foi empregado da fornecedora de componentes para automóveis, Fris Moldu Car, até que em 1966 foi admitido na Aços Villares, em São Caetano do Sul, naquele que seria seu último emprego regular “pois a vida sindical o conduziu à militância remunerada” (ibidem, 83) a partir de 1969.

Naquele ano, mais uma vez, o acaso faria sorrir a sorte ao personagem Luís Inácio. Pelo que pode ser atribuído a outro golpe do destino, Lula, que não queria se envolver politicamente, foi convencido a participar da disputa sindical no lugar do irmão Frei Chico, impedido de concorrer à vaga de diretor (Pinto, 2011, p. 89).

Lula foi praticamente arrastado para o sindicato pelo irmão mais velho. Frei Chico tinha autoridade sobre ele. Mas quando assistiu na assembleia a uma disputa de ideias entre dois oradores brilhantes, enxergou naquele jogo uma partida mais emocionante que as do Corinthians, o timão que tanto amava (PARANÁ, 2010, p. 40)

No mesmo ano, Lula casaria com sua primeira esposa e enfrentaria outra dura prova em sua vida. De acordo com a biografia de Paraná (2010) o casamento entre Lula e Lourdes teria sido muito feliz até que, grávida de sete meses, a esposa contraiu hepatite e acabou falecendo meses depois, perdendo também a criança. A partir daí,

seguiu-se a depressão e Lula substituiu sua família pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (idem, p. 49). Esse parece ser um ponto de virada decisivo na história de Lula. Após a morte da esposa e do filho, o metalúrgico e sindicalista amargou um luto de anos para sair dele uma pessoa diferente.

Pois o herói mitológico não é patrono das coisas que se tornaram, mas das coisas em processo de tornar-se; o dragão a ser morto por ele é precisamente o monstro da situação vigente... Da obscuridade, emerge o herói... (CAMPBELL, 2007, p.324).

Lula havia perdido a timidez e “passaria a assediar as jovens da comunidade de São Bernardo do Campo” (Paraná, 2010, p.50). E na esteira das conquistas e aventuras, o sindicalista acabou se interessando por uma jovem que, assim como ele, havia ficado viúva cedo. Assim, Marisa Letícia entra na vida de Lula no ano de 1974.

Um ano depois, Lula concorreria e seria eleito para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. De acordo Pinto (2011), de 1975 a 1978, o Sindicato de São Bernardo foi liderado por Lula e Paulo Vidal¹⁹, titular na gestão anterior. “À medida que ele (Lula) adquiria experiência, eu (Vidal) ia soltando o Lula” teria dito Vidal ao biógrafo Nêumanne Pinto (2011, p. 96).

Desde seus primeiros passos num posto de comando ... ouvia pacientemente todos os diretores, calava ou consentia, nunca discordava, e fazia o que achava mais sensato. É claro que os diretores se sentiram prestigiados, e não é à toa que todos aderiram com entusiasmo ao novo líder (PINTO, 2011, p.148)

A figura de Lula começou a tornar-se conhecida fora do movimento sindical depois de liderar a primeira greve de trabalhadores no ano de 1978, desafiando não apenas empregadores, mas o regime militar. Passou a envolver-se diretamente com a negociação salarial estabelecendo o vínculo entre trabalhadores, políticos, empresários e representantes do governo, e passou a ocupar lugar de destaque, inicialmente, em jornais de pouca expressão do centro do país (Pinto, 2011).

Naturalmente, o mito existente em torno da pessoa de Luís Inácio Lula da Silva, ou ao menos a sua abrangência e magnitude, esteve diretamente ligado às coberturas jornalísticas. Antes de Lula, o proletariado da região do ABC Paulista já havia ganho as

¹⁹ Vidal foi presidente do Sindicato de São Bernardo do Campo por dois mandatos - chapa da qual fazia parte Lula - entre 1969 e 1975.

páginas do Jornal do Brasil em 1975, na reportagem “Perfil do Operariado Brasileiro”, que ganharia o prêmio Esso de Jornalismo Econômico no ano seguinte. Durante a greve de 1978, a cobertura da televisão se restringia ao âmbito local. De acordo com Silva (1985, p.39), o Jornal Nacional deixou de levar ao ar uma reportagem sobre as greves do ABC por censura do próprio presidente das organizações Globo, Roberto Marinho.

Após a greve e reeleito presidente do Sindicato de São Bernardo do Campo, ainda em 1978, Lula foi o convidado do programa Vox Populi, da TV Cultura. Apresentado como o líder de pelo menos 25 mil trabalhadores e a primeira figura de vulto a emergir dessa classe, Lula começava a ganhar a notoriedade nacional.

Em março de 1979, depois de liderar cerca de meio milhão de trabalhadores grevistas (Pinto, 2011) e participar ativamente das negociações pelo reajuste salarial, Lula finalmente teria espaço no Jornal Nacional e sua imagem atingiria todo o país pela televisão. Como as negociações pelo reajuste resultaram infrutíferas, a manutenção do movimento grevista causou a intervenção nos Sindicatos por parte do governo e a consequente deposição de Lula e seus companheiros.

Nos dias subsequentes à intervenção, Lula foi destaque de capa da revista *Veja*²⁰, que apresentava em duas matérias, os desdobramentos do movimento grevista e a intervenção militar sofrida pelos sindicatos. “Greve, impasse e a queda de Lula” era a chamada de capa para a reportagem “Questão de autoridade”, que apresentava os bastidores do Palácio do Planalto e o que era esperado do recém empossado Presidente da República, João Figueiredo. O texto fora construído sobre o depoimento de fontes que não tinham seus nomes citados (as informações eram atribuídas a “uma fonte do governo” e “um governador com livre trânsito no governo”), e dizia que Figueiredo estaria se sentido pressionado e preocupava-se que eventuais gestos moderados em relação aos grevistas fossem interpretados como sinal de fraqueza pela sociedade. A segunda matéria, apresentava na editoria de “Economia e Negócios”,

²⁰ Fonte: Acervo digital Revista Veja, disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

mostrava em 10 páginas de fotos e textos a ação do governo na intervenção que destituiria Lula e seus companheiros da liderança dos sindicatos na região do ABC.

Os momentos que envolveram a negociação de Lula com os metalúrgicos em assembleia, quando ele teria dito que estava disposto a negar o acordo feito com os empresários e resistir, “mesmo que isso significasse uma intervenção”, foram narrados na revista de forma a evidenciar em Lula a figura do líder trabalhador.

As narrativas míticas sobre Lula tiveram início de forma muito particular através de duas instituições que hoje são consideradas inimigas do ex-presidente da República. Veja e especialmente a Rede Globo, em suas matérias sobre as greves do ABC no final dos anos 70, foram claramente positivas em relação ao enquadramento de Lula como um líder de características míticas.

2.9 O MITO DO JORNALISMO

Toda a profissão é sobrecarregada de imagens, mas talvez nenhuma outra seja tão rodeada de mitos como a do jornalismo. De facto, o poder do mito tem envolvido a profissão de tal maneira que os jornalistas parecem ser os “Davids” da sociedade matando os “Golias” (aliás expresso no conceito do campo jornalístico como “contrapoder”) e o seu produto é apresentado como sendo uma transmissão não expurgada de um acontecimento. (TRAQUINA, 1999, p. 167)

Historicamente, a imprensa vem sendo identificada através de uma visão crítica que associa o jornalismo à propaganda política. Aos jornalistas que inauguraram essa atividade, restavam adjetivos como demagogos, fanáticos e escritores de terceira categoria. Os governos dos séculos XVII e XVIII, sobretudo autoritários, patrocinavam essa visão em seus discursos, mas ao mesmo tempo reconheciam o “perigo” que representava a divulgação de opiniões contrárias e críticas ao governo na imprensa.

No parlamento inglês foi que surgiu a expressão “Quarto Poder” através de um pronunciamento que se referia à galeria onde sentavam os jornalistas. Novamente, em 1828, a expressão utilizada é a do quarto “*état*” – termo francês para *estado*, tendo como referência os três *états* da Revolução Francesa (clero, nobreza e o *troisième état*, que englobava os burgueses e o povo). Nesse novo enquadramento da democracia,

com o princípio de “poder que controla poder”, a imprensa seria o “quarto” em relação aos outros três: executivo, legislativo e judicial.

A mídia arditamente valeu-se da habilidade dos jornalistas em representar e retratar os interesses sociais (a opinião pública) como forma de legitimar seu papel, justificar seu lugar crescente na sociedade e dar cobertura a um negócio rentável. O conceito de opinião pública já habitava a concepção de teoria democrática do estado e, a imprensa era o instrumento que teria a função de suprir a sociedade com informações que serviriam de base para as tomadas de decisões além de servir de mural das opiniões “públicas”.

Os jornais eram vistos como um meio de exprimir as queixas e injustiças individuais e como uma forma de assegurar a proteção contra a tirania insensível. Portanto a legitimidade jornalística está na teoria democrática e, segundo os seus teóricos, assenta claramente numa postura de desconfiança (em relação ao poder) e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder. (TRAQUINA, 2005. p. 47)

Aos olhos do governo, no entanto, os jornalistas continuavam sendo agitadores, subversivos, sem princípios e que fabricavam a opinião pública para tirar proveito econômico e alcançar prestígio social. Foram os filósofos e pensadores do século XIX que defenderam o papel democrático da imprensa por meio de suas teorias e que acabaram conquistando definitivamente para o jornalista o lugar de representante das vontades e opiniões do povo.

Alguns desses homens foram James Mills, Alexis de Tocqueville e Thomas Jefferson. Para Mills, a imprensa deveria ser um instrumento de reforma da sociedade que obrigasse o governo a efetuar as reformas sociais. Ele colocava claramente a imprensa como o “quarto poder”, adversário do governo. Tocqueville defendia que a liberdade de imprensa e a soberania do povo eram coisas absolutamente inseparáveis. E Thomas Jefferson, o terceiro presidente norte-americano, acreditava que não haveria democracia sem liberdade de imprensa.

Essa defesa da figura do jornalista como um defensor dos interesses da sociedade e um indivíduo com um poder maior do que os demais cidadãos, capaz de provocar reações na população, capaz de solucionar problemas, prever o tempo, revelar o que está escondido, justifica a representação da própria imprensa como um

mito. Enquanto produtor de notícias, fato é que o jornalismo tem esse poder de apresentar-se como paradigma da defesa dos interesses sociais e colocar-se em oposição ao que considera – e é natural que nem sempre o seja acertadamente – contrário.

Assim como nas histórias míticas, os papéis de herói e vilão costumam aparecer no jornalismo ditados pelas circunstâncias, contextos, pontos de vista e pelas representações. Os grupos de mitos, ou “constelações mitológicas”²¹ se formam na medida em que as notícias e as abordagens sobre os acontecimentos são apresentadas, e isso nem sempre ocorre obedecendo a uma ordem cronológica ou linear, como também nos lembra Luiz Gonzaga Motta (2005).

Nelson Traquina acredita que o estudo da força mitológica da ideologia profissional jornalística e do grau de autonomia da atividade podem ajudar nas análises das relações entre o poder instituído e a imprensa como um “quarto poder” (1999:141). Segundo o autor, por trás dessa ideia haveria uma noção de “comunicador desinteressado”, um papel que o jornalista desempenha como “observador neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (1999:167).

A construção dessa concepção dominante no jornalismo ocidental tem, de acordo com Traquina (1999), dois momentos cruciais. O primeiro, que surgiu em meados do século XIX com o jornalismo informativo ou o “New Journalism”, teria separado os fatos das opiniões. O segundo aconteceria no século XX, com o surgimento do conceito de objetividade.

De acordo com o autor, a objetividade acabou exercendo um papel de metodologia, protegendo o produto jornalístico da crítica, em uma época em que os fatos apresentados pela mídia perdiam a confiança do público. Isso aconteceu, segundo Nelson Traquina (1999), devido aos exemplos dados pelo surgimento das relações públicas e pela eficácia da propaganda da Primeira Guerra Mundial.

²¹ Conceito de Gilbert Durand apresentado por Raoul Girardet (1987).

Como os mitos políticos que precisam reinventar-se para manter sua posição (Girardet, 1987), o jornalismo, que tem como instrumento a representação do cotidiano através das notícias, irá utilizá-lo como forma de perpetuar-se na posição de mito. Seja através da promoção ou manutenção de um estado de instabilidade no imaginário social, seja através da crítica direta e indireta aos indivíduos que se opõem ao seu interesse, o jornalismo como instituição tem um papel a ser defendido e o valor da credibilidade é vital para que esse papel permaneça a ele atribuído.

Niceto Blázquez (1999), quando fala sobre os aspectos éticos e a função informativa da televisão, lembra que o jornalista corre o risco de, “na esteira da espetacularização, promover o culto à própria personalidade”, quando deveria “reconhecer com humildade que suas informações não podem ser objetivamente tão puras como desejaria o público” (idem, p.515).

Da mesma forma, Bourdieu (1997) evidencia o tratamento da figura do jornalista em relação ao político como o reflexo de uma relação de disputa onde seus discursos representam “uma visão cínica do mundo político, guiados pelos interesses ligados à competição que os opõe” (idem, 1997, p. 136).

É verdade, diga-se de passagem, que são encorajados a isso pela ação dos conselheiros e consultores políticos, intermediários encarregados de assistir os políticos nessa espécie de marketing político explicitamente calculado, sem ser necessariamente cínico, que é cada vez mais necessário para ser bem-sucedido politicamente ajustando-se às exigências do campo jornalístico, verdadeira “panelinha” que contribui cada vez mais para fazer os políticos e sua reputação. (BOURDIEU, 1997, p. 137)

Para o autor francês, portanto, a própria disputa que envolve o campo jornalístico e o campo político pode ser na verdade um instrumento que serve aos dois lados. Assim, a espetacularização que atrai a audiência para os produtos da mídia e o espaço para a performance do político são garantidos e constituem um ciclo formador dos mitos políticos.

3. MÍDIA

3.1 MITO E HISTÓRIA NA MÍDIA

Como vimos anteriormente, o afastamento gradual que a sociedade experimentou em relação às crenças fundadas nas narrativas mitológicas está profundamente relacionado com a popularização da escrita, principalmente depois do surgimento do alfabeto grego por volta de 700 a.C.

A força dessa cultura grega, fundada na mitologia e enraizada profundamente, contribuiu para que, paradoxalmente, mesmo tendo desenvolvido o alfabeto que se popularizaria e marcaria o início da história moderna, sua sociedade experimentasse uma transição da cultura oral para a escrita de forma lenta²², se comparada à vizinha Itália, que prontamente viu surgirem auditórios e seus imperadores oferecerem os serviços do palácio a quem dominasse a arte de ler textos de toda a natureza para assim entreter o público.

Enquanto os mitos fantásticos perdiam gradativamente seus lugares de representação na sociedade, o homem emergia como herdeiro desse processo. Imperadores, soldados, líderes religiosos, passaram a buscar identificação com o sobrenatural. A disseminação cultural também passaria a ocupar um lugar importante na organização social do Império Romano. Surgiam novas profissões e o letrado ganhava status social.

Entre o final do século IV e o início do século VI, o desenvolvimento cultural do Império Romano seria freado pelas invasões bárbaras, para só então, a partir da fundação de Constantinopla, o mundo voltar a vivenciar uma valorização do saber. Com a política cultural de Carlos Magno, a instrução passou à responsabilidade das autoridades religiosas e, a partir desse momento, a produção de livros se restringiu ao tema do catolicismo e a vida intelectual passaria a acontecer dentro dos mosteiros. Toda a literatura que não satisfizesse o crivo da Igreja Católica seria taxada de herege

²² A produção e circulação de um livro só iria acontecer na segunda metade do século V. (Giovannini, 1987).

ou bruxaria e, portanto, deveria ser perseguida e destruída. Por 500 anos desenvolveu-se uma cultura de exclusão (Giovannini, 1987).

E justamente durante esse período de monopolização do saber, o mito voltaria a ocupar seu espaço como principal modelo de significação. Com o controle e a retenção da produção de conhecimento, e através da distribuição da mensagem da Igreja Católica, os impérios mais poderosos do ocidente curvaram-se todos diante da “palavra de Deus”.

Somente a partir do século XII, com o aumento da população e o desenvolvimento econômico do Ocidente, o monopólio das instituições monásticas começou a diminuir e surgiram novamente as condições favoráveis para a popularização da cultura e o nascimento das Universidades.

A organização e a reunião de dados e de análises, além da sistematização dos conhecimentos adquiridos que eram possibilitadas pela escrita, impulsionaram o desenvolvimento da ciência que, aos poucos, voltaria a se sobrepôr à lógica fantástica das narrativas mitológicas e desafiar a Igreja Católica.

Foi o que aconteceu alguns séculos depois, quando Copérnico, Kepler e Galileu desenvolveram e refinaram o telescópio, e a Terra passou de centro do universo para uma viajante solitária no espaço e fizeram com que a sociedade se questionasse sobre quais eram os planos e o interesse de Deus no homem (Postman, 1994). Enquanto a ciência se desenvolvia, o mito fenecia.

Sem a moderna cultura escrita (grega) não teríamos a ciência, a filosofia, a lei escrita ou a literatura e, tampouco, o automóvel ou o avião. Uma lenta revolução estava em andamento enquanto Platão escrevia, e o sucesso de seu segredo estava na tecnologia superior do alfabeto grego (Havelock, 1995, p.xx)

A partir do desenvolvimento da tipografia Gutemberguiana, no século XVI (1540), houve a expansão da indústria do papel, a percepção de negociantes sobre a propriedade da notícia como mercadoria - capaz de gerar lucro - e sobre a necessidade de informações econômicas para a sociedade capitalista que estava em crescimento.

O aumento dos fluxos de informação a níveis nacional e internacional, culminaram com a explosão da comunicação impressa e foi então que surgiram os

primeiros jornais na Alemanha (1609), Holanda, França, Inglaterra e Itália (1636); e o primeiro impresso com periodicidade diária, o *Einnkomend Zeitung*, em Leipzig (1650).

O surgimento da imprensa não foi, entretanto um movimento apenas de caráter econômico. Havia também uma demanda social. A popularização da alfabetização, o apelo das descobertas científicas e sua tradução em conhecimento popular, o desejo pelo saber e a ideia de tomar conhecimento sobre o que acontecia nos principais centros do mundo foram a contrapartida de uma sociedade que patrocinaria assim a corrida pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e do jornalismo.

A bandeira da liberdade de expressão seria uma das primeiras a ser empunhada pelo jornalismo nas lutas contra a censura imposta pelos poderes absolutos das monarquias, contrários às ideias iluministas que insuflavam a sociedade contra o monopólio do poder político. Esse ideário era patrocinado por uma burguesia que acumulava riqueza através da exploração do trabalho e contestava o poder ao qual estava submetida. Determinante na concepção da ideologia favorável ao mercado, a burguesia articulava de maneira nem tão silenciosa, reunida nos cafés de Londres e Paris, contra a sociedade autocrática.

No final do século XVII, a Inglaterra de Milton e Locke, seria o primeiro país a ver a censura abolida²³. Em 1748, Montesquieu publicou *The Spirit of Laws*, livro que serviria de base para a Declaração dos Direitos do Homem que apontava a república como melhor forma de governo e a liberdade de expressão como valor fundamental. Em 1762, Jean-Jacques Rousseau apresentou *O Contrato Social* e, com ele, o conceito de “vontade geral” representando o interesse público. Além disso, Rousseau foi quem deu pela primeira vez sentido político ao termo *opinião pública*, que seria mais tarde trabalhado pelos filósofos ingleses, Bentham e Mills. A contribuição de Voltaire, por sua vez, avançaria em três conceitos: Tolerância, autoridade da lei, e importância da liberdade de opinião.

²³ Mas ainda assim, o controle sobre as reportagens parlamentares só seria completamente extinto em 1771.

Alguns dos maiores mitos políticos de toda a história surgiram justamente a partir desse ambiente de profusão de pensamentos e ideias iluministas. Nas Revoluções Americana (1776 a 1783), Thomas Jefferson, George Washington e Benjamin Franklin; e na Francesa (1789 a 1799), Napoleão Bonaparte. Esses personagens tiveram suas vidas diretamente ligadas à representação dos ideais de liberdade, que passaram a significar para a sociedade em geral, mas principalmente para a imprensa, um valor sagrado.

Entretanto, até meados do século XIX, os impressos se caracterizaram por servirem principalmente como instrumentos à serviço de ideologias político-partidárias e a imprensa identificada através de uma visão crítica que associava o jornalismo à propaganda política.

Os jornais eram vistos como um meio de exprimir as queixas e injustiças individuais e como uma forma de assegurar a proteção contra a tirania insensível. Portanto a legitimidade jornalística está na teoria democrática e, segundo os seus teóricos, assenta claramente numa postura de desconfiança (em relação ao poder) e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder. (TRAQUINA, 2005, p. 47)

Essa realidade só iria se alterar a partir do momento em que as notícias passaram a ser oferecidas como informação ao invés de opinião, e do aumento das tiragens; quando os jornais começaram a ser encarados como um negócio lucrativo e a atrair a atenção de grandes investidores.

Assim, no século XIX, verificamos a emergência de um novo paradigma – informação, não propaganda – que é partilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas; a constituição de um novo grupo social – os jornalistas – que reivindica um monopólio do saber – o que é notícia; e a comercialização da imprensa – a informação como mercadoria visível com o surgimento de uma imprensa mais sensacionalista nos fins do século, aquilo que se chamou o “jornalismo amarelo” nos Estados Unidos (TRAQUINA, 2005, p. 35)

Essa nova realidade multiplicou o número de jornais em circulação e aumentou a presença de empresários no negócio que visariam unicamente o lucro. E foi justamente o lucro alcançado com a publicidade, quem permitiu a expansão do jornalismo como atividade independente da política, com pretensos padrões de performance e integridade moral que, apesar de contestáveis, marcaram fortemente a produção jornalística durante boa parte do século XX.

Ao mesmo tempo que a redação perdera o contato com o poder político, o pensamento social desenvolveu-se em torno das liberdades individuais e da democracia. Um instrumento que imprimisse e divulgasse informações à favor dessas conquistas e contra o poder estabelecido seria um importante aliado da sociedade. Esse foi um fator de legitimação do jornalismo como representante de nobres valores sociais que ainda hoje faz parte do imaginário de alguns indivíduos sobre a atividade jornalística.

A afirmação da nova legitimidade jornalística ocorre perante o antagonismo do poder político, inserido num processo secular em luta pela liberdade, e, subsequentemente, pela conquista de uma nova forma de governo: a democracia. (TRAQUINA, 2005, p. 43)

O paradoxo ideológico acompanha o jornalismo desde então. Onde ou os veículos ou grupos de comunicação são pouco dependentes da política, mas por outro lado têm compromissos com os anunciantes e a ideologia do capitalismo de mercado, ou são desprendidos do compromisso com a publicidade, mas possuem um vínculo ideológico com a entidade que os patrocina²⁴.

3.2 MÍDIA HOJE

A abordagem política em qualquer plataforma se transformou em um ambiente de vital importância para o jogo político. No jornalismo, não se trata apenas da observação dos diferentes lados, que eventualmente mostraria como os políticos e a vida pública se desdobram, mas da criação de um ambiente, uma verdadeira arena, que passou a ser “o local onde o jogo da política e da vida pública é jogado, onde os significados da vida pública são gerados, debatidos e avaliados” (Craig, 2004, p. 4).

²⁴ Entretanto, há que considerar-se a crítica de sociólogos como Pierre Bourdieu (1997), quando diz que esse distanciamento em nome de uma pretensa objetividade, também representava uma lógica onde haveria a troca da propriedade e qualidade pela quantidade “é o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os “valores” ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores, portanto, na cifra de venda (best-sellers) e no lucro em dinheiro” (BOURDIEU, 1997, p. 105).

É essa mídia, com todas as dificuldades de acesso, com todos os problemas de interpretação e produção de conteúdo sob influência econômica e política, que se configura como o Monte Olimpo, a morada dos deuses que habitam as páginas desse trabalho.

Quando Marshall McLuhan escreveu *Os meios de comunicação como extensões do homem* (1964) ele cunhou o famoso conceito de que “o meio é a mensagem”, onde por “meio” se deveria entender todos aqueles aparatos que nos serviam aumentando o poder dos nossos sentidos. Esse entendimento estabeleceu o caminho a partir do qual a mídia seria estudada durante as próximas gerações. De lá para cá, com o desenvolvimento dos seus aparatos tecnológicos e suas novas aplicações, a mídia tornou-se cada vez mais fundamental na vida contemporânea.

Tão fundamental, tão intrincada no nosso dia a dia, que para autores como Roger Silverstone (1999), a mídia se transformou em uma “dimensão essencial da nossa experiência”, uma vez que dela dependemos para suprir nossas necessidades de entretenimento, informação, passando também por questões como comodidade e segurança²⁵. Para Silverstone, a mídia deve então ser vista como um “processo”, do qual fazemos parte e por meio do qual trafegam os discursos e a informação.

Podemos pensar nela como linguagens, que fornecem textos e representações para interpretação; ou podemos abordá-la como ambientes, que nos abraçam na intensidade de uma cultura midiática, saciando, contendo e desafiando sucessivamente (SILVERSTONE, 2005, p. 15).

Esse dimensionamento que coloca a mídia ao nosso redor sob uma perspectiva de onde só podemos a ela e às suas representações submetermo-nos, pode ser uma das causas da resistência que cresce diariamente em relação a aceitar que a vida seja influenciada pelos processos midiáticos que a todos envolvem.

Resistência que experimentamos quando nos deparamos com proposições do tipo: “fabricação” de um mito pela mídia. A reação que normalmente encontramos é de aversão a tudo que faz parte e envolve qualquer produto midiático. A mídia demonizada, é identificada como um dos vilões da história e identificada assim em sua

²⁵ Idem, p. 12-16.

mitologia. A mídia está julgada e podemos perceber facilmente o desconforto ante à ideia da sua influência sobre imaginário da sociedade através das críticas que recaem sobre suas representações. Políticos, estudantes e profissionais liberais, agem como se dominassem os processos que fazem parte da produção midiática, como se fossem capazes de apontar os erros e acertos a partir de um lugar de fala privilegiado. Essas críticas, como numa espiral do silêncio, ganham lugar e importância nos discursos e, apesar de as vezes realmente acertarem os alvos, têm afetado sistematicamente a aceitação de alguns de seus produtos, entre eles, os mitos políticos.

O meio acadêmico, que dá sua contribuição ao pensamento necessário e indispensável sobre a atividade dos meios de comunicação, desde há muito tempo critica a mídia por sua abordagem sensacionalista sobre os assuntos de interesse público. Tobias Peucer (1690) foi um desses percussores, e chamava a atenção em sua tese de doutorado para o fato de que as notícias eram normalmente “relatos precipitados”, escritas por pessoas que raramente detinham propriedade e conhecimento específico sobre os assuntos de que estavam tratando (Sousa, 2008).

Esse conjunto histórico de abordagens com conotação negativa pode ter ajudado a consolidar uma sensação de afastamento entre sociedade e política, entre cidadãos e a vida pública. De acordo com Craig (2004), a audiência passou a ver-se como simples espectadora em um processo onde sua única importância estaria na escolha do voto nas eleições. Tais críticas podem também estar enraizadas na percepção do público sobre a manipulação das formas de comunicação com objetivos políticos e na sua orientação comercial.

Há uma história complexa sobre a ideia da cultura de massa como decadência social (Brantlinger, 1983), mas os medos sobre a queda cultural através da aplicação da mídia visual ganhou proeminência no início do século XX quando as técnicas de propaganda foram utilizadas principalmente por regimes totalitários, mais notadamente pelo partido Nazista na Alemanha (CRAIG, 2004, p.22).

Mas seus méritos também precisam ser proclamados. A onda de descontentamento que está onde quer que o discurso público sobre a performance da mídia ocorra, e que não é de todo injusta, deixa de lado comumente uma de suas funções vitais, especialmente o jornalismo, que exerce papel fundamental na sociedade democrática.

Parte desse mérito está justamente na escrutinização da vida pública (Craig, 2004). Mesmo que realizada a partir de vícios de prática, ou levando em consideração o estabelecimento de compromissos ideológicos e financeiros, o levantamento dos assuntos ditos públicos e a veiculação desse material tende a funcionar como um sistema de controle diretamente ligado aos interesses da sociedade. É o que se entende pelo conceito de “quarto poder”: o exercício da pressão sobre órgãos de governo através da publicação de notícias que dizem respeito aos acontecimentos da esfera pública²⁶.

Portanto, falar sobre a mídia considerando apenas seus efeitos “nocivos” é, sem dúvida, fechar os olhos para sua abrangência. A mídia é uma parte indissociável dos contextos, das mensagens e das relações que criam e dão forma, entre outros aspectos da nossa sociedade, à política e à vida em sociedade. É inegável que ela é paradoxal, no sentido de que, embora seja um *negócio* sujeito às pressões do capital, exerce uma função especial na saúde das democracias. Sua importância entretanto, vai além. Através da mídia disseminaram-se os conhecimentos que foram responsáveis pelo desenvolvimento da humanidade.

Além dos conhecimentos que se popularizaram, nos tornamos aptos a acessar diferentes problemas das sociedades atuais através da leitura de jornais, da audiência de rádios e televisão. Como destacou Walter Lippmann no clássico “Opinião Pública” (1922), as informações que chegam através da mídia são responsáveis por uma parte significativa de nossa visão de mundo.

O mundo que temos que considerar está politicamente fora de nosso alcance, fora de nossa visão e compreensão. Tem que ser explorado, relatado e imaginado. O homem não é um Deus aristotélico contemplando a existência numa olhadela. É uma criatura da evolução que pode abarcar somente uma porção suficiente da realidade que administra para sua sobrevivência, e agarra o que na escala do tempo são alguns momentos de discernimento e felicidade. E ainda assim, esta mesma criatura inventou formas de ver o que nenhum olho nu poderia ver (...) Gradualmente ele cria para si

²⁶ Um exemplo do reflexo dessa publicidade pode ser observado se considerarmos que as manifestações ocorridas em junho e julho de 2013 nas principais cidades do Brasil, tiveram entre as suas causas o conhecimento sobre os atos e os desmandos ocorridos no país. É inegável que o conhecimento acerca desses desmandos veio através de informações em algum momento mediadas, ou seja, que passaram pelo escrutínio jornalístico.

próprio uma imagem credível em sua cabeça do mundo que está além de seu alcance. (LIPPMANN, 2008, p. 40).

Da mesma forma que é importante termos consciência sobre o grau de dependência midiático para a formação do nosso sistema de crenças, é preciso que compreendamos a construção do “domínio público”, aquilo que está presente em nossas problematizações sobre o mundo em que vivemos, e que é também um fenômeno mediado, dependente dos discursos e das representações a que acessamos. E entre as atividades ligadas a construção do domínio público, como a publicidade e o cinema, o jornalismo é considerada a mais dotada de credibilidade. Seu objetivo é a divulgação dos fatos e informações consideradas de interesse público, tendo por princípio e trabalhando com o uso da verdade – ou a partir dela. É no jornalismo então que buscamos as informações imprescindíveis sobre política, economia, saúde ou tempo, mas também sobre esportes, entretenimento e até mesmo sobre as “celebridades” do mundo artístico.

Mais que a busca de informação, de acordo com Felipe Pena (2006), o jornalismo supre uma necessidade de conhecimento, algo que atenuaria a ansiedade e o medo inerentes ao ser humano.

... a natureza do jornalismo está no medo. O medo do desconhecido, que leva o homem a querer exatamente o contrário, ou seja, conhecer. E assim, ele acredita que pode administrar a vida de forma mais estável e coerente, sentindo-se um pouco mais seguro para enfrentar o cotidiano aterrorizante do meio ambiente (PENA, 2006, p. 23).

Um dos medos que nos move, por exemplo, é o de tomarmos uma decisão incorreta ao votarmos em um governante que não dê atenção para as demandas da saúde, que faça com que nossa economia fracasse, nossa segurança e qualidade de vida despenquem. Esse medo nos leva a buscar informações, sobretudo nas épocas de eleições, sobre a vida pública e política dos candidatos. O jornalismo, ciente dessa demanda e do seu papel como “observador” dos atos públicos, historicamente tem chamado para si a responsabilidade sobre esse tipo de divulgação e passou a assistir a sociedade com esse tipo de informação fazendo da política a mais antiga de suas editorias.

É o que vimos com o nascimento da imprensa regular, independente e crítica na Inglaterra no início do século XVIII, que facilitou o desenvolvimento de uma

sociedade racional, um público que discutia e debatia os problemas diários através das leituras dos jornais. Nesse sentido, está na gênese da massa pública urbana, que hoje é capaz de discutir e exercer pressão sobre os governos, a responsabilidade pelo seu desenvolvimento que a mídia proporcionou a partir do seu surgimento (Craig, 2004, p. 5).

Por isso, podemos dizer que a imprensa levou a uma reorientação fundamental na natureza da vida pública. Não mais o “ser de domínio público”, ou o “passar à esfera do conhecimento” estaria ligado à antiga condição da presença física. Esse fenômeno passaria a ser gerado pelos processos de publicação e leitura, ajudados pela profundidade e organização que dificilmente a oralidade seria capaz de repetir, e atingindo pontos bastantes distantes da origem dos atos, fatos ou pontos de interesse retratados. A imprensa criava assim um público distinto que seria *reunido* em torno de um conhecimento adquirido através da leitura em comum, mesmo que as informações fossem acessadas a partir de contextos espacialmente e temporalmente distantes do local onde houve a produção da mensagem.

Com o tempo e o surgimento de novas mídias, passamos a enfrentar com dificuldade a tarefa de compreendermos o impacto da mídia na vida pública moderna. A quantidade de fontes de informação e a interconectividade desses diferentes contextos comunicativos, surgidos uns a partir dos outros e apropriando-se uns das qualidades dos outros faz com que essa tarefa nos

Na esfera política e na sua representação mítica, que são os objetos deste trabalho, qualquer discussão que envolva a mídia e o jornalismo precisa considerar diferentes contextos de recepção que estão presentes em um dia comum. Somos bombardeados diariamente por diferentes fontes de informação e cultura: da leitura do jornal matinal para a audiência de uma música no rádio enquanto nos dirigimos para o trabalho, ou da leitura de uma revista enquanto esperamos por uma consulta no médico para o acesso de websites enquanto passamos o tempo até que, ao final do dia, assistimos aos noticiários de televisão.

Compreender a formação dos mitos pela mídia passa então por esse “problema”: Não podemos excluir as diferentes formas de acesso à comunicação como

fatores também determinantes para o resultado final da construção de uma imagem pública. Nesse sentido, até mesmo o entretenimento, por mais aparentemente dissociado de um noticiário jornalístico, atua através de seu poder de significação. Mas para fins desse trabalho, de todas as formas possíveis de disseminação de informação e cultura capazes de interferir na imagem mítica de um personagem político, entendemos e elegemos como mais poderosa a televisão, e é sobre ela que iremos traçar nossa análise.

Esse fato já havia representado uma mudança revolucionária na estrutura e organização da vida pública, quando se deu o surgimento e o crescimento do mercado cinematográfico e mais tarde o da televisão, principalmente a partir do início do século XX. A indústria audiovisual reestabeleceria o vínculo entre imagem e informação que havia sido perdido com a disseminação da escrita e da leitura. Acessar o local do acontecimento visualmente significava a economia de parágrafos e até páginas inteiras em livros e jornais. O fascínio pela imagem em movimento, o sentido de realidade por ela despertado, num primeiro momento, fez com que a mídia ganhasse em credibilidade. Mas a “visibilidade” de fato, a que acontece ao presenciarmos um evento qualquer, não seria ainda pela mídia substituída. A representação dos acontecimentos por imagens sempre aconteceu através de uma ação mediada.

Conforme nos ensinou McLuhan, as formas de comunicação que vão surgindo jamais excluem totalmente as antigas, mas se especializam ao apropriarem-se dos seus atributos. Desta forma, a televisão apropriou-se do discurso literário e desenvolveu uma narrativa que passaria a reunir imagens em movimento e sons a partir ou em torno de textos. No jornalismo televisivo, esse processo é bastante evidente e o texto escrito ainda é parte fundamental da atividade. Só é possível sincronizar imagens e narração porque esses elementos estão organizados a partir dos textos escritos. As matérias são apresentadas em um telejornal através de um discurso simples e com a intenção de representar uma conversa trivial, onde um assunto chama “naturalmente” o outro, mas na verdade são organizadas a partir de uma lógica que segue o princípio do início, meio e fim. Da “introdução, desenvolvimento e conclusão” que aprendemos ser a fórmula da boa redação.

3.3. TELEVISÃO

Parte das críticas que encontramos sobre a abordagem da mídia no tocante a temas como a política tem origem no senso-comum de que ela exerce uma influência maligna sobre a política e a vida pública. E a televisão recebe a maior parte dessas críticas porque, ao mesmo tempo que proporciona um alto grau de realismo – é certo que assistir a um político falar nos traz mais informação do que ler o texto do seu discurso num jornal – ela deixa muito pouco a ser descoberto e criticado. O formato audiovisual e a estrutura narrativa da televisão, que nos apresentam o ritmo e a continuidade, são responsáveis por gerar essa credibilidade maior do que a da imprensa, por exemplo, que “por ser uma forma mais abstrata de representação, nos oferece uma perspectiva mais afastada dos conteúdos que apresenta” (Craig, 2004, p. 14).

É paradoxal que a televisão, que nos fornece representações tão realísticas do mundo e nos fornece retratos tão pessoais das figuras públicas, também nos provoque uma crise sobre a perda da percepção do real (CRAIG, 2004, p. 15).

A televisão passa, no Brasil e no mundo, por um processo de reconfiguração. Um movimento que gera discussões e ações nos âmbitos profissionais e acadêmicos, com o interesse de encontrar as respostas para os questionamentos sobre esse aparelho que nos encanta – e há poucas palavras capazes de sintetizar tão bem a sua complexidade – e nos intriga.

É o que nos diz, por exemplo, Carlos Tourinho (2009), quando alerta para uma “perda de fôlego” da mídia em relação a outras formas de veiculação de conteúdo, que passaram a dividir com a TV o tempo gasto pelo público enquanto assiste à programação; que também há da parte do público um interesse crescente pela interatividade, coisa que até bem pouco tempo não existia na programação televisiva e, por fim, que o crescimento exponencial dos investimentos em mídia como a internet superaram em 300% o da televisão (idem, p. 202).

Outro autor que nos leva a essa reflexão é Pierre Bourdieu (1997). Para ele, os jornalistas e o campo jornalístico deviam sua importância ao monopólio que detinham sobre os instrumentos de produção e difusão de informação em grande escala e,

através desses instrumentos, do acesso das pessoas ao “espaço público” criado pela grande difusão (1997:65).

Naturalmente, com as novas formas de publicidade, ou melhor, com os novos “espaços públicos” criados principalmente pela internet, e com a perda do monopólio da produção e veiculação de informação possibilitadas pela facilidade de domínio de ferramentas como câmeras de foto e vídeo, houve um declínio gradativo na importância atribuída ao jornalista e ao jornalismo.

A velocidade de transformação e evolução das possibilidades de compartilhamento de informação gerou também uma problematização acerca das questões envolvendo sociedade e comunicação. Enquanto o caminho trilhado para a substituição do sinal eletromagnético pelo digital criou novas possibilidades de medição de audiência e de interação entre o público e o emissor, a internet, a segunda tela e as redes sociais, por sua vez, proporcionam novas formas de se assistir e discutir produtos que antes poderiam ser veiculados exclusivamente pela TV, rádio ou cinema. Dessa forma, o ato de ver televisão, que pode parecer não ter se alterado tanto, na verdade é hoje resultado de um processo muito mais complexo, apesar de ainda bastante experimental, que busca caminhos para melhor explorar as possibilidades das novas tecnologias, e que colocou o telespectador numa posição ainda mais intermediária na relação entre produtores de conteúdo, audiência e publicidade. Assim como a TV que discutiu-se até bem pouco tempo não é mais a mesma, tampouco é o mesmo seu público.

Pessoas estão a fim de se expressar. Essa tem sido a aposta de vários articuladores da mídia como vimos anteriormente nas experiências de jornais, TVs por assinatura, TVs abertas e – principalmente – sites da internet (Tourinho, 2009, p.213).

Se antes não havia “discurso (análise científica, manifesto político etc.) nem ação (manifestação, greve etc.)” que, para ter acesso ao debate público não devesse “submeter-se a prova da seleção jornalística” (Bourdieu, 1997:67), hoje vivemos uma realidade onde o chamado “espaço público” da televisão deve moldar-se ao interesse da audiência como uma questão de sobrevivência.

No processo de mudança da programação tendo em vista uma maior interação entre produtores de conteúdo e audiência, vivemos a busca de formas mais interessantes para o telejornalismo ser entregue ao público. Para Tourinho (2009), a opinião do telespectador passou a ter mais força no espelho do telejornal e a exercer uma forma de influência. Fato é que desde o momento em que passou a ser possível veicular a própria opinião nos sites das redes de televisão e, principalmente, nas redes sociais, bem como sugerir pautas de interesse público nesses locais virtuais, os produtores de informação passaram a prestar mais a atenção à esse tipo de manifestação. Não apenas a crítica e a sugestão de pauta, mas o envio de material amador como fotos e vídeos, foi um dos responsáveis para o que Tourinho vê como a abertura para o jornalismo colaborativo, uma tendência que ganhou bastante espaço na programação jornalística nos últimos anos. O alerta de Tourinho fica por conta da intencionalidade desses “colaboradores” e a tentadora possibilidade de “autopromoção”. O autor acredita que poucas pessoas realmente participam dessa modalidade de jornalismo por ideologia ou pela democratização da informação (idem, p. 214).

Com essa nova realidade, seria possível dizer que houve um certo constrangimento causado pela audiência na formação da pauta de um telejornal e que, de certa forma, essa influência enfraqueceu cada vez mais um mito que sempre foi referência na atividade jornalística: o próprio jornalista, seja ele repórter ou âncora.

Quando vemos o telejornal ou folheamos as páginas de um quotidiano partimos habitualmente do pressuposto de que o jornalista é digno de confiança e nos relata aquilo que efetivamente aconteceu, fazemos fé na credibilidade de sua palavra, confiamos na fiabilidade das imagens do acontecimento. Raramente nos encontramos na situação de podermos verificar *in loco* a veracidade dos factos relatados (TRAQUINA, 1999, p.32).

Especialmente no Brasil, a televisão se configurou como a principal fonte de informação e entretenimento, contribuindo para que a cultura nacional fosse marcada por uma fraca literalidade - diferentemente da Europa, por exemplo - e entrasse direto da oralidade para a cultura do audiovisual.

Vários fatores contribuíram para que a TV se tornasse mais importante no Brasil do que em outros países: a má distribuição da renda, a concentração da propriedade das emissoras, o baixo nível educacional, o regime totalitário nas décadas de 1960 e 70, a

imposição de uma homogeneidade cultural e até mesmo a alta qualidade da nossa teledramaturgia (RESENDE, 2000, p. 23).

Apesar de Resende (2000) acreditar que o telejornalismo é a “a principal forma de democratizar a informação” no Brasil porque atinge um público iletrado, desinteressado pela notícia mas que assiste ao telejornal enquanto espera pela novela (idem p.24) desconsiderando que o Jornal Nacional, por exemplo, é o produto com maior índice de audiência da televisão brasileira; em outros países, (Craig, 2004) como nos Estados Unidos e na Austrália, os noticiários de televisão também transformaram-se na principal fonte de informação.

Não faltam críticas ao modelo de televisão vigente no Brasil. Uma das mais recorrentes, diz respeito à falta de controle, seja por parte da sociedade ou do governo, que é quem distribui as concessões, em relação à programação e em relação a tudo o que é produzido, do jornalismo ao entretenimento (Hoineff, 1996). Destas questões, a distribuição de concessões é um problema histórico. Desde o surgimento, a televisão brasileira tem estado nas mãos de empresários e investidores privados - foi assim com Assis Chateaubriand, Silvio Santos e Roberto Marinho. Uma situação completamente diferente do modelo Europeu, onde os governos detinham o controle das redes até meados dos anos 80, e só a partir de então principiaram-se os processos de privatizações.

Outra crítica que nos sugere Hoineff (1996) é a diferença entre o modelo de televisão europeu e o brasileiro, onde no primeiro a televisão é vista como um bem cultural que pode ou não ser acessado, que pode ou não satisfazer o espectador através de sua programação; e no segundo, trata-se de um meio de comunicação de massa, destinado originariamente a cumprir um papel estratégico (Wainberg, 2001) de unificar a sociedade em torno de uma cultura, e onde, portanto, a cobrança por realidades gerais, que servissem e satisfizessem a todos - como se o público telespectador formasse uma massa homogênea - se tornou a base de algumas dessas críticas.

A cultura televisiva no Brasil está profundamente ligada à ausência de alternativas de uma sociedade sem acesso a outros tipos de consumo cultural, em especial aqueles que levam o espectador para fora de casa. (HOINEFF, 1996, p. 53).

Niceto Blázquez é um desses autores que admitem a necessidade do telespectador aprender a controlar a televisão, selecionando os programas e sempre levando em consideração que a neutralidade ética não existe (Blázquez, 1999, p.521).

Essa diferença marcante que existe na maneira como brasileiros e europeus tratam a televisão parece ter lugar de destaque em relação ao poder de influência exercido no Brasil por essa mídia, especialmente quando se trata da formação de mitos. Conforme nos lembra Olga Curado (2002), é preciso considerar que:

...toda a informação presta um serviço, isto é, serve a alguém ou a uma ideia: não existe notícia "neutra". Isto significa que o jornalismo tem Ideologia – isto é, revela uma forma de pensar, ou pontos de vista a respeito de uma determinada questão (CURADO, 2002, p. 170).

Saber identificar e posicionar o discurso televisivo como uma narrativa parcial deveria ser a contrapartida da audiência no processo de comunicação entre mídia e massa. No Brasil esse referencial parece nunca ter sido explorado. A televisão aberta brasileira, da mesma forma que pretendeu-se a quintessência da representação artística popular - através dos festivais dos anos 60 e 70 e das telenovelas - também tentou lançar-se como paradigma do jornalismo objetivo e imparcial, copiando o modelo norte-americano principalmente através do Jornal Nacional (Hoinéff, 1996).

A relevância da televisão brasileira, como já dissemos, também resulta de um problema criado quando as primeiras antenas repetidoras foram instaladas no país (Wainberg, 2001). O discurso crítico atual passa longe da ideia que se tinha há 40 anos, quando os altos escalões do governo militar viam na promoção desse meio de comunicação uma forma de criar e garantir uma identidade nacional, auxiliando na manutenção da soberania cultural e política do país frente à uma ameaçadora presença comunista.

Assim, promoveu-se no país a televisão apenas por seus aspectos positivos. Hoje sabe-se que na verdade ela acabou disseminando a cultura metropolitana, sobretudo paulistana e carioca, e que isso resultou numa opressão da identificação cultural que havia em médios e pequenos centros populacionais, coisa comum em um país com as dimensões do Brasil.

Talvez tenha sido por esse mesmo motivo que controlou-se tanto a televisão – e controla-se até hoje – nas questões ditas “morais” e “religiosas”. A homogeneização cultural, na verdade, era pano de fundo para uma homogeneização ideológica deflagrada pelo antigo regime, que naturalmente viria carregada da “moralidade e bons costumes” aprendidos ou reforçados nas academias militares e que encontravam, pelo menos os seus discursos, adeptos importantes entre os principais executivos de comunicação do país. Trata-se, portanto, de uma herança de um projeto antigo, mas ainda atuante sobre um povo que pouco lê mas passa em média três horas por dia em frente a um aparelho de televisão²⁷.

A televisão se tornou o eletrodoméstico de maior penetração nos lares de todo o mundo. Mais do que isso, hoje está nos aeroportos, bancos, elevadores, aviões e até mesmo no transporte público. Em países como Brasil e Austrália, por exemplo, a abrangência da TV atinge cerca de 99% dos lares - muitos deles, com mais de um aparelho²⁸. Em parte devido a essa penetração, inúmeras pesquisas apontam para a TV como o meio preferencial de acesso à informação. Mais do que isso, apontam para a televisão como um dos meios que geram maior confiabilidade, devido às suas qualidades técnicas:

Televisão é muitas vezes tida como confiável devido à sua riqueza textual: nossa habilidade para ouvir as pessoas falarem e agirem provém desse meio de uma alta credibilidade - mesmo que a captura de imagens para os noticiários de televisão, como acontece com outras formas de mídia, seja também selecionada e editada (CRAIG, 2004, p. 8).

Se a natureza audiovisual da televisão nos fornece altos graus de realismo, por outro lado, a forma textual como as notícias sobre política e assuntos públicos são apresentados acabou sendo responsável por uma série de questionamentos. A brevidade com que esses temas são abordados, e a necessidade que a televisão tem de selecionar e apresentar “boas imagens” se colocam como empecilhos no momento de realizar o jornalismo televisivo.

A mitologia, as lendas, os contos de fadas, a comunicação de massas, servem-se de mitos por ser mais fácil para a mente expressar os conteúdos (valores) através das

²⁷ Pesquisa Meta Hábitos de consumo de televisão

²⁸ Fonte: Meta: pesquisas de opinião e Geoffrey Craig, 2004, p. 07.

histórias e narrativas do que de conceitos. O mito serve para tal captação. Tudo o que não se torna (jamais) claro para a mente ou é inconsciente ou transcendente emerge sob a forma de mito. (TÁVOLA, 1985, p.12).

Além disso, a forma como as narrativas televisivas são apresentadas parece obedecer a uma lógica onde o que interessa é cativar o telespectador. Assim, os recursos disponíveis para tocar emocionalmente a audiência tendem a receber uma atenção especial nos processos de construção dos discursos. É o que acontece com os mitos - agregadores, formadores de sentidos de comunidade, remetentes à tempos melhores – quando sua utilização volta a ter na TV a mesma função das narrativas milenares desde que a oralidade consolidou-se como forma de comunicação. É o que nos sugere Luiz Gonzaga Motta (2013), quando nos diz que é através das narrativas que nos constituímos e criamos nosso arcabouço cultural e social.

Quando narramos algo, estamos nos produzindo e nos constituindo, construindo nossa moral, nossas leis, nossos costumes, nossos valores morais e políticos, nossas crenças e religiões, nossos mitos pessoais e coletivos, nossas instituições... Através das narrativas recobrimos nossas vidas de significação. Elas reiteram e confirmam o canônico, nomeiam e explicam o desviante, legitimam e estabilizam o mundo. Na narrativa, imitamos a vida; na vida, imitamos as narrativas. (MOTTA, 2013, p. 15).

A isso também se refere Roland Barthes (1973), quando diz que a narrativa pode estar presente nos mais diferentes gêneros de linguagem, nas mais variadas formas de comunicar conhecidas pelo homem, seja uma articulação oral, escrita, gestual, seja com ou sem o uso de imagens:

...(a narrativa) está presente no mito, na lenda na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura (recorde-se a Santa Úrsula de Carapaccio), no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação. (BARTHES, 1973, p. 19).

A partir dessas argumentações, podemos dizer que a narrativa mitológica também está presente no tratamento que a televisão utiliza para referir-se a determinados personagens através do tempo, com uma particularidade: as possibilidades técnicas do audiovisual, que conferem a esse produto um maior poder de encantamento, fazem da televisão o local mais apropriado para a produção de figuras míticas no mundo moderno.

Já vimos que as figuras míticas nos acompanham e são uma demanda que se repete nas sociedades através dos tempos, pois como nos sugere Joseph Campbell, elas têm a função de “fornecer os símbolos que levam o espírito humano a avançar,

opondo-se àquelas outras fantasias humanas constantes que tendem a leva-lo para trás” (Campbell, 2007, p.21). Mas a forma como essas narrativas ganharam importância e legitimidade com a popularização do audiovisual acabou sendo determinante também para que houvesse uma mudança no processo de produção dos mitos.

Em relação ao antigo contador de histórias, por exemplo, poderíamos dizer que o jornalista estaria equiparado ao xamã ou ao ancião, porque detém o direito sobre o lugar de fala nos discursos que nos revelam o mundo diariamente. Através de seus discursos, esse profissional pode criar os mitos ou os destruir. Ao capturar a atenção da audiência através de recursos retóricos ou da utilização de apelos míticos, ele eleva o ato noticiado ao nível do sobrenatural, na clara intenção de modificar em algum grau a mente do telespectador através do seu discurso. Talvez gozando mais a perversão de exercer esse poder transformador, do que o dever de cumprir com sua obrigação profissional.

Se a maneira como esses discursos são produzidos não é de domínio popular, como os próprios discursos o são, naturalmente temos criado o espaço adequado para a especulação livre em relação à produção jornalística. É onde percebe-se a responsabilidade dos autores que dominam os métodos de produção e podem orientar a crítica a partir de suas experiências. Algumas questões como o espaço dedicado aos personagens políticos e o viés de enquadramento costumam aparecer recorrentemente nesses questionamentos. Pierre Bourdieu (1997) é um desses autores e acredita que a televisão atua como um instrumento de manutenção da ordem simbólica realizada através de um controle sobre quem pode ter acesso ao meio televisivo e o uso inadequado do tempo para a veiculação de notícias de interesse geral, no lugar de informações que seriam realmente importantes mas não são transmitidas.

3.4 TELEVISÃO E POLÍTICA

De acordo com Pierre Bourdieu (1997), o campo político perdia importância ao longo do tempo através do que ele percebeu como uma lenta “despolíticação” da sociedade. E essa despolíticação seria resultado da forma como a televisão referia-se à política.

Para o autor, ao pretender atingir uma grande massa de consumidores, a televisão acostumou-se a lapidar a informação com a intenção de amenizar eventuais choques que fossem capazes de dividir ou excluir a audiência (1997:63) e, dessa forma, tornar o seu produto mais palatável. No campo da política, tradicional arena de opiniões e disputas ideológicas, esse tipo de prática acabaria colocando no plano do “fait divers” assuntos que poderiam ser causadores de questionamentos importantes e enfraquecendo seu impacto perante ao público.

Porém o mais importante é que, através do aumento do peso simbólico da televisão e, entre as televisões concorrentes, daquelas que se ajustam com mais cinismo e sucesso à busca do sensacional, do espetacular, do extraordinário, é certa visão da informação, até então relegada aos jornais ditos sensacionalistas, consagrados aos esportes e às variedades, que tende a impor-se ao conjunto do campo jornalístico. (BOURDIEU, 1997, p. 72).

Assim, o autor acredita que a televisão estaria afastando o telespectador cada vez mais da realidade, sobretudo da realidade política, através de um discurso que teria por objetivo manter a audiência calma através de uma programação leve, que não causasse sobressaltos.

Em um universo dominado pelo temor de ser entediante e pela preocupação de divertir a qualquer preço, a política está condenada a aparecer como um assunto ingrato, que se exclui tanto quanto possível dos horários de grande audiência, um espetáculo pouco excitante ou mesmo deprimente, e difícil de tratar, que é preciso tornar interessante (BOURDIEU, 1997, p.133)

A opinião explicitada por Bourdieu (1997), sobre como a política se enquadra como pauta jornalística é questionável, sobretudo, se avaliarmos o tratamento que recebe do jornalismo no Brasil, onde a pauta política é presença constante no horário nobre do telejornalismo. O que esse entendimento do autor francês pode ajudar a explicar é uma possível adequação da narrativa política a formatos menos obtusos, mais amigáveis ou “espetaculares”, que contribuiriam assim para a formação dos mitos.

Pelo fato de que o essencial de sua competência consiste em um conhecimento do mundo político baseado na intimidade dos contatos e das confidências (ou mesmo dos rumores e dos mexericos) mais que na objetividade de uma observação ou de uma investigação eles tendem com efeito, a levar tudo para um terreno em que são peritos, interessando-se mais pelo jogo e pelos jogadores do que por aquilo que está em jogo, mais pelas questões de pura tática política que pela substância dos debates, mais pelo efeito político dos discursos na lógica do campo político (o das coligações, das alianças ou dos conflitos entre as pessoas) que por seu conteúdo... (BOURDIEU, 1997, p. 135).

Ou também:

Talvez por isso todos os políticos notáveis sejam antes de tudo grandes conquistadores de almas. Do mesmo modo, a potência de um império depende menos, pense-se o que quiser, da força dos seus exércitos que da admiração inspirada por ele. (MAFFESOLI, 2011, p.32)

Pensar o político no século XXI pressupõe ter em mente uma evolução através do tempo do homem, da sociedade e da atividade política. O homem, que cada vez mais abandona o paradigma do progresso e volta-se para o seu interior em busca de uma evolução pessoal e espiritual; a sociedade, que reorganiza-se em redes e grupos de interesses cada vez mais especializados e representativos; e uma atividade política que, ao menos no Brasil, parece ser a última a transformar-se, pois ainda encontra-se presa em grande parte aos padrões individualistas da vantagem e do favorecimento pessoal.

Um claro exemplo dessas transformações tivemos nas manifestações que ocorreram a partir de junho e julho de 2013 com a eclosão de um movimento social contra o “establishment” nacional. Uma revolta pós-modernista em essência, organizada dentro da sua “desorganização”, dividida em tribos, cada uma com seus próprios interesses, mas que encontravam-se num propósito geral, como que manifestando um saber coletivo contra o descompasso existente entre os detentores do poder – e aqui nos interessa os poderes político e midiático – e a sociedade. Esse descompasso tem origem no papel atribuído à política. Ela é a forma que permite a existência em sociedade, a relação entre os indivíduos, que limita e controla, e que está fundada numa “ideia”, como nos sugere Maffesoli (2011), que serve a todos como “cimento social”.

Se essa ideia, de acordo com Maffesoli (idem, p.25), pode estar baseada num mito, num fato ou numa história nacional, podemos aproximar esse conceito daquele proposto por Durkheim e abordado por Wolton (1990) na sua problematização sobre a

televisão aberta (ou geralista) e a televisão paga que fragmenta a audiência, que é o do “laço social”. Nele a televisão representaria o papel de promotora desse laço, desse sentido de unidade, que ocorre através do acompanhamento de sua programação.

A televisão geralista é a única que junta informação e programas de entretenimento – esses dois grandes gêneros que estão na origem do sucesso da televisão e que constituem também os dois grandes aspectos da realidade: o mundo objetivo, histórico e o mundo do lazer e da distração. A presença num mesmo canal, em horas diferentes do dia, desses gêneros diferentes, desempenha um papel de unidade social e cultural evidente, mesmo que os telespectadores não tenham plena consciência disso (WOLTON, 1990, p.112).

Entretanto, não é apenas o ato de assistir televisão que promove o laço social. Alargando o espectro do conceito, podemos crer que o laço social também se dá através de ideias compartilhadas – e voltamos a Maffesoli – e aceitas como representativas de uma cultura. E se em termos de volume, de abrangência e de credibilidade, temos na mídia, especialmente na televisão, as principais ferramentas de disseminação de informação e cultura, o “cimento social” que funda a política depende sobremaneira da forma como é abordado pela mídia e pela TV.

O poder político tem uma origem ecológica que está ligada à ordem cósmica e a um pensamento onde o chefe possui um poder mágico. Ele ocupa esse lugar porque, através desse poder especial, é capaz de tomar as decisões mais corretas para o bem comum, como pode ao mesmo tempo ser o responsável pelos infortúnios que venham a se abater sobre determinada sociedade.

Observou-se, com frequência, que o chefe é o responsável pela miséria, pela seca ou por intempéries naturais. Eis o que parece paradoxal ou ao menos bastante primitivo. Mas se sabe que tal pensamento mágico sobrevive através dos tempos e que, mesmo contemporaneamente, imputam-se aos governantes fatos e malfeitorias que os ultrapassam. (MAFFESOLI, 2011, p.29).

Esse aspecto sobrenatural também é visto por Zygmunt Bauman (2000) como a fonte do medo gerador do poder humano - e político. Para o autor, o poder coercitivo, gerador da obediência e do servilismo, tem origem em uma espécie de terror “fabricado” pelo homem, que aproveitava-se da reverência às forças da natureza, ao desconhecido e inexplicável, e colocava-se como mediador desse poder (Bauman, 2000, p.65).

Assim temos uma ligação do político com o sagrado, o religioso, que é inerente ao seu papel e à forma como é visto pela sociedade: aquele que faz a mediação entre a realidade do mundo que vivemos e o sobrenatural. Ao mesmo tempo, o político é o produto de uma necessidade de organização do espírito, da fé, da crença da humanidade ou de um grupo de pessoas em torno de uma imagem comum (Maffesoli, 2011, p.33).

Toda essa construção só é possível, entretanto, porque há uma característica essencial no ser humano que vai além da lógica e da racionalidade: a imaginação criadora, que nos propõe Castoriadis:

E é nestes dois níveis, ou seja, no psíquico e no *social-histórico* que encontramos esta capacidade de criação, que nomeei, mais particularmente, *imaginação* e *imaginário*. Há uma imaginação radical da *psiquê*, isto é, há um surgimento perpétuo de um fluxo de representações, afetos e desejos indissociáveis e, com efeito, incontroláveis (CASTORIADIS, 1992, p.91)

Essa capacidade criadora do homem, em conjunção com a representatividade histórica do papel político, pode ser a responsável por fornecer-nos os elementos que possibilitam o surgimento dos mitos no âmbito político em pleno século XXI. O mito, portanto, é uma criação do imaginário social.

Conforme Maffesoli (2011, p.35), há no político uma ligação com o meio natural e um reforço do sentimento coletivo e da emoção partilhada, do “estar-junto necessário a toda vida social” que pode justificar a ideia de que o próprio político, uma vez mitificado, exerce também a função de laço social. Essa constatação não é difícil de encontrar em autores como Joseph Campbell (1989) e Mircea Eliade (1992). Esses autores citam, entre as principais funções e características dos mitos, a de geradores de um sentido de “unidade social”. É o que diz também Ernest Yanardella (1988) em sua pesquisa sobre mitologia política e ficção popular:

Então, o mito pode ser visto como uma crença ou símbolo expressado em uma narrativa dramática que vive dentro da psique e da cultura das pessoas, muitas vezes porque é investido de intensidade emocional e preenche a necessidade social importante de manter unido determinado grupo. (YANARDELLA, 1988, p.3)

O poder da representação política através dos produtos audiovisuais está além dos efeitos de seu consumo pelo público. Sabemos que mídias como o cinema e televisão (e também internet, quando se trata de audiovisual) pressupõem formas

especiais de discursos que se diferenciam do texto impresso, do rádio e da fotografia. São imagens em movimento e sons. E podemos dizer que, como tal, aproximam-se mais da comunicação direta entre emissor e receptor do que suas versões menos complexas. Essa reunião de elementos que encanta o observador e permite prender sua atenção como poucas narrativas, tem a propriedade de dar ênfase aos elementos capazes de formar, confirmar ou confrontar o nascimento de um novo mito político.

Além de uma representação, o audiovisual político é um discurso. E como tal, é paciente de algumas circunstâncias elencadas por Michel Foucault (2012), como a exclusão e a interdição, que atuam sobre a formulação dessas narrativas. A primeira é a faculdade da não citação, do não pertencimento, do não ser assunto. A segunda, está relacionada a uma certa limitação que pode surgir, de acordo com Michel Foucault, pelo “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala”.

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade de desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 2012, p. 9).

Foucault chama a atenção para a especificidade da política - e da sexualidade - como meios onde o discurso é realizado através de um jogo nem sempre transparente, objetivo e direto. Onde o texto, o som e a imagem “dizem não dizendo”. Assim, essas características também são transferidas e fazem parte do discurso telejornalístico.

Assim como Bourdieu (1997), Foucault (2012) também acredita que uma das formas de exercício do poder da televisão está na dificuldade - ou controle - de acesso ao meio. Além de a produção audiovisual de qualidade demandar uma técnica minimamente apurada, equipamentos e material humano que sejam capazes de captar e editar dentro de um padrão de exibição mínimo; inserir publicidade na programação tem um custo elevado que limita o poder de quem está “do lado de fora” da TV. Tem-se então a valorização do espaço que não é publicitário, como o do entretenimento e do jornalismo, que ao apresentarem determinados produtos – ou personagens – agregam a eles importância ainda maior do que a do espaço pago, uma vez que há um filtro criterioso para se fazer parte desses “lugares”.

...trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for de início, qualificado para fazê-lo (FOUCAULT, 2012, p. 35).

Se considerarmos o telejornalismo como um campo que tem por função a de apresentar fatos verdadeiros e de interesse público, uma aparição política - pertencer ou fazer parte desse discurso - tem um resultado avassalador em termos publicitários. Assim, limitar ou dar visibilidade à uma imagem política em um telejornal pode permitir ou inibir o surgimento de um novo mito.

Há presente nesse processo uma relação de interesse ideológico, mercadológico e profissional, onde também os partidos, governos ou candidatos que souberem explorar o espaço concedido pela televisão, que dominarem o “habitus” da produção audiovisual e forem capazes de entregar um produto (candidato, ideologia, projeto) processado - quase industrializado - e em um formato amigável para esta mídia, estarão potencializando sua capacidade de atingir o público. A espetacularização passou ter status de pré-requisito para o exercício da atividade política.

O espetáculo portanto, faz parte do discurso televisivo e naturalmente se faz presente no discurso telejornalístico. Por essa lógica, as narrativas ganham dramaticidade, que resulta, por vezes, em uma maior valorização dos fatos. E o mito aproveita-se dessa lógica. “Hoje se cumpre o velho ditado do circo: o espetáculo não pode parar. Na televisão, o espetáculo se desenrola continuamente, hora após hora, dia após dia. Sempre”. (Resende, 2000:36)

Naturalmente, a política contemporânea está organizada cada vez mais sobre a apresentação da imagem e do controle sobre os eventos midiáticos, e essas particularidades são em grande parte resultado das demandas da televisão. Podemos dizer que a TV, portanto, potencializou o fenômeno da espetacularização - ou midiaticização - do campo político.

A adequação ao novo ambiente, não resta dúvida, implica em mudanças relevantes da dinâmica política, inclusive com a absorção de novos atores (mídias e peritos de diversas ordens, tais como marqueteiros, publicitários, analistas de sondagens quantitativas e qualitativas, comunicólogos etc.); novos instrumentos operativos (a

exemplo das sondagens, dos planejamentos estratégicos, dos dispositivos potentes de produção de imagens plásticas e sociais etc.); novas linguagens e modos de comunicar; nova relevância para as imagens plásticas e sociais e novas tensões produtivas, especialmente entre os (antigos) profissionais da política e os (novos) profissionais midiáticos, muitos deles, a rigor, agora também com pertença ao campo político (RUBIM, 2002, p.1-26).

A relação do jornalismo com o mito é uma via de mão dupla. Assim como ele pode associar a personagens externos uma série de faculdades míticas, também se autoproclama membro de uma classe paradigmática, defensora dos interesses da sociedade e da justiça. E quando o jornalista - ou a empresa jornalística - incorpora essa aura mítica, temos um campo de força pronto para entrar em conflito com aqueles que se opuserem aos seus julgamentos.

O poder mítico tem envolvido a profissão de jornalismo de tal maneira que muitas vezes os jornalistas são apresentados como os Davi da sociedade matando os Golias" (TRAQUINA, 2005, p. 146).

Essa aura mítica não se trata de uma construção puramente profissional e "intramuros". Ela é fundamentada na aceitação do público, que busca um representante, que tende a acreditar na presença de um "salvador". O jornalista, devido à exposição facilitada pelo acesso ao meio em que trabalha, seja através de nome ou foto no jornal, seja pela presença na televisão, está sempre muito mais perto de tornar-se um paradigma para a sociedade do que aquele personagem que não pertence ao meio e que, ao menos que compre o espaço publicitário, será enquadrado pelos próprios jornalistas quando tiver seus atos, ideias ou imagem divulgados.

A teoria democrática, na sequência da lógica "o poder põe em cheque o poder", aponta para a afirmação também de uma liberdade negativa do jornalismo – o jornalismo como guardião dos cidadãos – em que os meios de comunicação social protegem os cidadãos de eventuais abusos de poder por parte de governantes, cuja tradição até o início do século XIX foi de repressão e tirania. No papel de "guardião" do poder, as relações assentam, segundo os seus teóricos da democracia, numa postura de desconfiança e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder político. (TRAQUINA, 2005, p. 129).

A mídia sempre valeu-se da habilidade dos jornalistas em representar e retratar os interesses sociais (a opinião pública) como forma de legitimar seu papel, justificar seu lugar crescente na sociedade e dar cobertura a um negócio rentável. Mas aos olhos do governo, no entanto, os jornalistas continuavam sendo agitadores

subversivos e sem princípios, que fabricavam a opinião pública para tirar proveito econômico e alcançar prestígio social.

Para compreendermos o discurso audiovisual do telejornalismo como uma narrativa mitológica é necessário considerar a o ato de contar histórias como uma prática cultural, que dota os acontecimentos de fronteiras temporais, que os organiza e os apresenta para serem consumidos e para fazerem sentido em uma realidade ampla. É o que nos aponta Nelson Traquina (1999) citando o estudo de Elizabeth Bird e Robert Dardenne (1988) onde as notícias “transcendem as suas funções tradicionais de informação e explicação, contribuindo para um sistema simbólico duradouro” (1999:192). Nesse sentido, as narrativas recriariam o sentido de segurança da sociedade atuando através de uma função “remitificadora”.

Em termos de participação da televisão na representação política, é importante dizer que um dos mais significativos reflexos dos novos tempos (internet, redes sociais, múltiplas plataformas) é a perda de parte da influência em relação à construção do imaginário da audiência (Tourinho, 2009). Isso significa dizer que a influência, antes exercida substancialmente pela TV, está hoje cada vez mais dividida com outras mídias. Já dissemos anteriormente que vivemos uma lenta “inversão de jogo” que tem entre suas características as influência das novas plataformas digitais, o jornalismo colaborativo, a interatividade, a programação organizada pelo usuário e o desejo que este tem de “comandar a ação” (idem; 2009:221).

Essa perda de influência pode ser vista como o resultado de um lento processo de conscientização que iniciou há cerca de 60 anos, quando a sociedade passou a perceber mais claramente a influência da televisão na vida diária, nos hábitos de consumo, na transformação cultural e, algo que nos interessa especialmente, nos processos eleitorais. É isso que nos sugere Niceto Blázquez (1999), ao citar os anos de 1956 e 1960 como marcos na história da televisão norte-americana por representarem o momento em que pela primeira vez admitiu-se a influência da TV no resultado das campanhas presidenciais que elegeram Dwight Eisenhower e John Kennedy (p. 491).

A televisão é uma fonte de poder impressionante pela sua eficácia como meio informativo em escala mundial, assim como pelo seu poder de criar mitos e magnificar o culto à personalidade (BLÁZQUEZ, 1999; 513).

A partir do final dos anos 60 e durante as décadas de 1970 e 1980 a mídia televisiva foi taxada pela crítica como um aparelho tirânico. Havia um medo latente na população relacionado à divisão entre o mundo socialista e capitalista e à ameaça nuclear e o aparelho de televisão era visto como um propagador de ideologias alinhadas a essas duas formas de sociedade. Além disso, o autor chamava a atenção para uma forma de revolução cultural imprópria, da ordem da apresentação da violência, sexo, e outros assuntos que passavam a fazer parte do dia a dia de uma juventude ainda não preparada para este tipo de questão (Idem. p. 492).

A pequena tela serviria para despojar os submissos telespectadores dos lares das suas próprias vivências e convicções, inoculando nas suas mentes experiências e vivências pertencentes em geral aos interesses dos emissores mais poderosos (BLÁZQUEZ, 1999, p.491).

Tais críticas passaram a conviver com o diálogo a respeito da televisão fortalecidas por posicionamentos que admitiam o fato de tratar-se de uma linguagem onde predominava “o visual, o culto à personalidade e o caráter espetacular de tudo o que se diz ou representa” (idem:493).

De acordo com o autor, se nos regimes ditatoriais a televisão costuma ser utilizada como meio para impor ideias e modelos de conduta, todos os regimes políticos têm a tentação de abusar dessa mídia de alguma forma (Blázquez, 1999). Nos períodos eleitorais, ao invés de um “instrumento valiosíssimo de democracia” ocorre uma manipulação dos personagens de acordo com a lógica e os critérios publicitários e os políticos são transformados em produtos (idem, 1999, p.508).

Culto à personalidade e caráter espetacular da televisão servem assim à construção de figuras míticas. Nesse sentido, a formação dos mitos e vilões está sujeita à uma lógica emocional (ibidem, 1999, p.493) onde o dinheiro e a publicidade se sobrepuseram a todos os demais valores, de tal forma que o apoio e até mesmo o domínio da linguagem da televisão tornou-se essencial para a manutenção ou a implantação de um projeto político.

A tecnologia como mera instrumentação mecânica não é sujeito ético. Os seus efeitos bons ou ruins são atribuíveis somente ao sujeito humano que responsável ou irresponsavelmente a utiliza, seja como emissor ou como receptor. A responsabilidade ética não é do instrumento, mas dos sujeitos humanos que o usam (BLÁZQUEZ, 1999, p.498).

De acordo com Bourdieu (1997), a televisão também pode agir como um instrumento de informação mobilizador que pressionaria os agentes em função de sentimentos não necessariamente democráticos. Da mesma forma com que essa mídia exige declarações de políticos sobre os temas por ela levantados, ela teria a capacidade de impor questionamentos e condições históricas aos eleitores.

Faço observar que a televisão produz dois efeitos. De um lado, ela nivela por baixo o direito de entrada em certo número de campos, filosófico, jurídico etc. Pode consagrar como sociólogo, escritor ou filósofo etc. pessoas que não pagaram o direito de entrada do ponto de vista da definição interna da profissão. Por outro lado, está em condição de atingir a maioria. O que me parece difícil de justificar é que use a extensão da audiência para baixar o direito de entrada no campo. (BOURDIEU, 1997, p.94)

Como vimos anteriormente, o autor acredita que o acesso ao meio televisivo acontece mediante uma censura tácita, uma perda de autonomia que é reflexo do controle sobre o assunto e o tempo destinado ao mesmo, e que isso é válido para entrevistados e jornalistas.

“Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o *efeito do real*, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiros, e a simples narração, o fato de relatar, *to record*, como *repórter*, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização).” (BOURDIEU, 1997, p.28)

Conforme alerta Bourdieu, a televisão ocupa um espaço determinante na representação social, de maneira que aquilo que não estiver presente na televisão corre o risco de não existir para a sociedade. O autor acredita que exista para determinadas categorias de pessoas pouco representadas, uma “necessidade de produzir-se manifestações que sejam de natureza a interessar às pessoas de televisão, dadas as suas categorias de percepção, e que, retomadas, amplificadas por elas obterão sua plena eficácia” (idem, p.30)

A TV suplanta os demais veículos de comunicação, porque, além dos códigos linguísticos e sonoros (disponíveis também no rádio) utiliza o código icônico como

suporte básico de sua linguagem. Por causa disso, as produções televisivas privilegiam, as vezes em excesso, a força expressiva da imagem, inclusive nos programas jornalísticos. (RESENDE, 2000, p. 40)

Em países como Estados Unidos e Austrália, mesmo que a televisão tenha ultrapassado o jornal como meio de informação preferencial, defensores da mídia impressa sustentam que o jornal ainda é o meio de massa mais influente quando o assunto é a informação política. Para estes pensadores, o agendamento de todos os meios de comunicação passa pela leitura dos jornais matinais que “ditam a interpretação dominante” sobre os assuntos abordados. (Craig, 2004, p.8). Isso pode ser justificado, entre outros fatores, pela profundidade com que esses assuntos são abordados nos jornais e pela permanência dessas mensagens em um espaço físico (a página do jornal) que dá a possibilidade de um acesso recorrente, a possibilidade de releitura da informação.

De acordo com o Geoffrey Craig (2004), o fato da televisão e o rádio terem influenciado o conteúdo e a estrutura da vida pública e modificado profundamente a prática da política constitui praticamente um axioma da vida moderna. Segundo o autor, nossa vida é permeada rotineiramente pela influência da televisão, nossas conversas são orientadas por referências aos programas que assistimos, e da mesma forma, a publicidade dos atos políticos foi transformada pelo consumo privado das imagens de televisão (Craig, 2004, p.93).

E essa influência não está apenas nas notícias que assistimos no telejornal. Através da caixa preta da televisão assistimos a uma mistura de ficção e realidade onde também fazem parte os documentários, as novelas, os programas de auditório etc. Para o autor, parte da dificuldade de revelar os significados da televisão e suas formas de representação da política está justamente nessa ubiqüidade social, pois a importância da política parece estar perdida entre tantos contextos culturais (idem, p.94).

Se por um lado a recepção das notícias políticas na televisão está de certa forma contaminada por um ambiente que apresenta outras programações e entretenimento, a televisão proporciona que uma grande parte da população tenha

acesso regular à informação política e lhe permite traçar um panorama nacional e internacional de entendimento político.

Não apenas no Brasil, mas em países como os Estados Unidos, a audiência da televisão é uma atividade natural, que faz parte do dia-a-dia da maioria da população e é a forma pela qual essa população permanece conectada.

... vida pública é um fenômeno mediado. Enquanto a vida pública é constituída por uma grande quantidade de indivíduos, organizações e instituições, os problemas, eventos e discussões da vida pública alcançam sentido pelo discurso midiático e através de suas representações (CRAIG, 2004, p.8).

Durante os primeiros anos após o regime militar no Brasil, foi relativamente fácil exercer o poder na mídia. Tratava-se do apogeu da TV aberta e generalista e, posteriormente de uma fase de transição com o surgimento das TVs por assinatura e de um conceito de televisão fragmentada que já apontava para a individualização que temos de forma bastante acentuada com a internet. De acordo com Dominique Wolton (1990), a fragmentação reduziria a defasagem existente entre o que o público realmente desejava assistir e àquilo que lhe era ofertado, mas tinha como contrapartida uma perda em relação ao sentimento de pertencimento ou laço social.

Essa argumentação a favor da televisão fragmentada nada mais faz do que ir ao encontro do movimento geral da sociedade, que marcha da estandardização (a televisão generalista) para a individualização (a televisão fragmentada) (WOLTON. 1990, p. 103).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a “aldeia global” de McLuhan tornou-se realidade e passamos a monitorar os atos e atores que compõem o grande quadro das tomadas de decisão sobre os rumos da nossa história, é através das imagens continuamente repetidas desses personagens que construímos nossos mitos.

É bem verdade que vivemos em um mundo determinado pela aparição na mídia, onde há um verdadeiro empacotamento de atividades no padrão difundido para cada tipo de veículo. Jornal, internet, revista, rádio, televisão, cada uma com sua especificidade, recebe um material “amigo”, “media friend”. O que seria a matéria-prima, na verdade incorpora algo como se possuísse um valor agregado. E o que o jornalismo dispõe para trabalhar são declarações, textos e imagens selecionados,

interpretados e conscientemente modificados. São os personagens políticos, com falas, expressões e gestos pensados para representar uma imagem preferencialmente positiva, moral, ética e acima de qualquer suspeita, capaz de persuadir ou ouvintes, leitores ou telespectadores.

A política é hoje uma atividade que depende vitalmente desse espetáculo e da adesão às regras do produto audiovisual. Cada vez mais obrigatório, o tratamento dessa “matéria prima” não quer dizer que os atos ou discursos políticos sejam inválidos, ou que a construção narrativa realizada pelo jornalismo a partir desse material seja incapaz de representar ao menos parte da realidade. Mas é certo que a espetacularização da política ganhou nuances hollywoodianas no Brasil.

Na primeira eleição direta para Presidente da República ocorrida após a ditadura militar, parte do sucesso de Fernando Collor de Mello pode ser atribuído a sua identidade visual e seu discurso, ambos favoráveis à representatividade audiovisual, que contrastavam com todos os candidatos mas principalmente com a figura de Lula, um político recém saído das bases do proletariado. Nas campanhas seguintes, as estratégias de marketing eram abertamente discutidas e uma figura em especial ganharia notoriedade como nunca antes havia acontecido: o publicitário²⁹.

Os candidatos políticos e os interesses dos partidos são impostos de forma concreta, emocional e direta com o mesmo critério utilizado para os produtos de um mercado livre. Assim como na publicidade e propaganda o que conta é vender o produto da forma mais vantajosa possível em termos de mercado, de forma análoga apresentam-se os candidatos políticos e os seus interesses pela televisão (BLÁZQUEZ, 1999, p.508).

No Brasil, é possível que dois fatores possam ter atrasado a percepção da influência da televisão sobre o campo político: a demora para a popularização dos aparelhos, que levou mais tempo do que nos Estados Unidos; e o regime militar, que durou de 1964 a 1985 e controlou, através da censura e do constrangimento, a programação televisiva.

²⁹ O baiano José Eduardo Cavalcanti de Mendonça, conhecido como Duda Mendonça, foi o publicitário de Paulo Maluf na eleição para a prefeitura de São Paulo em 1992 e, dez anos mais tarde, ficou conhecido em todo o país pela campanha vitoriosa de Lula para presidente da república.

Entretanto, isso não quer dizer que a televisão tenha abdicado de expressar-se como meio ou de posicionar-se politicamente. Assim como aconteceu com a mídia impressa, durante o governo militar, quem ousou ser abertamente contra, pagou o preço³⁰, enquanto quem não desafiou o regime, como a Rede Globo, teve uma passagem menos conturbada pelos anos de chumbo.

3.5 PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

Não é difícil imaginar o uso político dessa manutenção de ordem simbólica exemplificada por Pierre Bourdieu (1997). Mas conhecer os meios de produção do telejornalismo, é essencial para compreender a dimensão dessa crítica, bem como seu endereço.

Algumas teorias jornalísticas que se ocupam especificamente dos meios de produção cumprem esse papel. Entre elas, o *Newsmaking*³¹, que pressupõe a existência de processos “industriais”, onde apesar de o jornalista ter função ativa na construção da notícia, está submetido a um planejamento editorial que, além de influenciar no resultado, limita o espaço disponível para a veiculação do acontecimento transformado em notícia.

3.5.1 Newsmaking

Através da teoria do *Newsmaking*, Felipe Pena (2006), explica que supostas intenções manipuladoras por parte dos jornalistas seriam superadas pelas imposições da prática jornalística, ou seja: “as normas ocupacionais teriam maior importância do que as preferências pessoais na seleção e filtragem das notícias” (2006:130).

Um dos conceitos mais importantes nesse processo de construção do produto notícia versa sobre o “constrangimento organizacional”, uma força que atuaria silenciosa pelas redações em qualquer atividade jornalística, seja numa assessoria de

³⁰ Caso da TV Excelsior, que teve a concessão cassada pelo regime.

³¹ Gaye Tuchman, 1978.

imprensa de um órgão de governo, seja na redação do Jornal Nacional. Essa força agiria sobre o processo de escolhas pessoais do jornalista fazendo com que ele tenha como norteadoras, mais do que suas próprias crenças, as do grupo constituído por seus colegas e superiores. (Pena, 2006, p. 136).

O primeiro teórico a desenvolver esse conceito de constrangimento organizacional foi o norte-americano Warren Breed, que através do seu trabalho sobre o Controle Social nas Redações publicado em 1955 identificou seis fatores que promoveriam a adequação ou o “conformismo” dos jornalistas com a política editorial das empresas³²: a autoridade institucional e as sanções, através das quais há um “aprendizado” por parte do jornalista sobre o que ou como determinado assunto pode e deve ser abordado; os sentimentos de dever e estima para com os chefes, quando um favor ou uma amizade se transforma em compromisso; as aspirações de mobilidade profissional, que faz com que os jornalistas não lutem contra a política editorial das empresas; a ausência de grupos em conflito, ou seja, as redações são formadas e trabalham melhor normalmente através de grupos unidos; o caráter prazeroso da atividade e as notícias como valor³³ (Vizeu, 2003, p. 6-7).

Em seu estudo, Breed também elencou fatores que possibilitariam aos jornalistas não se submeter totalmente à essa força, como a falta de clareza de grande parte das normas presentes na política editorial, as rotinas de produção, a pressão do “furo”, entre outros (Pena, 2006:137).

É evidente que o processo de construção da notícia, dada a teoria do *Newsmaking*, e dadas as nuances desse processo, como o *constrangimento organizacional*, resulta num produto que, não sendo obra de uma única consciência, ideologia ou intencionalidade, está marcado pelo conjunto de escolhas pessoais e pela força norteadora da ideologia dominante na redação.

³² Revista Social Forces, Volume 33, número 4, em maio de 1955, p. 326-335.

³³ Ver Alfredo Vizeu: O jornalismo e as “teorias intermediárias”: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD) em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.html>.

3.5.2 Enquadramento

A notícia apresentada sob um viés fruto de múltiplas influências, para fazer sentido, carece de organização. Isso pressupõe que as ideias formadoras do produto se encontrem no que chamamos de *Enquadramento*.

A definição de enquadramento ou “framing” é a de um esquema de interpretação que está preocupado em como os vários atores sociais “agem e interagem para ditar formas organizadas de entender o mundo” (Reese D. Stephen et al. 2001, p. 38). De forma geral, enquadrar um problema seria como participar estrategicamente no sentido de cooptar simpatizantes em torno de determinada ideia (idem, p. 39).

O “enquadramento” ou “framing”³⁴ é portanto o viés através do qual a notícia é apresentada levando-se em consideração a recepção da audiência. No caso da abordagem de um personagem político, o papel de herói ou vilão dependeria das escolhas e do uso de elementos de texto, entonação, imagens e edição, que atuariam juntos formando uma retórica audiovisual capaz de dar tal direcionamento.

Certos sociólogos tentaram destacar o implícito não-verbal da comunicação verbal: dizemos tanto pelos olhares, pelos silêncios, pelos gestos, pelas mímicas, pelos movimentos dos olhos etc. quanto pela própria palavra. E também pela entonação, por toda espécie de coisas. (BOURDIEU, 1997, p.44)

A complexidade inerente ao processo de construção da notícia nos faz levar em consideração, a natureza humana da atividade jornalística, que é realizada a partir das emoções e sentimentos despertados por nossas crenças e paixões, carregadas da individualidade que nos impede a realização de um trabalho onde a parcialidade esteja completamente excluída.

³⁴ Conceito estudado por diversos autores como Gamson, 1981; Entman, 1983; Modigliani, 1989; e Goffman, 1974.

3.6 GÊNERO REPORTAGEM

Autores como Guilherme Jorge de Rezende (2000), acreditam que a tipologia dos gêneros jornalísticos nos telejornais é um tema bastante complexo e mereceria por si estudo específico e aprofundado (p.155). Nossa intenção neste trabalho, entretanto, passa ao largo de eventuais discussões e faz o foco nos gênero da *Reportagem* e seus elementos.

Reportagem é a forma mais completa de apresentação de uma notícia em televisão. Com os elementos de texto, imagens, narração e sonoras, em geral, também costuma ser a mais longa das narrativas noticiosas no meio televisivo. Normalmente, a reportagem é composta por cabeça, off, boletim (passagem) sonoras e nota pé.

A cabeça, como já dissemos, equivale ao lead, quando a notícia em si é dada para o telespectador pelo âncora a partir do estúdio. O off é o texto do repórter narrado sobre as imagens da notícia. Esse texto serve de suporte para o que as imagens estiverem mostrando e, portanto, deve levar em consideração o tipo de imagem que foi possível capturar pelo cinegrafista. O boletim ou passagem marca a presença do repórter no acontecimento e pode ser colocado no início, meio ou final da reportagem. Também é uma forma que o repórter tem para dar informações sobre as quais não há imagens disponíveis. As sonoras são as entrevistas feitas pelo repórter para completar a matéria. Reza a prática jornalística que o repórter deve ouvir todos os “lados” envolvidos em uma notícia e a sonora é o momento adequado para que esses lados sejam apresentados. No entanto, nem todas as partes se interessam em dar entrevistas e, além disso, à medida que o assunto se torna aprofundado e complexo, se torna praticamente impossível ouvir a todos sobre o assunto, e o repórter precisa eleger os mais importantes.

Alguns elementos podem garantir o sucesso de uma entrevista como conhecer a vida do entrevistado, definir o foco, delimitar o assunto e evitar perguntas gerais. Mas no caso de entrevistas realizadas ao vivo, haverá riscos que vão além da parte técnica, principalmente relacionados ao comportamento e às respostas do entrevistado.

O entrevistador, que está em seu elemento, estará sempre lidando com a disponibilidade do entrevistado em colocar-se em um terreno que não é o seu. Bourdieu (1997, p. 44) cita o papel interventivo do apresentador, “que impõe respeito pela regra do jogo” utilizando o poder do qual dispõe como dominante do *habitus* telejornalístico. Por isso, parte-se do pressuposto que há uma desvantagem do entrevistado em relação ao entrevistador. É responsabilidade, portanto, do entrevistador, garantir a participação do entrevistado da melhor forma possível.

Muitas pessoas se põem extremamente nervosas e não articulam bem as palavras diante das câmeras. Algumas até “congelam” e não dizem nada. A missão do repórter é dar tranquilidade ao entrevistado, de modo que possa obter dele a informação necessária (GREEN, 1973, p. 223).

O pé, ou nota pé, é um texto curto, normalmente utilizado para o encerramento da reportagem, lido em quadro pelo âncora do telejornal e tem a função de dar um fechamento à matéria, fornecendo ou não informação complementar (Resende, 2000, p.153-154 e Maciel, 1995, 60-61).

Não há um critério formal sobre a ordem da apresentação da história. Início, meio e fim estarão presentes conforme o estilo do repórter e do programa, mas é necessário que se preserve “todas aquelas exigências básicas da clareza, objetividade e precisão” (Curado, 2002, p. 96).

O tempo disponível para uma reportagem no telejornalismo é variável, mas normalmente o repórter tem entre 1:05” e 1:30” para contar sua história, isso em função do tempo do telejornal, que tem em média 24 minutos de duração (idem, p. 96). Dependendo do tamanho, sonoras, offs, passagens, podem aparecer mais de uma vez. O essencial é que o texto tenha harmonia e que as imagens se relacionem com o texto.

A reportagem pode ser gravada ou ao vivo. Quando gravada, a equipe registra as cenas e falas que serão editadas posteriormente, o que garante a avaliação mais detalhada do material, revisão e seleção dos pontos considerados mais importantes. Se ao vivo, as imagens e informações são transmitidas direto do cenário dos acontecimentos.

O recurso da transmissão ao vivo desenha uma aura de urgência na cobertura jornalística. Geralmente, a intenção é verdadeiramente esta: a atualização constante sobre o desenrolar de um acontecimento. O vivo também enfatiza o compromisso do jornalismo com a atualidade (CURADO, 2002, p. 97).

A reportagem é considerada a principal fonte de matérias exclusivas do telejornalismo (Barbeiro, 2002, p. 67) e é resultado do trabalho de uma equipe normalmente composta pelo cinegrafista e o repórter. Naturalmente a equipe de telejornalismo parte pautada, ou seja, orientada sobre o assunto que irá cobrir, a partir de uma deliberação de toda equipe de produção e da decisão do editor-chefe do jornal, mas uma vez na rua, quem toma as principais decisões, ou seja, dita os rumos da reportagem, é o repórter.

O repórter é o chefe da unidade. Ele decide, dentro das limitações da tarefa recebida, o que se vai cobrir e a forma como se vai fazê-lo. Não apenas deve ser um jornalista (ou seja, um repórter e escritor), mas também um ator para a câmera, um diretor que determina o estilo e um produtor que pode reunir todos os elementos da notícia em um conjunto completo e pronto para a emissão. Deve conhecer as possibilidades e limitações técnicas da câmera e da equipe de som e prever todos os problemas do editor de imagens. (GREEN, 1973, p. 208).

3.7 EDIÇÃO

3.7.1 Texto, áudio e imagem como elementos do discurso

O discurso do jornalismo de televisão tem algumas particularidades que o colocam em vantagem em relação aos praticados nos demais meios de comunicação. A começar pela entonação, sonorização, uso de imagens referenciais e no caso do âncora ou repórter, a presença física do narrador que permite ao telespectador observar o exato momento em que o discurso é proferido e julgar através da composição de sinais presentes na mensagem sobre sua validade. Isso não acontece, por exemplo, em um meio impresso onde decodifica-se o que está escrito e criam-se as imagens a partir dessa decodificação, ou no rádio, onde há um pouco mais de informação (entonação e sonorização) mas ainda não há a imagem. Por tudo isso, se o discurso na televisão dependesse apenas dos elementos que o compõe, deveria ser o mais convincente.

Como vimos, a dificuldade com a credibilidade do discurso telejornalístico está atribuída a outros fatores, alguns históricos, mas que basicamente habitam a ordem dos contextos de produção e do conteúdo das mensagens.

Para que se possa avaliar os discursos jornalísticos apresentados pelos âncoras e repórteres de televisão, primeiramente deve-se ter clara a noção de que, apesar de serem emitidos com a intenção de remeterem às conversas estabelecidas no nosso dia a dia, eles estão muito distantes da espontaneidade de um diálogo comum. Por padrão, o discurso dos jornalistas de televisão, quando não é lido, é ao menos apoiado em um texto previamente escrito e estudado. É importante considerar então, essa perspectiva que toma o discurso telejornalístico uma vez que é escrito, isto é, que toma corpo através da literalidade, mas é entregue na sua forma final a partir de uma interpretação profissional, um agente que se sobrepõe à ordem desse discurso mediando mais uma vez a mensagem.

Há portanto, um descolamento que começa a ser construído, um espaço que começa a ser formado entre a intenção de falar e o ato de falar que precisa ser considerado. Diria Roland Barthes:

...a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo aonde foge o nosso sujeito, o branco-e-preto onde vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve. (BARTHES, 1988, p.66)

No caso da televisão, a escritura não chega a invalidar dessa maneira o discurso porque é dirigida para a leitura e interpretação. Devemos compreender os discursos televisivos como atos de fala dirigidos, elaborados, editados sim e, por isso mesmo, carregados de intencionalidade. Isso porque o profissional de TV desenvolve determinadas técnicas, assim como um bom ator o faz para Stanislavski (1989)³⁵, depois repetir aquela rotina inúmeras vezes. O que já não acontece com um frequentador eventual desse meio, diferença evidenciada por Bourdieu (1997) quando diz que há uma desigualdade entre o profissional e o amador.

... é evidente que nem todos os que se servem da palavra são iguais no estúdio. Temos profissionais do estúdio, profissionais da palavra e do estúdio e, diante deles,

³⁵ Konstantin Stanislavski foi um dos principais diretores de teatro da antiga União Soviética.

amadores (que podem ser grevistas que, em volta de uma fogueira...); isso é de uma desigualdade extraordinária. (BOURDIEU, 1997, p.47)

Entretanto, apesar dessa interpretação ser realizada com o uso de uma determinada técnica, a finalidade e o objeto envolvidos nesse tipo de discurso são diferentes daqueles envolvidos na atuação artística. Ao contrário do ator, o apresentador e o repórter de televisão não pretendem personificar um sujeito que não seja ele mesmo. A aplicação dessa técnica, visa sim, dar vida ao discurso que foi escrito na forma de texto com a intenção de parecer, de fato, um diálogo, e garantir a credibilidade do narrador.

Já dissemos que o estilo de apresentação das notícias na televisão é o da conversação, fluído, ordinário, e assim devem ser escritos os textos em todos os gêneros de telejornalismo (Green, 1973, p.249). Não observar essas regras e alterar tanto o estilo do texto quanto a forma da narração podem causar problemas de interpretação identificados como ruídos no discurso televisivo, uma vez que o padrão do próprio gênero tornou-se conhecido para a audiência, mesmo que desavisada das técnicas e das particularidades de sua produção.

Se o texto telejornalístico é escrito para ser lido por um locutor, apresentador ou repórter, e ouvido por um telespectador enquanto assiste a pessoa do próprio narrador ou às imagens às quais o texto se refere, não obstante, necessita ter algumas das mesmas qualidades que aparecem nos textos de veículos impressos: ser claro, conciso, direto, preciso, simples e objetivo. (Barbeiro, 2002, p. 95).

A clareza é o elemento fundamental da redação de notícias em televisão. O redator só tem uma oportunidade para transmitir o que quer dizer ao telespectador. Se fracassa, essa oportunidade não pode repetir-se: o espetáculo segue avançando (GREEN, 1973, p. 99).

Para Sampaio (1971) a “franqueza” com que o texto radiofônico comunica é levada às últimas consequências dentro do processo comunicativo através da televisão. “É como se esse diálogo para o qual o Rádio nos convoca, despertando-nos imagens mentais, ganhasse, na televisão, sua máxima dimensão espetacular via imagem” (Sampaio, 1971, p. 75).

Talvez a principal característica que diferencia a produção de um texto em televisão das demais mídias seja a dependência e necessidade de adequá-lo às imagens disponíveis sobre o assunto de que trata a narrativa. Uma informação sem imagem na televisão ainda que importante, sempre vai parecer uma falha técnica. A natureza do jornalismo de televisão pressupõe que sejam apresentadas imagens dos acontecimentos. Essa importância maior da imagem é defendida por autores como Vera Paternostro (1999), que acredita que quando há uma imagem forte de um acontecimento, ela leva vantagem sobre as palavras no processo de edição.

Um problema levantado por Maury Green no ano de 1973, citando o jornalista britânico Henry Fairlie, dava conta de que a maior parte do jornalismo televisivo no início da década de setenta se limitava a descrever as imagens e, ao fazê-lo, reforçá-las. Para Green e Fairlie, a finalidade das palavras deve ser a de “relativizar a experiência visual e deixar aberta a possibilidade de crítica” sobre o que as imagens mostravam (Green, 1973, p.102).

É importante considerar, em relação a produção dos textos para a televisão, que leva-se em consideração o momento em que estes textos se transformarão em narração. Um destes momentos é quando o texto é lido pelo âncora, normalmente ao vivo, através do equipamento chamado tele-prompter. Em se tratando de chamadas (cabeças) ou aberturas de matérias, o texto não depende da existência de imagens, mas deve trazer o elemento mais importante da notícia. Normalmente esse texto é escrito pelo editor-chefe em conjunto com o apresentador – quando essas figuras não são as mesmas, como no caso do Jornal Nacional (William Bonner) e do RBS Notícias (Elói Zorzetto).

Outro momento da produção textual acontece quando esse texto será gravado pelo repórter para ser coberto por imagens. Neste caso, o texto começa a ser construído mentalmente pelo repórter enquanto a matéria está sendo realizada, depois é revisado por um editor e, finalmente, pode ser gravado pelo repórter. A possibilidade de explorar recursos emocionais, dramáticos e, conseqüentemente, de persuadir ou causar empatia no público é maior para o texto gravado portanto. Nele, a associação dos recursos de edição pode garantir a entrega de um produto

praticamente artístico, que tende a prender mais a atenção do telespectador. Ao mesmo tempo, a vontade do repórter está limitada pela atuação do editor, que pode modificar completamente o texto de acordo com sua vontade.

Há de considerar-se também a carga cultural de cada jornalista e os compromissos profissionais como determinantes para a forma com que as notícias são lidas e interpretadas. Além disso, a edição prévia dos textos, o ensaio, o ponto eletrônico e até mesmo o ritmo do tele-prompter, são fatores que interferem no discurso final, seja por causarem em certa medida conforto, em certa medida tensão, e fazerem com que o apresentador ou repórter, quando em ação, esteja realizando uma representação a partir da sua pessoa natural, mas que, de fato, é uma performance profissional.

A proposta dos telejornais nacionais normalmente é a do Hard News, gênero importado da televisão norte-americana que se caracteriza pela apresentação de notícias associadas ao dia-a-dia como “erupções de violência, viradas de sorte e quebras de ordem moral”³⁶, ou ainda, os “acidentes, crimes, discursos e outros eventos que tenham ocorrido ou vindo à luz desde a última edição do programa”³⁷.

No discurso telejornalístico, que se propõe a informar sobre o acontecimento de fatos, há a necessidade de que os telespectadores aceitem o que é dito como verdade. Trabalha-se com essa hipótese - de que o que se apresenta como notícia seja tomado por verdadeiro - por motivos que começam na manutenção da credibilidade, mas que terminam invariavelmente na associação da imagem do telejornal com o espaço comercial e a publicidade.

Quando o telespectador tem essa percepção, quebra-se um referencial ético da atividade jornalística. Por isso, jornalistas, editores e executivos sabem que o produto deve constantemente reconquistar a credibilidade, pois ao mesmo tempo que se

³⁶ Peter White em *Death, disruption and the moral order: the narrative impulse in mass-media hard News reporting*. 2005, p. 101.

³⁷ Allan Bell, em *The Language of News Media*, 1991.

propõe a ser tomado como verdadeiro, estabelece vínculos publicitários que o afastam desse propósito.

Apanhado num ethos envolvente e invisível, o co-enunciador faz mais que decifrar conteúdos: ele participa do mundo configurado pela enunciação, ele acede a uma identidade de algum modo encarnada, permitindo ele próprio que um fiador encare. O poder de persuasão de um discurso deve-se em parte ao fato de ele constranger o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados (MANGUENEAU, 2008, p.29)

4. METODOLOGIA: ANÁLISE DO DISCURSO (AD) FRANCESA

A AD francesa surgiu como metodologia de estudo nos anos 60, no momento em que passou-se a questionar os padrões do positivismo estabelecidos nos séculos XVIII e XIX, que teriam levado a humanidade a guerras e à decadência social. Estavam em pleno ativismo político alguns dos maiores intelectuais da Europa no Século XX: Sartre, Althusser, Foucault, Deleuze, Pêcheux, Lacan, Lévi-Strauss, Barthes, Derrida, Bourdieu, Todorov, Benveniste e Castoriadis.

Conforme Orlandi (2001), a AD francesa reúne três regiões do conhecimento para trabalhar o sentido, que são a teoria da sintaxe e da enunciação, de onde podemos, no nosso caso, interpretar os discursos a partir das escolhas lexicais e das retóricas textuais e audiovisuais; a teoria da ideologia, que pressupõe a existência de uma orientação política presente nos discursos; e a teoria do discurso, que o situa em um momento sócio-histórico e assim o permite significar.

Assim, a AD se preocupa com a forma como a linguagem está presente na ideologia e em como a ideologia está presente na língua. A partir da ideia de materialidade dessa ideologia como discurso e da materialidade do discurso como a língua, a AD trabalha essa relação “língua-discurso-ideologia”. Orlandi (2001) cita Michel Pêcheux (1975) ao dizer que para o autor francês, não haveria discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. “Consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (Orlandi, 2001, p.17).

A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2001, p.21).

Originalmente, se ocupou a Análise do Discurso da observação dos sentidos encontrados nos textos. Porém, dado que nos interessa a compreensão das formas como são propostos os sentidos no discurso telejornalístico não vimos dificuldade em eleger a AD como metodologia para a realização do nosso trabalho. Nossa análise levará em consideração que o discurso apresentado nas reportagens veiculadas pelo Jornal Nacional produz sentido sobre a audiência através da mesma lógica pela qual o

texto produz sentido sobre o leitor. A diferença está nos contextos de produção e transmissão do discurso audiovisual e nas suas características e possibilidades técnicas que nos forneceram outros elementos a serem observados durante a análise.

Os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos (ORLANDI, 2001, p.30).

Entre os principais referenciais da AD francesa está Michel Foucault. Ele traz à luz uma contribuição fundamental para este trabalho, diante da observação dos discursos jornalísticos de cunho político, que nos acompanhará durante todo processo de análise, que é a relação entre o discurso e o desejo assim posta:

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1999, p.10).

Esse entendimento foucaultiano justificaria em grande parte o benefício que traz a relação entre o jornalismo e política para a sociedade democrática, onde a última tem o poder de tomar as decisões que mudam os rumos da economia e da sociedade, enquanto o primeiro ocupa o lugar de fala através do qual as formas de representação dos acontecimentos públicos são apresentadas.

A partir dessa afirmação de que o discurso é também objeto de desejo, entendemos a escolha editorial do jornalista, quando dá o seu lugar de fala a um indivíduo exterior ao campo, como um ato calculado, que leva em consideração muito mais do que o valor jornalístico do fato, mas o poder que automaticamente passa a estar investido na figura de quem enuncia o discurso. Da mesma forma, a escolha editorial pela não concessão do lugar de fala refletiria uma tentativa de controle realizado através da ideologia.

No processo de significação mítica, para o personagem, a concessão de um lugar de fala no JN representa um reconhecimento e um consentimento, na medida em que o controle ideológico poderia simplesmente negar-lhe a voz - e assim o mito – e que os discursos, apesar de construídos por e sobre ideologias, uma vez veiculados,

passam a admitir interpretações diversas que tanto podem confirmar como refutar a intencionalidade original daqueles mesmos discursos.

O jornalismo, esteja ele presente na mídia impressa ou audiovisual, é um dos principais produtores de sentidos da sociedade moderna. (Machado, 2006, p. 2). Através dele, circulam e são criadas leituras e releituras de acontecimentos, muitas vezes tão distantes que, de outra forma, jamais fariam parte do nosso sistema de conhecimento. Essas leituras formam boa parte dos sistemas de crenças onde se encontram nossas orientações políticas, ideológicas e as respectivas constelações de heróis e vilões que fazem parte desses meios. Os discursos que nos envolvem e através dos quais nos referenciamos pertencem ao âmbito da significação e podem ser, portanto, considerados como uma forma de exercício do poder.

A noção de discurso da TV, passa pela consideração da “ação hipnótica” ou o “encantamento” (Rezende, 2000) exercida pela TV, que faz com que um telespectador, mesmo que tenha a intenção de assistir a um programa determinado, passe um longo tempo ligado em um fluxo de imagens de gêneros e programas diferentes. No caos desse fluxo contínuo de imagens a que se submete – ou é bombardeado – o telespectador, através da conjugação de diferentes programas e gêneros, manifesta-se um discurso, que é o discurso da TV.

Não obstante seu caráter fragmentário, a TV apresenta um conjunto de programas de vários gêneros, que, conjugados, propiciam a continuidade da emissão num certo padrão técnico. O discurso da TV, sem desconhecer as particularidades dos diversos tipos de programas, manifesta-se, portanto, na integridade estrutural da programação (REZENDE, 2000, p.32).

A ação hipnótica ou encantamento é um critério buscado no jornalismo. Se um texto deve prender a atenção do sujeito leitor, a narrativa televisiva se preocupa em manter o telespectador sob o encanto que garante a presença diante dos discursos publicitários e ideológicos. O conjunto de artifícios utilizados para realizar tal encantamento pode ser entendido a partir do conceito de retórica.

A retórica é a faculdade de descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser apropriado à persuasão. Nenhuma arte tem essa função; todas as outras são, pelo seu objeto, apropriadas ao ensino e à persuasão (...); mas podemos dizer que a retórica parece ser a faculdade de descobrir, especulativamente em qualquer dado, o

persuasivo; é o que nos permite afirmar que a sua técnica não pertence a um gênero próprio e distinto. (ARISTÓTELES, 1995, p. 76).

O jornalismo concebido como discurso, quando produzido e transmitido pela televisão, é um produto carregado de complexidade. Primeiramente, porque a velocidade desse meio exige que os produtos sejam trabalhados por diferentes profissionais e assim, dificilmente algo pode chegar ao ar sendo resultado do trabalho de uma única pessoa. Também porque a variedade de elementos técnicos que normalmente atuam na composição desses discursos tem impacto direto na forma como as notícias são apresentadas para o telespectador.

Elementos de edição, tais como a utilização de transições, artes gráficas, aceleração, câmera lenta e sonorização; e elementos concernentes ao discurso oral dos jornalistas, como a figura do âncora, sua credibilidade, a entonação e as emoções carregadas na voz e na face durante os atos de fala, compõem um produto que reúne alguns dos principais e mais espetaculares recursos narrativos produzidos e utilizados pelo homem.

Considerando, além da sintaxe e da escolha lexical, a forma como são produzidos e apresentadas as mensagens (com emoção ou sem emoção, por exemplo), e essa forma como um dos fatores determinantes para uma decodificação complexa e realmente abrangente da intenção por trás do conteúdo dessas mensagens, passamos a orbitar um quadro multidisciplinar composto, entre outras disciplinas, pela Psicologia, Linguística e Comunicação Social.

É nesse momento que a Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007), estudo da área da Linguística, que propõe a Retórica como sub-área da Pragmática, a partir do ponto de vista de abordagem dependente do contexto, e que investiga os efeitos da forma do que é dito sobre o conteúdo, se apresenta como uma proposta que contribui para a investigação da maneira como a narrativa jornalística atua para a conformação dos mitos políticos.

De acordo com a teoria de Costa (2007), através de inferências pessoais sobre as intenções do discurso telejornalístico, é possível levantar indícios de Retórica - entendida como a escolha técnica da forma de apresentação da mensagem destinada

a orientar a compreensão do telespectador – nas narrativas sobre os personagens que serão observados durante nossa análise. Encontramos essa mesma preocupação em Bourdieu (1997).

Certos sociólogos tentaram destacar o implícito não-verbal da comunicação verbal: dizemos tanto pelos olhares, pelos silêncios, pelos gestos, pelas mímicas, pelos movimentos dos olhos etc. quanto pela própria palavra. E também pela entonação, por toda espécie de coisas. (BOURDIEU, 1997, p.44)

Compreendemos as reportagens do Jornal Nacional como uma forma de discurso audiovisual originário do exercício da profissão jornalística, uma atividade ideológica que pode ter fundo comercial ou político, que passa pelas censuras e constrangimentos de ordem organizacional, e que tem por finalidade apresentar ao público aqueles fatos selecionados por como pertinentes ao saber comum ou como necessários para a confirmação/reforço das ideologias.

Na nossa análise, nos preocuparemos inicialmente com o posicionamento dos discursos nos contextos, de forma a compreender que tipo de referências agem sobre a produção dos sentidos. Especificamente, de que forma a memória histórica nos fornece os referenciais que possibilitam a compreensão dos discursos.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pre-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2001, p. 31).

A partir da contextualização e do levantamento das memórias que compõem o interdiscurso, nossa análise se ocupará da interpretação dos discursos a partir dos elementos textuais, imagéticos e sonoros, buscando compreender as estratégias retóricas que atuam sobre a ideologia por trás da significação mítica dos discursos. Entre esses elementos, a AD elenca figuras de linguagem como a paráfrase, a polissemia e a metáfora.

Paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. (ORLANDI, 2001, p.38).

Por fim, sobre cada objeto de análise, procuraremos estabelecer uma relação possível entre o momento sócio-histórico, as estratégias apresentadas no discurso e a teorização narrativa de Joseph Campbell sobre a Aventura do Herói.

4.1 ANÁLISE

4.1.2 Objeto 1: Reportagem de Carlos Nascimento sobre a greve dos trabalhadores em São Bernardo do Campo. Jornal Nacional. Data da exibição: 20/03/1979. Tempo: 1'46''

Contexto e Interdiscurso

Em março de 1979, quando a primeira reportagem sobre a greve do ABC paulista e a liderança de Lula foi veiculada para todo o país no Jornal Nacional, a memória da sociedade brasileira estava aniversariando o décimo quinto ano sob influência da ditadura militar. Apesar do milagre econômico do início dos anos 70, os militares não tinham mais a mesma popularidade que havia em 1964, a economia mergulhava no processo inflacionário e o General João Baptista Figueiredo substituíra Ernesto Geisel na presidência da República com a missão de realizar a abertura do regime, receber os exilados e devolver o país a democracia.

O AI-5 havia sido revogado em outubro de 1978, mas a Lei de Segurança Nacional continuava enquadrando os contrários ao regime militar como subversivos. A reação despertada por essas medidas que tinham por objetivo “proteger” o país da ameaça comunista, muitas vezes era a contrária da esperada.

Depois da primeira crise do petróleo em 1973, que alavancara os preços das recém-descobertas jazidas soviéticas e demonstrou a fragilidade da economia americana; a perda de aliados como em Portugal, com a queda do ditador Franco na revolução dos Cravos; a derrubada de Richard Nixon no escândalo Watergate, em 1974 e a derrota no Vietnam (Hobsbawm, 1995) colocaram o imaginário da sociedade brasileira sobre os aliados do regime militar - e a própria ditadura - cada vez mais em

questão quando relacionados ao socialismo e comunismo que demonstrava sua resiliência e ganhava adeptos no mundo inteiro³⁸.

No Brasil, os meios de comunicação eram observados pelos órgãos de censura, o que determinava a condição pública das narrativas jornalísticas como sendo os discursos possíveis, que os militares permitiam, ou ainda, a própria voz dos militares. O oficialismo foi uma grande marca das coberturas realizadas pela imprensa durante os anos de chumbo.

O Jornal Nacional, como todo o grupo das Organizações Globo em 1979, se não apoiava abertamente, também não se colocava contrário ao ideário do governo militar. Além da censura externa, havia o controle por parte do próprio Roberto Irineu Marinho, quando se tratavam de assuntos que pudessem contrariar os interesses dos militares e colocar em risco os negócios da família Marinho. Assim, Roberto Irineu proibiu a divulgação das primeiras reportagens sobre as greves do ABC em 1978 e apenas permitiu que a organização grevista se tornasse pública em março de 1979, quando, de acordo com Pinto (2011), o movimento já envolvia mais de 500 mil trabalhadores.

A falta de credibilidade sobre o que era divulgado pela imprensa, principalmente a Rede Globo, significava uma ausência de referências confiáveis em relação ao que estava acontecendo no país. A memória recente sobre os acontecimentos daquele tempo era vinculada a uma realidade de controle ideológico, de censura por parte do Estado, que não permitia a formação de um “já-dito” carregado de significação direta. O Interdiscurso, que conforme Orlandi (2001) é formado por aqueles significados que, uma vez esquecidos, passam a formar a base através da qual se produzem os sentidos, apresentava, portanto em sua constituição, silêncios e representações sabidamente ficcionais sobre a maioria dos acontecimentos.

(o interdiscurso) é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O

³⁸ Cuba foi o grande pesadelo americano durante os anos da Guerra Fria (Hobsbawn, 1995).

interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2001, p.31)

Esse saber discursivo a que se refere Orlandi (2001), afetado por uma imprensa controlada pelo regime militar no ano de 1979, reduzia as possibilidades de construção de discursos e das narrativas jornalísticas significarem, o que parece ter sido o propósito de tal controle. Restava ao JN, trabalhar com um grupo de significados e ideologias que exigiriam a compreensão além do dito para que se estabelecessem as relações de comunicação pretendidas.

A possibilidade de uma abertura política, entretanto, havia colocado em curso um quadro de otimismo que devolvia parte da confiança da população. Pouco a pouco, os órgãos de imprensa passariam a se permitir abordagens que desafiariam a ordem cara aos militares de uma sociedade sob controle.

O Jornal Nacional apresentava então, para todo o Brasil, a história da negociação da greve, já trabalhada nos principais jornais do centro do país, como a Folha de São Paulo, e que tinha como protagonista uma classe trabalhadora que havia sido retratada em 1975 através de reportagem especial do Jornal do Brasil (Pinto, 2011).

Um dos personagens envolvidos nesse discurso jornalístico do Jornal Nacional era Luís Inácio da Silva, o Lula, sindicalista e líder dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo desde 1975. Meses antes, Lula havia estado no programa Vox Populi, da TV Cultura, quando fora entrevistado e respondera perguntas de jornalistas e do público sobre os problemas da classe trabalhadora e sobre a força política que os metalúrgicos organizados constituíam. Havia sob seu personagem um heroísmo potencial, uma narração se se constituía, também, pelo próprio silêncio gerado pela Rede Globo.

A memória sobre Lula e o movimento grevista que serviu de base para o discurso do JN estava formada sobre as representações recentes desse personagem e dessa classe de trabalhadores - entre eles os programas da TV Cultura e as reportagens dos jornais impressos de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas representações faziam referência a um líder da classe trabalhadora que emergia com idéias claras e objetivas sobre justiça social, inflação, reforma agrária, menores abandonados, que conhecia a

realidade do trabalhador e os relacionava com os números e a lucratividade do setor empresarial. Mais o que isso, um personagem que se mostrava disposto ao debate e se posicionava com desenvoltura diante dos mais poderosos representantes do empresariado e do governo.

No programa Vox Populi, perguntado sobre sua liderança à frente dos trabalhadores, e sobre o potencial de votação de 40 mil eleitores, Lula refutou a sugestão de uma carreira política. Negou o interesse de se lançar como candidato a qualquer cargo público e foi enfático sobre a sua vontade de continuar liderando o sindicato. A *Recusa ao chamado da aventura* é constantemente encontrada nas narrativas heroicas e constitui uma etapa da Partida (Campbell, 2007), por onde se inicia a aventura do herói.

Se por um lado, Lula representava a organização do proletariado e o surgimento de uma nova força política, era o homem de raro talento e inteligência política que passava a significar, mais do que a luta dos trabalhadores da indústria automobilística pela dignidade salarial, mas a luta de uma sociedade inteira contra a inflação, contra a opressão do regime militar e, principalmente após a morte de Vladimir Herzog em 1975, representava também a luta dos próprios jornalistas contra a perseguição e a censura.

Em 20 de março de 1979, depois de ter passado o primeiro momento das greves em silêncio, o Jornal Nacional entrou na cobertura e colocou no ar em rede nacional uma reportagem sobre as greves do ABC paulista. A essa altura do campeonato, Lula já despontava como uma figura de liderança que causava admiração e curiosidade em grande parte da sociedade brasileira.

Este primeiro VT abria com a presença do repórter Carlos Nascimento num estádio de futebol em São Bernardo do Campo, que reunira em assembleia milhares de trabalhadores grevistas para ouvirem seus líderes sobre a situação das negociações que estavam em andamento.

Passagem Carlos Nascimento VV (CN): *Hoje, mais de cento e cinquenta mil trabalhadores continuaram parados em cerca de 600 fábricas da região. Não houve nenhum encontro direto de negociações entre as lideranças sindicais e os empresários. Os empresários fizeram a sua reunião na Federação das Indústrias, enquanto os trabalhadores fizeram a sua assembleia geral num campo de futebol aqui em São Bernardo do Campo.*



O discurso do repórter abre fazendo referência à continuidade da greve e dando um número que diverge ao menos de um biógrafo de Lula (Pinto, 2011) que assumia em 500 mil o número de trabalhadores envolvidos no movimento grevista. O dado apresentado pelo JN pode ter origem oficial e confirmaria uma dimensão desejada pelo governo e os empresários sobre a força real dos trabalhadores em greve. Dessa forma, o discurso procuraria evitar com que outros setores fossem contaminados pelo espírito grevista. O texto de Carlos Nascimento fala que naquele dia também havia acontecido uma reunião dos empresários na sede da Fiesp, mas o repórter marca sua presença na assembleia de trabalhadores, o que transfere a importância do fato para São Bernardo do Campo.

A primeira imagem que aparece no VT depois da “passagem” de Carlos Nascimento mostra ao fundo o campo de futebol repleto de trabalhadores, e Lula de costas, no palanque com o microfone à mão. Ainda sem fazer referência oral ao sindicalista, o conjunto do discurso audiovisual evidenciou a figura de Lula como líder do movimento.

O próximo elemento destacado do VT é um “sobe som” de 11 segundos de um plano geral do encontro dos metalúrgicos no momento em que os trabalhadores, todos de mãos dadas, entoavam o final de um Pai Nosso³⁹. Importante destacar, além do tempo de duração do recurso editorial, o fato da imagem apresentada ser uma referência religiosa e, conseqüentemente comovente, pois mostra a massa de trabalhadores unida através da fé e do catolicismo, valor sempre caro aos militares e à própria Rede Globo.



O valor emocional de uma imagem como essa, até mesmo nos dias de hoje é retumbante. E como toda a demonstração de fé, serviu tanto ao movimento por conceder-lhe uma boa dose de carisma, como a Lula, cuja “sonora” entraria na seqüência do plano, por significar que ele era o líder daquela massa que rezava unida em meio ao clima tenso presente entre governo e trabalhadores.

³⁹ A análise sobre o tempo que dura esse sobe som fica prejudicada pelo distanciamento que temos do contexto temporal, ou seja, talvez na época fosse usual uma reportagem apresentar um recurso de sobe som com um tempo tão longo, mas hoje, qualquer sobe som com mais de três ou quatro segundos nos causaria estranhamento.

A referência religiosa se torna ainda mais forte porque historicamente os povos explorados, perseguidos e sofridos foram levados a identificar essas experiências com a Igreja Católica através da representação da vida de Jesus Cristo. Havia ali, portanto, uma massa de fiéis que, ao mesmo tempo, lutava pela melhoria salarial mas também depositava a sua confiança na providência divina. Essa representação do povo que crê, do povo que está do lado de Deus, atribuiu automaticamente papéis claros na disputa entre empresários e trabalhadores. Os primeiros estariam respaldados por um governo ditatorial militar; que por 15 anos reprimira, perseguira, exilara e eliminara as pessoas que se posicionaram contra o regime; que fracassara no objetivo de conter a inflação e o crescimento da dívida externa, mesmo dando respaldo e concedendo incentivos ao capitalismo como forma de desenvolvimento social e econômico em oposição à alternativa comunista e socialista. Enquanto os últimos, trabalhadores, sofridos, explorados, formavam uma massa que embora oprimida, permanecera confiante na sua fé e estava prestes a encontrar a salvação através do seu recém descoberto messias.

O papel de líder carismático é reforçado na sequência da reportagem, quando Lula concede entrevista, falando em nome da massa de trabalhadores que deixava o campo de futebol, apresentando o movimento como “pacífico, ordeiro e acima de tudo, muito justo”

Sonora Luís Inácio da Silva: *Não tenho nenhuma confirmação de que o ministro Murilo Macedo viria a São Paulo. Mas se vier, não tenho dúvida nenhuma de que o receberemos de braços abertos aqui, inclusive, se houver possibilidade e se quiser vim (sic) aqui numa assembleia dessas, nós traremos o ministro, de coração aberto, para ver de que (sic) o movimento dos trabalhadores é pacífico, ordeiro e acima de tudo, é um movimento muito justo.*



O lugar de fala concedido à Lula é o do representante da massa de trabalhadores. O de líder responsável pelo movimento. Esse lugar é uma concessão do JN, é uma escolha editorial que permite com que a imagem e a fala de Lula sejam retransmitidas para todo o país. Assim como o discurso, as imagens também servem ao Jornal Nacional na medida em que ajudam a construir a narrativa jornalística acerca do acontecimento em questão.

O discurso de Lula é articulado, o que evidencia uma marcante característica do personagem: a habilidade com as palavras. Apesar de eventuais erros de português, Lula se propõe e fala com desenvoltura, ordenadamente e com convicção. O personagem se coloca no controle da situação quando afirma não ter confirmação sobre a ida do Ministro a São Paulo. Da mesma forma, quando diz “não ter dúvida” de que os metalúrgicos receberão o ministro de “braços abertos”, Lula indica uma ação, sugere o comportamento desejado por ele na pessoa de líder. Lula confirma seu lugar diante dos trabalhadores quando diz “nós traremos o ministro”, numa referência ao poder que ele como líder tem para levar uma pessoa na posição de ministro do trabalho ao encontro dos trabalhadores metalúrgicos em greve.

O final do discurso de Lula cita o movimento como “pacífico, ordeiro e acima de tudo muito justo”. Ao mesmo tempo, um recado aos militares e à polícia que visa garantir a integridade dos manifestantes, um recado à população que visa cooptar simpatizantes por tratar-se de um movimento “ordeiro e justo”, um recado aos metalúrgicos, que devem comportarem-se desta forma para que continuem as negociações, e um recado à imprensa, para que confie no exemplo da greve e continue dando ao movimento o lugar de fala em suas reportagens.

Lula concede a entrevista cercado por seus companheiros, cena que se repetiria nas próximas reportagens sobre as greves. Essa imagem poderia ser considerada, a título de análise, uma metáfora imagética, na medida em que tem claramente a intenção de significar além do referenciado, de falar mais do que o diz. Lula quando aparece no meio da multidão, abraçado pelos colegas, cercado por seus companheiros, não é apenas o presidente do sindicato. Lula é maior que o cargo que ocupa. Representa exatamente a metáfora textual e oral de estar “nos braços do povo”. É o líder carismático de que falam Webber, Girardet e tantos outros autores.

Off Carlos Nascimento: *Durante a assembleia, o presidente do sindicato de São Bernardo falou numa possibilidade de entendimento com os empresários. Ele disse que haverá um acordo se o aumento concedido em maio do ano passado não for descontado do índice deste ano.*

O texto de Nascimento dá conta do teor do encontro e do posicionamento do líder sindical em relação à negociação. Nesse momento, a imagem que cobre o off do repórter é de Lula falando sobre o palanque para os milhares de trabalhadores, com os braços em movimento exaltado, transparecendo a força com que pretende defender os interesses daquela massa.

Esse processo de edição confirma a liderança de Lula perante os trabalhadores, aumenta o grau de importância que sua figura tem diante daquele contexto e contribui para a construção da imagem mítica do seu personagem.

Sonora Lula: *O que nós queremos é fazer um acordo aonde os 11% não sejam descontados.*

A referência textual à demanda dos metalúrgicos é um elemento que serve jornalisticamente para confirmar o off do repórter. Mas ao mesmo tempo, mostra um líder sindical convicto através da segurança com que ele emite o seu discurso, e confirma mais uma vez a liderança de Lula frente aos grevistas, pois é apenas Lula quem fala por eles.

Off Carlos Nascimento: *Mais tarde, o delegado regional do trabalho disse que essa proposta dos metalúrgicos tem fundamento. Ele afirma que os empresários não podem descontar o aumento do ano passado.*

O texto do repórter apresenta a opinião oficial da delegacia regional do trabalho, que de certa forma estaria condicionada pelo posicionamento do ministério. Na construção da narrativa jornalística, dá voz ao segundo elemento interessado nas negociações, que é favorável aos manifestantes.

Sonora Vinícius Torres (delegado regional do trabalho): *E li claramente mais de uma vez na cláusula segunda e cláusula quinta daquela convenção de 31 de maio de 1978, e que eu acompanhei de perto porque foram as primeiras greves de São Paulo, que não seria deduzido aquele aumento real e efetivo de 11%. Por isso que eu acho e até me surpreendo que esse assunto seja tão desconhecido do público como eu observei agora.*



A fala do delegado regional do trabalho de São Paulo não deixa dúvidas sobre o seu posicionamento e a legitimidade da demanda dos trabalhadores. É uma fala detalhada, que reforça o discurso e diminui a possibilidade de contestação. A edição do JN escolhe como encerramento da fala do delegado o momento em que ele afirma estar surpreso sobre a polêmica que envolve os 11%.

A maneira como o delegado emite seu discurso é calma, precisa e direta. Não há alteração nem movimentos que apontem para um desconforto com aquilo que está sendo dito. É um discurso que transmite um posicionamento claro e aparentemente irredutível.

Entretanto, a última frase dá margem para interpretações distintas. A primeira confirma a legitimidade da demanda dos trabalhadores. O que eles pedem é o certo, baseado na lei. A segunda interpretação deixa no ar a “surpresa” do desconhecimento do assunto, ou seja, quem seria esse público a que ele se refere como desconhecedor. Se fossem os empresários, seria um forte argumento de seu discurso, referindo-se a sua própria reação emocional diante de algo que lhe parece “absurdo”. Mas o público poderia ser a própria imprensa – e essa é a hipótese mais provável. Neste caso, pode haver um deslocamento da importância do fato para algo secundário, o não saber do que se trata mesmo que esse conhecimento seja básico para a compreensão do quadro geral.

Esse é o último elemento do VT. Entretanto há um não dito importante, que ajuda a construir o sentido da reportagem. A ausência de alguém que falasse em nome dos empresários coloca a terceira parte envolvida nas negociações, o empresariado, num lugar de espectador e, de acordo com os sentidos que são produzidos ao longo da narrativa, como a parte de quem depende a resolução da crise, pois as outras duas já estão em concordância.

Na análise de discurso, há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário (ORLANDI, 2001, p.82).

Apesar das referências anteriores na imprensa, como a entrevista no programa Vox Populi da TV Cultura e a revista Veja, que na sua edição do dia 31 de maio de

1978, por ocasião da primeira greve da região do ABC, já referia-se a Lula como o presidente de sindicato “sempre hábil e bem informado sobre o que acontece em sua categoria”, e ainda “o mais articulado dos novos líderes” sindicais⁴⁰, a abertura desse novo lugar de fala, o Jornal Nacional da Rede Globo, significava uma importante conquista, ou ainda, a redenção de um grupo de comunicação que tinha sua imagem associada ao discurso do regime militar, ao reconhecimento do valor-notícia que aquele movimento grevista representava ao evidenciar o poder que emanava do proletariado.

4.1.3 Objeto 2: Abertura JN e reportagem de Zileide Silva sobre a posse de Lula. Jornal Nacional. Exibido em 01 de janeiro de 2003. Tempo: 6’57”

Contextualização e Interdiscurso

Em janeiro de 2003, quando Lula tomou posse pela primeira vez como presidente da república, a sua trajetória política já contava com mais de duas décadas de atividade. Durante o tempo decorrido entre a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e a vitória nas eleições de 2002, a figura pública de Lula sofreu transformações que refletiriam diretamente na representação do seu mito. E de acordo com a trajetória do Herói de Campbell (2007), essas transformações estariam representadas no segundo estágio da jornada: a Iniciação.

Essa é a fase favorita do mito-aventura. Ela produziu uma literatura mundial plena de testes e proezas miraculosos. O herói é auxiliado, de forma encoberta, pelo conselho, pelos amuletos e pelos agentes secretos do auxiliar sobrenatural que havia encontrado antes de penetrar nessa região (CAMPBELL, 2007, p. 102).

Surgido no berço do proletariado, trazendo ideias novas para a política exatamente quando o regime militar começava a entregar o controle do país para a sociedade civil, Lula despertou em uma parte da população o sentimento da mudança. No final dos anos 70 e início dos anos 80, os brasileiros assistiam, à sombra da ditadura, a manifestações pela liberdade enquanto a inflação e o crescimento da

⁴⁰ Fonte: Acervo Digital da revista VEJA acessado em 25/02/14 - <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>

dívida externa, resultados da política econômica, contribuía para que o mito do sindicalista representante da classe trabalhadora fosse recebido com simpatia de norte a sul do país.

Foi assim que os principais veículos de comunicação retrataram Lula. Revista *Veja*⁴¹, TV Cultura⁴² e Rede Globo representaram o personagem associando-o à simbologia mítica do salvador, do líder das massas, do representante da liberdade, conforme vimos na primeira análise deste trabalho. Mas a partir da fundação do Partido dos Trabalhadores, houve uma mudança nessa relação. A ideologia partidária do PT, socialista, e sua simbologia, a bandeira vermelha e a estrela, referenciavam diretamente a modelos comunistas e revolucionários. Contrários ao sistema que regia a democracia no Brasil, estes símbolos não apenas ajudariam a dividir as opiniões sobre o mito que havia se formado, como a polarizar radicalmente direita e esquerda, marcando a disputa político-ideológica que passaria a protagonizar na democracia brasileira.

No entanto, não seria apenas a simbologia que acompanhou a criação do PT que exerceu poder sobre o mito de Lula. A entrada na política representa para o personagem o ato de atender ao “chamado da aventura”. Essa nova realidade passou a atuar sobre a figura de Lula e pode ter até mesmo exigido do personagem que reformulasse pouco a pouco seu discurso. O que podemos notar é que o articulado e comedido em suas falas líder dos sindicalistas passou a criticar com veemência o *status quo*, especialmente a política, o sistema capitalista, os investidores internacionais, o lucro, e entraria em choque, naturalmente, com todos os grandes grupos empresariais. Inclusive a Rede Globo. Foi assim em 1981, quando em entrevista ao programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes, Lula afirmara que, os principais objetivos do PT eram:

⁴¹ As reportagens sobre Lula estão disponíveis no acervo digital da Revista *Veja* em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

⁴² Parte da entrevista de Lula ao programa *Vox Populi* está disponível em www.youtube.com/watch?v=epAymmKpn0o

chegar ao poder, à presidência da república e reformar a política e a economia do país⁴³.

A etapa da iniciação tem início no *caminho de provas* (Campbell, 2007). Esta fase se caracteriza por uma série de elementos que se colocam como obstáculos diante do herói em sua aventura. E esses obstáculos, durante os mais de 20 anos que separaram a criação do Partido dos Trabalhadores da ascensão ao poder de Lula, podem ser representados pelas três derrotas que o personagem experimentou antes de chegar à presidência.

Desde que entrara na vida política, Lula pode demonstrar o desenvolvimento da suas habilidades - também resultado da convivência com intelectuais, líderes religiosos e trabalhistas, como o polonês Lech Walesa, fundador do Sindicato Solidariedade que ganharia o prêmio Nobel da Paz em 1983 e seria eleito presidente de seu país em 1990. Além disso, Lula parecia ter consciência do seu potencial simbólico e acreditava na força do seu mito. Dessa forma, trabalhou por exemplo, para confirmar sua representação exponencial ao criticar o tipo de sindicalismo que atuara durante o governo de Getúlio Vargas⁴⁴. Ao criticar o mito Getulista e se colocar como o verdadeiro representante da classe trabalhadora, não apenas a legenda do PTB e o Trabalhismo proposto pelo recém retornado do exílio, Leonel Brizola, eram desafiados, mas a forma como a história do Brasil fora contada era também colocada em xeque.

Aos poucos, Lula ia se firmando como uma alternativa reconhecidamente radical na política brasileira. Ao mesmo tempo, sua figura incentiva como nunca a participação daqueles grupos sem representação, depois de quase 20 anos de ditadura militar, na engrenagem política dominante. Como resultado, nas eleições de 1982, o político concorreu ao cargo de governador do Estado de São Paulo e obteve 1,4 milhão de votos, quase 10% do total, ficando atrás de Jânio Quadros, Reinaldo de Barros e Franco Montoro. O “teste” foi considerado um sucesso na base do PT, mas apesar disso, Lula e seu partido ainda eram tidos como um fenômeno local. A

⁴³ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KsXFJDYmjAI> (a partir dos 7'50'')

⁴⁴ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KsXFJDYmjAI> (a partir dos 3'25'')

representatividade do partido no país estava refletida na bancada da Câmara Federal, com oito deputados (seis de SP, um de MG e um do RJ) de um total de 479 vagas, enquanto a força política estava concentrada nas mãos do PDS e do PMDB, que somavam respectivamente 235 e 200 cadeiras cada um⁴⁵.

Os anos seguintes tiveram na campanha pelas eleições diretas, a partir de 1983, na eleição de Tancredo Neves em 1984 – com a sua morte e a posse do vice, José Sarney - na formação da Assembleia Constituinte, em 1986, e na promulgação da Constituição de 1988 os principais momentos políticos do país. E o PT, que apesar de continuar um partido relegado ao segundo plano devido pouca representatividade nas câmaras, manteve a busca por simpatizantes nos grupos excluídos até então da política nacional. Lula e o PT apostaram na retórica do combate franco, aberto, típico dos sindicatos mas inapropriado para o cerimonioso meio político das assembleias legislativas.

Depois de dividir o palanque na campanha pelas eleições diretas com Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola, Fernando Henrique Cardoso e os principais políticos em atividade no país, e depois de contribuir com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em 1985, Lula foi eleito o deputado federal constituinte com a maior votação da história do país até então no anos de 1986, o que garantiu ao PT uma bancada de 16 parlamentares (Reis, 2007).

No processo constituinte, a pequena bancada petista fez lembrar os deputados comunistas constituintes de 1946, compensando o pequeno número com uma presença ativa e eficaz, surpreendendo as forças de direita, dispersas num primeiro momento, até se organizarem no chamado *Centrão* (REIS, 2007, p. 10)⁴⁶.

A presença “ativa” a que se refere Daniel Reis (2007) seria a marca que passaria a acompanhar o PT e sua militância e que, de certa forma, inquietaria não apenas os representantes dos demais partidos políticos, mas uma parte da população que não simpatizava com a ideologia propalada por Lula e seus correligionários.

⁴⁵ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_gerais_no_Brasil_em_1982

⁴⁶ Disponível em <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticadas/files/daniel4.pdf>

Em 1989, Lula chegaria ao segundo turno das primeiras eleições diretas para presidente da república desde 1960 propondo a anulação da dívida externa, uma reforma agrária radical e o questionamento “profundo do modelo econômico imposto pela Ditadura” (Reis, 2007). O candidato, que deixou para trás nomes como Mário Covas, Leonel Brizola e Ulisses Guimarães, perderia o pleito para Fernando Collor de Mello mesmo tendo obtido mais de 31 milhões de votos, ou seja, 44% dos votos válidos.

Conforme cita Fernando Henrique Cardoso (2013), o candidato Lula nunca escondera a intenção de uma “radical virada para a esquerda”. Considerando o impacto desse discurso, o fato de que a transição entre ditadura e democracia estava sendo realizada “por cima” (Reis, 2007) com o governo de José Sarney, e que as instituições e o eleitorado, portanto, ainda estavam sob o efeito dos anos de governo militar, esse radicalismo pode ter sido determinante para a derrota nas urnas. Afinal faltaram-lhe apenas 7% dos votos válidos para vencer Fernando Collor.

Os momentos finais da campanha de 1989, especialmente o segundo turno foram marcados pela dicotomia entre a imagem de Collor, “bem apessoado, 40 anos, governador nordestino que se apresentava como uma versão brasileira de John F. Kennedy” e Lula, o “operário indignado” (Cardoso, 2013).

Na primeira de suas três campanhas malsucedidas para a presidência, Lula se agitava numa indignação vermelha que quase parecia adolescente. Em vez de abrandar suas posições com a idade, ele se tornara muito mais radical do que na época das lutas sindicais. O sujeito cordial e afável que eu conhecera agora invectivava e se lamentava nos palanques em intermináveis discursos sobre as injustiças do Brasil (CARDOSO, 2013, p. 209).

Uma edição do último debate entre Collor e Lula realizada pela equipe de jornalismo da TV Globo, influenciada diretamente pelo alto escalão do grupo, e que foi ao ar no Jornal Nacional do dia 15 de dezembro, seria um capítulo a parte na eleição. O viés abertamente favorável à Collor foi resultado da interferência, de acordo com Carlos Eduardo Lins da Silva (1985), do próprio Roberto Marinho. Porém, até mesmo os partidários de Lula reconheceram a superioridade de Collor no debate e não atribuem a esse fato responsabilidade decisiva pelo resultado das urnas. Mas o favorecimento explícito ao candidato do PRN rendeu à militância petista um

argumento emblemático que perdura até os dias de hoje quando o assunto envolve Lula, Rede Globo e eleições⁴⁷.

Com a vitória de Collor, o povo brasileiro havia colocado no poder o seu pretense salvador. E a vontade desse povo realizada personificava um mito que encontrava um largo terreno para desenvolver-se. O primeiro presidente eleito desde 1960, o líder civil que por quase 30 anos a sociedade esperara, o homem que moralizaria a política. Saía a imagem carrancuda dos militares e entrava a do “bem apessoado” Fernando Collor. Todos os elementos dessa história convergiam para a realização de um mandato de ouro. O clima era de festa. O povo estava feliz. Menos Lula e o PT.

A primeira derrota de Lula no projeto maior de governo do PT teve um certo gosto de vitória. O PT estava confirmando-se como força de convergência da esquerda, num agora definitivamente polarizado ambiente político brasileiro, enquanto a direita dividiria sua força entre três ou quatro legendas. E esse resultado foi o combustível para alimentar a chama radical. Lula promoveria um gabinete paralelo formado por membros do partido e de outras lideranças com a intenção de avaliar e criticar as ações do governo Collor, o que representaria uma chance de manter vivo o espírito da mudança que havia conquistado 31 milhões de eleitores.

Entretanto, na tentativa de remediar a inflação em uma das ações que eram mais urgentes para o país, Collor conseguiu pessoalmente atrair a antipatia de boa parte dos seus eleitores. Com o congelamento das cadernetas de poupança, que deixou sem poder de compra centenas de milhares de brasileiros, a opinião pública passaria a observar o governo com os olhos da desconfiança, e o gabinete paralelo de Lula passou a ser apenas mais uma voz na multidão de descontentes.

Em pouco tempo, o caçador de marajás provaria ser realmente uma fraude. A descoberta de um esquema de corrupção nos bastidores do governo provocou o impedimento do presidente. Além de Lula, José Dirceu e outros representantes da

⁴⁷ A história está publicada no site Memória Globo no endereço: <http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm>

bancada do PT na câmara tiveram atuação destacada no processo de Impeachment. A retórica petista passou a ter o argumento de que era Lula a escolha certa naquela eleição de 1989. Mas constatação de que, quando teve a chance, a sociedade brasileira colocou na presidência um homem da mesma estirpe contra a qual lutava, que poderia ter derrubado a auto-estima da população, teve efeito contrário, conforme lembra Fernando Henrique Cardoso (2013).

Estranhamente, contudo, a nação extraía do incidente um certo sentimento de confiança. As instituições brasileiras se revelavam mais fortes que qualquer homem. Tínhamos enfrentado uma grave crise seguindo estritamente as regras e sem intervenção dos militares. Depois da votação, 100.000 brasileiros, muitos jovens, dançaram e cantaram em frente ao Congresso (CARDOSO, 2013, p. 213).

O vice de Collor, Itamar Franco, assumiria o Palácio do Planalto herdando a desconfiança que recaiu sobre o antecessor além dos problemas do país que tampouco haviam sido resolvidos. Depois de tentar três diferentes Ministros da Fazenda, o Presidente Itamar Franco chamaria Fernando Henrique Cardoso para reorganizar a economia do país e conter o dragão da inflação que, no ano de 1993, havia atingido a marca de 2.500 por cento (Cardoso, 2013).

A paternidade de FHC sobre um plano destinado a vencer a inflação fez com que o ex-Senador da República por São Paulo e ex-Ministro das Relações Exteriores de Itamar Franco cogitasse figurar na lista de presidenciáveis para o pleito de 1994. Enquanto isso, Lula, que havia passado os últimos anos em caravanas percorrendo todo o país demonstrando sua intimidade com os problemas sociais do Brasil e criticando o ordenamento político nacional já despontava como candidato favorito.

A vitória parecia assegurada. Segundo o instituto Datafolha, em março de 1994 o candidato do PT contava com 42 por cento das intenções de voto contra 16 por cento de FHC⁴⁸. Estava nas mãos do líder da esquerda levar adiante seu projeto socialista e ascender ao poder. Entretanto, Lula também dispunha de um alto índice de

⁴⁸ Fonte: Datafolha http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto_pres_01101994.pdf

rejeição, que em julho era de 28 por cento⁴⁹ e que chegaria, em setembro, aos 40 por cento.

Enquanto Lula batia fortemente contra o FMI, o capitalismo de mercado e o Plano Real, para FHC o sucesso da nova moeda e do plano econômico era a única alternativa de sua candidatura decolar. Ao insistir no mesmo discurso que fora derrotado em 1989, Lula e o PT não levaram em consideração que seria muito difícil convencer a maioria do país de que o projeto e a retórica socialista estavam corretos. Na verdade, e isso seria provado mais tarde, somente com a mudança do discurso do PT poderia haver a conquista dos eleitores que faltavam para garantir a maioria nas votações.

O projeto de Lula e do PT de ascensão ao poder que estava mais próximo do que nunca de se concretizar esbarraria no erro de estratégia. “Lula, cuja maior virtude sempre foi a sensatez, foi traído pela arrogância” (Pinto, 2011, p.221). Em 03 de outubro, FHC conquistaria 55 por cento dos votos válidos contra 28 por cento de Lula. Aos olhos da população, o político que visitara o país e se promovera como conhecedor da miséria e legítimo representante do povo brasileiro, ainda não estava pronto para assumir a chefia do executivo nacional. E assim, o *caminho das provas* de Lula ia se constituindo. Derrotado pela segunda vez nas eleições, Lula não entendia por que o seu projeto e o seu partido – sempre com ele, o mito, à frente – não alcançavam seu objetivo.

Quatro anos mais tarde, mais um encontro com FHC na disputa pela presidência da República. No ano de 1998, com o Real fragilizado ante uma crise financeira mundial que havia abalado severamente as economias de México, Taiwan e assombrava outros países em desenvolvimento, Lula tinha o discurso pronto. Entretanto, mais uma vez, insistir em criticar a política econômica e os acordos monetários internacionais apenas semearia o pânico nos investidores e desequilibraria a economia. Se a retórica do candidato petista não se alterara, tampouco aconteceria com o resultado das urnas. Outra vez derrotado sumariamente no primeiro turno, Lula

⁴⁹ Fonte: Datafolha http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto_pres_22091994.pdf

entraria no limiar da *Iniciação* (Campbell, 2007) quando começaria a perceber a necessidade de uma mudança de atitude, ou a sua história política seria apenas aquela que estava até então escrita.

Provavelmente foi isso que o levou, meses depois do pleito, a procurar o candidato que o derrotara por duas vezes. Na ocasião, segundo Fernando Henrique Cardoso (2013), então presidente da República teria recebido Lula no Palácio da Alvorada e, numa conversa informal, aconselhado ao líder da esquerda: “Se você está esperando que uma crise de verdade resolva os problemas do Brasil, está errado, Lula. Uma crise acabaria com você e comigo” (Cardoso, 2013, p.303).

E a crise quase aconteceu em 1998, quando uma retirada recorde de dólares do país, a taxa de quase US\$ 1 bilhão por dia, teve início com a decisão de Itamar Franco, então Governador de Minas Gerais, de declarar a insolubilidade econômica do Estado e negar-se a pagar a dívida com a União (Cardoso, 2013). Uma inflação superior a oito por cento foi medida naquele primeiro ano de governo e o discurso de Lula, como aquele que “sabia que não daria certo” estava mais pronto do que nunca.

A crise não chegou a quebrar o país como acontecera com o México. Apesar disso, os primeiros acordos da próxima campanha para presidente da república já estavam sendo executados. Aliado a esse fato, o candidato escolhido pelo PSDB para suceder Fernando Henrique não empolgava. Apesar do histórico de militância contra a ditadura militar e à atuação à frente de programas de governo como o do combate à aids, o bem-sucedido ex-ministro da Saúde de FHC, José Serra, não era reconhecido como um grande orador, não tinha carisma e tampouco era capaz de construir uma imagem como líder. Talvez, de fato, não houvesse mais ninguém no país que pudesse substituir Fernando Henrique Cardoso.

O momento da campanha de 2002 trazia o vaticínio do plano Real e uma economia que, se não mergulhara no abismo, também não decolara; aliados à polêmica aberta pela oposição sobre uma possível compra de votos para modificar a Constituição e garantir a possibilidade de reeleição em 1998 que colocou FHC por mais quatro anos no poder; e uma crise de energia que causara apagões em todo o país.

Mas talvez nem todos esses argumentos, somados ao natural desgaste de oito anos de um governo, fossem suficientes para eleger Lula (Pinto, 2011). Depois da conturbada troca de comando na campanha - quando saiu o ex-prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, executado com oito tiros, e entrou Antônio Palocci - começou a evidenciar-se uma mudança de discurso e de estratégia, como nos explica Daniel Reis (2007):

O PT preparou-se *profissionalmente* para a campanha de 2002. Na condição de grande partido, que já era, arrecadou finanças consideráveis. Em seguida, moderou o discurso político, um processo que já vinha se desdobrando, desde a campanha de 1994, mas que alcançaria, em 2002, com a *Carta aos Brasileiros*, um novo patamar. Finalmente, articulou assessoria de marketing que viabilizaria a proposta do candidato através dos meios de comunicação, além de tratar do seu *visual*, despindo Lula de quaisquer vestígios que o pudessem assimilar a uma liderança radical – o lema *Lulinha paz e amor*, exprimiu bem esta mudança, sobre a qual, aliás, o próprio candidato referia-se sem constrangimento aparente (REIS, 2007, p. 17).

A *Carta ao Povo Brasileiro* foi um documento divulgado em junho de 2002, que teve sua elaboração atribuída à Antônio Palocci e José Dirceu, onde Lula garantiria ao “povo” – mas se quisermos podemos ler “investidores” – que, se fosse eleito, honraria os contratos e estimularia a iniciativa privada (Pinto, 2011). Ou seja, havia o claro interesse em demonstrar uma mudança na raiz da candidatura do PT, com a responsabilização pela manutenção da moeda relativamente forte, e assim, a garantia de que o Brasil seria um país minimamente governável.

Além da “Carta”, outra contribuição fundamental para a imagem de Lula seria dada pelo experiente publicitário José Eduardo Cavalcanti de Mendonça, ou apenas, Duda Mendonça. Baiano de Salvador, Duda havia trabalhado na campanha vitoriosa para prefeito do município de São Paulo com Paulo Maluf em 1992, mas já era conhecido no meio político desde os anos 80 (Pinto, 2011). Duda trabalhava diretamente com Lula, conversava pessoalmente com o candidato e o aconselhava em intimidade. Esses momentos e toda a influência de Duda na campanha, bem como a atmosfera que pairava sobre a candidatura de Lula são possíveis de perceber no documentário *Entreatos*, de João Moreira Salles (2002)⁵⁰, onde o cineasta acompanha o dia-a-dia de Lula durante o último mês antes do pleito.

⁵⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CAa9zGxFXWo>

As mudanças de Lula tornaram-se ainda mais evidentes com a referência “Paz e Amor” que foi associada ao candidato durante a campanha. Esteticamente, o visual suavizado pelos fios brancos e a barba bem aparada, a forma física adquirida durante a campanha – Lula estava mais magro – e até mesmo a escolha da vestimenta do candidato apontavam para um político amadurecido. Além da mudança de discurso, marcada na *Carta ao Povo Brasileiro*, o vice que formaria a dobradinha da chapa presidencial, José de Alencar, um “self made man”, conforme Pinto (2011), representante de sucesso do capitalismo de mercado e da classe empresarial, garantia que o projeto de Lula e do PT havia sofrido uma profunda transformação.

Ao se aproximar a eleição, contudo, ficou evidente que finalmente chegara a vez de Lula. Depois de anos de mudanças difíceis e não raro dolorosas no Brasil, os eleitores queriam tentar algo diferente. Lula, por sua vez, conseguiu convencer a opinião pública de que não seria assim tão diferente. (CARDOSO, 2013, p. 344).

Na narrativa mítica proposta por Joseph Campbell (2007), durante o *caminho de provas* que é o primeiro estágio da etapa da Iniciação (idem, p. 102), passadas as dificuldades que o herói encontra na jornada há o momento da mudança. Essa modificação é resultado do entendimento, do crescimento e da iluminação do herói, mediante ou não o auxílio dos “conselhos, amuletos ou agentes secretos do auxiliar sobrenatural” (idem).

Na trajetória de Lula, os conselhos e agentes secretos do sobrenatural podem ser representados pela experiência e os colegas de sindicato e de fundação do Partido dos Trabalhadores, que o acompanharam desde o princípio de sua carreira, como José Dirceu; e também pela influência de Duda Mendonça, o publicitário que foi, tecnicamente, o responsável pela imagem de Lula em 2002.

Não pode haver dúvida: os perigos psicológicos pelos quais passaram gerações anteriores, com a orientação oferecida pelos símbolos e exercícios espirituais de sua herança mitológica e religiosa, nós, hoje ... devemos enfrentar sozinhos ou, na melhor das hipóteses, com uma orientação experimental, improvisada e poucas vezes muito efetiva... “Ou pensais que entraríeis no Jardim da Bem-Aventura sem passardes pelas provações por que passaram aqueles que vieram antes de vós?⁵¹” (CAMPBELL, 2007, p. 107).

⁵¹ Referência de Campbell ao Corão, 2:214.

A relação dessa passagem da história de Lula no limiar do *caminho de provas* fica evidenciada na mudança que o personagem experimentou a partir das dificuldades enfrentadas nas campanhas anteriores. Como sugere Campbell (2007), no herói, deve haver um entendimento sobre aquilo contra o qual se está lutando e o reconhecimento de onde podem estar os problemas que limitam o avanço na jornada.

E assim foi. Lula obteve 46 por cento dos votos no primeiro turno contra 32 por cento de José Serra e por muito pouco não derrotou o candidato tucano no primeiro turno. A vitória parecia estar reservada para um dia que confirmaria a trajetória mítica do político. Em 27 de outubro de 2002, dia em que Lula completava 57 anos, ocorreu o segundo turno onde mais de 52 milhões de brasileiros votaram 13 e elegeram o ex-sindicalista Presidente do Brasil.

Uma a uma as resistências vão sendo quebradas. Ele deve deixar de lado o orgulho, a virtude, a beleza e a vida e inclinar-se ou submeter-se aos desígnios do absolutamente intolerável. Então descobre que ele e seu oposto são, não de espécies diferentes, mas de uma mesma carne (CAMPBELL, 2007, p. 110).

A citação de Campbell exemplifica claramente a transformação ocorrida no personagem de Lula. A fase da iniciação, com o *caminho de provas*, é até aqui meramente um aprofundamento do problema da partida, representado pela entrega do herói à jornada (idem). Mas é somente a partir da mudança que o herói pode seguir adiante. “Cumpra agora matar dragões e ultrapassar surpreendentes barreiras” (Campbell, 2007, p. 110).

Como vimos, Lula buscou durante anos o poder. Ele personificou a luta da classe trabalhadora, da esquerda e dos grupos excluídos da política pela representação nas esferas tomadoras de decisão no país sem jamais conseguir atingir seus objetivos enquanto manteve a retórica revolucionária. A vitória veio apenas quando o personagem reconheceu com humildade que o alinhamento ao radicalismo tampouco era o caminho correto para o que se propunha e modificou sua estratégia. Por isso, consideramos o encontro de Lula com a tão sonhada e perseguida Presidência da República como a entrada na segunda etapa da Iniciação: *O encontro com a deusa* (Campbell, 2007).

A aventura última, quando todas as barreiras e ogros foram vencidos, costuma ser representada como um casamento místico (hierógamos) da alma-herói triunfante com a Rainha-Deusa do Mundo (CAMPBELL, 2007, p.111).

Na trajetória de Lula, a deusa é a personificação do poder e a Presidência da República. Em diversas narrativas míticas essa figura feminina está representada como objeto de desejo, de tudo o que o mundo oferece de sedutor, modelo de perfeição, local de onde vêm as “*bênçãos da busca terrena ou divina de todo herói*” (idem, p.112). Por outro lado, também há uma imagem ameaçadora da mãe má, que no caso de Lula, de acordo com sua trajetória, seria a “*mãe desejada, mas proibida (complexo de Édipo), cuja presença é um estímulo ao desejo perigoso (complexo de castração)*” (idem, p.112).

Naquele 01 de janeiro, dia da posse de Lula como Presidente da República, o Jornal Nacional começava assim sua edição:

Fátima Bernardes - *Primeiro de Janeiro de 2003, um capítulo da história do Brasil.*

Willian Bonner - *A Capital Federal consagra o novo presidente de mais de 170 milhões de cidadãos: o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva é festejado à caminho do congresso, onde faz o juramento à constituição e discursa pela primeira vez como presidente da república.*

Sobe som Lula: - *Hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.*

Willian Bonner - *No palácio do planalto uma cena que o país esperou por 40 anos: um presidente eleito pelo povo passa a faixa a um sucessor eleito pelo povo. Depois de oito anos na presidência, Fernando Henrique Cardoso diz que quase chorou de emoção ao passar o cargo a Lula. O Jornal Nacional mostra todos os detalhes da posse. A nomeação oficial do ministério. As autoridades estrangeiras que vieram. Os novos nomes da economia, e a quarta feira em que democracia brasileira foi celebrada em uma imensa festa popular na capital.*

Fátima Bernardes - *Veja também: os novos governadores assumem seus cargos em 26 estados e no distrito federal. E fogos de artifício iluminam a chegada do ano novo em todo o Brasil.*

Willian Bonner - *Primeiro de janeiro de 2003.*

Fátima Bernardes - *O jornal nacional está começando agora.*

DF: Sobe Som Vinheta com imagens da posse de Lula.

Fátima Bernardes - *Boa Noite. No dia em que o Brasil assistiu à posse de um novo presidente, o jornal nacional fala ao vivo de Brasília. Boa noite, William.*

William Bonner - *Boa noite Fatima. Boa noite a todos. Milhares de pessoas na capital federal, e milhões pela televisão, testemunharam o momento em que Luís Inácio Lula da Silva deixou a condição de presidente eleito para se tornar presidente da República. A cerimônia começou pouco depois das duas da tarde.*

A primeira inserção de discurso no telejornal ocorre logo após a vinheta de abertura. Após a trilha sonora elevar a excitação sobre o que seria apresentado naquela edição, a apresentadora Fátima Bernardes afirmaria que aquele dia tratava-se de um “capítulo da história do Brasil”.



Entretanto, a postura de Fátima Bernardes revelava algo além do discurso que proferiu. Parecia evidente haver por trás daquele discurso (ou intrínseco ao discurso) um entendimento pessoal sobre a posse. O ato de fala ocorre de forma tranquila, confortável e segura, sugerindo até mesmo um grau de contentamento, mas é possível perceber um comedimento, talvez necessário para reforçar a estratégia tradicional do JN que é a de demonstrar imparcialidade diante dos fatos.

A seguir, entra a figura de William Bonner falando de Brasília. O discurso de Bonner apresenta um elemento fundamental no verbo “consagrar”, que sugere um

reconhecimento grandioso. Bonner também faz uso de uma figura de linguagem, a Perífrase, para referir-se ao Lula como o “presidente de mais de 170 milhões de cidadãos”. As figuras de linguagens são elementos poderosos de retórica e a partir daí já é evidente a intenção do discurso de emocionar ao menos uma parte da audiência. Bonner cita o passado metalúrgico de Lula, evidenciando o caráter heroico do político que “veio de baixo” para finalmente assumir o cargo mais importante do país.



A postura de Bonner nessa primeira parte da escalada, entretanto, sugere a mesma distância do fato proposta por Fátima Bernardes. Bonner tem o semblante sério, mas deixa transparecer nas palavras uma certa emoção. A entonação aplicada pelo âncora atribui ao fato uma grande importância e, especialmente nos momentos finais, sugere o encerramento de uma narrativa, o final de uma história, que poderia vir sendo contada há bastante tempo. Como se o capítulo final da saga de Lula estivesse sendo narrado ali.

A escalada é “ilustrada” com imagens da posse e um “sobe som” do Presidente empossado no plenário da Câmara ao dizer que aquele era o dia em que o Brasil “se reencontrava consigo mesmo” (sic). A fala de Lula é emblemática, carregada de retórica, apesar da redundância, e sugere que o país anteriormente não vivenciava a

plenitude das suas possibilidades, que a partir de então, o povo, representado por Lula, estaria no poder e governaria o país para um futuro promissor. A escolha dessa frase específica é editorial e foi avaliada. Ela pode sugerir a um paralelismo ideológico entre os agentes que atuaram na edição da escalada, ou uma ironia fina no discurso do JN sobre o personagem de Lula.



A imagem volta para a figura de Willian Bonner, e a narrativa sobre a história da Lula é de certa forma cortada quando o apresentador diz que “o país esperou 40 anos” pelo momento em que o antecessor eleito pelo povo passava a faixa para outro representante eleito pelo povo, enquanto as imagens mostravam Fernando Henrique Cardoso entregando a faixa presidencial para Lula. O discurso equipara nesse momento Lula a FHC. Trata-se, portanto, de dois iguais aos “olhos” da editoria do JN. Para confirmar essa estratégia retórica, Bonner diz que FHC “se emocionou” ao passar a faixa, incluindo na festa que era para ser apenas de Lula, a figura de FHC.

Na sequência do discurso, Bonner incorpora o Jornal Nacional, ao dizer que o JN “mostraria todos os detalhes da posse”, sugerindo uma cobertura mais completa, e encerrando com a referência à “imensa festa popular” que consolidaria Lula como personagem principal. Mas sem deixar de incluir o elemento de FHC.

De Bonner para Fátima Bernardes, já há um envolvimento emocional mais forte com a narrativa, apesar de os apresentadores procurarem manter no semblante a sugestão de um comedimento. Notadamente positiva em sua elocução, Fátima apresenta a notícia sobre a posse dos governadores sugerindo até certo grau de “satisfação”.

Voltando para Bonner, este repete a abertura do JN: “primeiro de janeiro de 2013”. Esse ato de fala de Bonner é categórico. Mantendo-se sério, Bonner carrega a data de significado e importância, referindo-se ao dia, em relação a todos os demais, como um “realmente” importante na vida das pessoas.

Enfim, Fátima Bernardes anuncia que o JN está começando, pela primeira vez deliberadamente positiva e quase sorridente. Passa a ideia de satisfação, talvez em parte com o dia histórico, talvez com a edição que tem pela frente. Esse é o último ato de fala da escalada.

A partir daí, o Jornal Nacional entra de fato ao vivo, e entra em cena a tensão como elemento crucial do discurso. Não há mais a chance de edição sobre erros. Os apresentadores, por mais experientes que sejam, estão conscientes do crítico equilíbrio necessário para o andamento do telejornal a partir desse ponto, uma vez que haverá interação entre duas praças distantes, RJ e Brasília, e que isso depende, além do seguimento do roteiro, do bom funcionamento dos aparatos técnicos e de seus operadores.

Fátima Bernardes dá boa noite sorrindo. Mantém a atitude positiva em relação ao telejornal e chama a participação de Willian Bonner que responde a saudação a apresentadora que está na bancada no Rio de Janeiro. Ao vivo, o apresentador está mais solto, a expressão facial perdeu a gravidade que sustentava durante a escalada, e ele chama o VT principal que abriu a edição daquela noite revelando um certo entusiasmo com as notícias que vêm pela frente.

Entra no ar a reportagem de Zileide Silva, com mais de de cinco minutos, um tempo notadamente superior ao padrão de reportagem em televisão hard news.

Off Zileide: *Chovia quando a comitiva deixou a granja do torto. E pela primeira vez, Luís Inácio Lula da Silva usava um carro oficial da presidência. Chuva forte, mas que não desanimou os militantes que esperavam em frente à Granja. Só com muita dificuldade os carros conseguiram passar. No trajeto inteiro Lula era saudado. Na catedral de Brasília a posse começava a ficar bem mais próxima deles. A chuva deu uma trégua e presidente e vice passaram para o Rolls Royce e de carro aberto seguiram pelo meio do povo. Lula feliz, acenando com as duas mãos. José Alencar um pouco mais tenso. Na chegada ao congresso a festa: o carro quase some. O lago é ocupado. Beijos para a multidão. O presidente eleito é recebido na rampa pelos presidentes do Senado da Câmara. Eles sobem a rampa. E mesmo entre os convidados, senadores, deputados, futuros ministros, o assédio continua. Fica difícil chegar à mesa. Lula é aplaudido de pé. E as três e cinco, lê o juramento de posse.*

Sobe som Lula: *prometo manter defender, e cumprir a constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união a integridade e a independência do Brasil.*

Sobe som da posse:

Off Zileide: *Finalmente Luís Inácio Lula da Silva assina o termo de posse. É presidente da República.*

Passagem Zileide: *Já empossado, Luís Inácio Lula da Silva fez aqui mesmo no Congresso Nacional o primeiro discurso como presidente da República. Um discurso longo em que ele reafirmou o que prometeu na campanha. Pretende fazer um governo de mudanças.*

Off Zileide: *Mas antes do discurso uma ordem. Simpática. Mas uma ordem a uma plateia as vezes informal demais.*

Sobe som plateia ovacionando Lula:

- Ole ole ole ola, Lula Lula!

Sobe som Lula:

- *Vamos quebrar o protocolo mas nem tanto.*

Off Zileide: *Presidente, ele não quebrou o protocolo. Leu o discurso durante 42 minutos e com críticas ao atual governo disse que o país chegou ao esgotamento de um modelo que segundo ele em vez de gerar crescimento produziu estagnação, desemprego e fome.*

Sobe som Lula: *Mudança, essa é a palavra-chave. Essa foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo.*

Off Zileide: *Para mudar ele deixa claro: é preciso tempo.*

Sobe som Lula: *Teremos que exercer cotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.*

Off Zileide: *No discurso, mais uma vez, Lula confirmou a prioridade número um do governo dele:*

Sobe som Lula: *Eu desejo antes de qualquer outra coisa convocar o meu povo justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.*

Off Zileide: *Mas citou todas as outras: reforma agrária pacífica. Criação de novos empregos, e as reformas da previdência, tributária, política e trabalhista. O presidente Lula encerrou o discurso com uma homenagem.*

Sobe som Lula: *Hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Viva o povo brasileiro.*

A primeira frase da reportagem de Zileide Silva faz alusão ao fato de que mesmo chovendo forte, havia uma intensa concentração de pessoas esperando pela comitiva de Lula. A marca do caráter mítico dessa eleição, que estaria na participação popular, como as imagens da escalada já haviam mostrado, deveria estar representada no vídeo-tape sobre o dia da posse. Esse elemento esteve de fato presente durante todo o VT.

Em seguida, Zileide fala que Lula usava pela primeira vez o carro oficial da presidência da república. O momento marcante colocaria o personagem adiante na sequência de rituais pelos quais iria passar já como o herói consolidado. Seguem-se referências que reforçavam o carisma de Lula ante à população que o elegera, e as imagens mostram o público concentrado para saudar o presidente eleito, principalmente a partir das proximidades da Catedral de Brasília, no caminho que leva à Esplanada dos Ministérios e ao Palácio do Planalto.

Devido à chuva, Lula e o vice, José de Alencar, haviam deixado a Granja do Torto, residência oficial da presidência, em um carro fechado. E a reportagem mostrou o momento em que, com a trégua meteorológica, Presidente e Vice acessaram o tradicional Rolls-Royce. A entonação utilizada por Zileide quando se refere troca de carro passa uma ideia de que “finalmente” Lula poderia cumprir com toda a

intensidade seu papel naquele dia, desfilando em carro aberto e recebendo diretamente o carinho da população que o aguardava.



As imagens que ilustram a reportagem, mostram uma festa com a predominância dos símbolos do Partido dos Trabalhadores. Principalmente, as bandeiras, mas também camisetas e bonés vermelhos representavam a vitória ideológica do PT. Em qualquer lugar do mundo essas imagens seriam lidas desta maneira: o Brasil passou a ser um país de governo socialista, mais distante da ideologia do capitalismo de mercado - apesar da garantia do presidente de que os contratos seriam cumpridos e da manutenção da política econômica, presente na *Carta ao Povo Brasileiro*.

As características do carisma de Lula são o elemento principal até este momento da reportagem. Lula passeando em carro aberto em meio à multidão, mandando beijos, acenando com as duas mãos, completamente à vontade, enquanto José de Alencar está um pouco mais “tenso”, segundo a repórter. De fato, há uma grande diferença nos semblantes de um e outro em boa parte das imagens do vídeo-tape. Talvez porque ambos soubessem que, apesar do papel crítico de Alencar na

composição da chapa, que de certa forma garantiu uma maior tranquilidade ao empresariado, a vitória era de Lula.



A narração do caminho que Lula percorreu a partir da Granja do Torto tem sequência, até que é recebido na rampa do Congresso Nacional. Há um corte na edição, necessário talvez em razão do tempo já longo da reportagem. Desta vez, a recepção calorosa passa a ser dos próprios políticos convidados para a posse. O texto e as imagens deixam claro que Lula não era carismático apenas para a população brasileira, mas também exercia o mesmo fascínio em boa parte dos deputados e senadores que estariam ao lado dele nos próximos anos de governo. O caminho de Lula até a mesa diretora do Congresso é mostrado em imagens onde o presidente eleito é intensamente ovacionado, até que ele passa a ler o juramento de posse.

O sobe som que vem a seguir, é um recurso de edição semelhante à sonora (entrevista), porém em determinados momentos mais poderoso, como o que foi escolhido na edição da reportagem. Lula é mostrado falando para os presentes na cerimônia. São líderes de partidos aliados, deputados da oposição, futuros ministros e convidados em geral. A influência sobre esse ato de fala passa a ser também desse grupo de pessoas além as câmeras de televisão. E teoricamente, esse recurso editorial

cumpra a função de mostrar o acontecimento no exato momento em que ocorreu. Assim, a edição do JN escolheu os momentos finais do discurso, em que Lula jurou cumprir as leis da constituição brasileira, promover o bem estar do povo brasileiro, sustentar a união e a independência do Brasil.

Essa fala de Lula pode ter sido escolhida por estar relacionada com a expectativa das mudanças que, mesmo com a garantia de que não seriam radicais, poderiam ocorrer direcionando o país para uma economia mais próxima de um modelo socialista. “Sustentar a união e a independência do Brasil” era ao mesmo tempo um recado aos governos e investidores internacionais de que o país não se curvaria aos interesses externos e de que buscava a unidade da sociedade como forma de garantir o projeto político que se iniciava.



A repórter narra o momento em que Lula foi nomeado Presidente da República e cita o tema do discurso de posse⁵², que mais uma vez, trazia o elemento da mudança. A sequência de imagens mostra uma das características de Lula que é o bom

⁵² Íntegra do discurso está disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>

humor, quando o presidente empossado brinca e provoca risos na plateia que acompanhava a cerimônia ao dizer “vamos quebrar o protocolo, mas nem tanto”.

A “mudança” presente no discurso já havia marcado a imagem de Lula durante a campanha e agora era a promessa do político para o seu governo. O off de Zileide Silva citou as críticas feitas ao governo antecessor no discurso, com referências ao modelo econômico que quase levou o país à estagnação, além dos problemas de insegurança e falta de solidariedade presentes na sociedade brasileira, segundo Lula. Essas críticas cumpriram no discurso do presidente o papel de marcar o “novo início” que ele pretendia dar à história brasileira.

Para Lula, mesmo que ele tenha mudado profundamente sua abordagem sobre a política e aderido às formas que antes criticara uma coisa havia permanecido igual: ele acreditava ser a pessoa que levaria o Brasil a transformar-se na grande potência que se destinava – uma repetição do discurso dos militares – e que tudo o que havia sido feito antes nos governos anteriores ficaria para trás depois dos atos de seu governo. E essa intenção presente do discurso do personagem ficou clara no off da reportagem de Zileide Silva.

Segue outro “sobe-som” da posse, quando o político afirma que “mudança” será a palavra-chave de seu governo. Segundo Lula, essa teria sido a mensagem dada pelos eleitores através das urnas na eleição de 2002. E a edição abre espaço para mais uma frase de efeito, quando o político diz que a “esperança finalmente venceu o medo.”

Chama a atenção a forma como se dá o discurso de Lula. Sereno, pausado, calmo, completamente diferente do vociferante e nervoso candidato das eleições de 1989, 1994 e 1998. Entretanto, a transformação que ocorrera, apesar de marcante, não chegou a descolar da trajetória de Lula. As primeiras aparições do candidato na televisão, principalmente no final dos anos 70, mostravam um homem bastante ponderado⁵³, característica que fora deixada de lado a partir da criação do PT, talvez

⁵³ Podemos observar esse comportamento de Lula especialmente no programa Vox Populi, da TV Cultura, de 1978.

pela necessidade do personagem em apostar na retórica da revolução e nos discursos mais contundentes.

Essa mudança comportamental está implícita no ato de fala subsequente de Lula, quando afirma que o país precisaria de tempo para mudar e que todos deveriam exercer as virtudes da paciência e da perseverança.

Já nos momentos finais da reportagem, uma referência aos discursos históricos de Lula: o combate à fome. De alto valor emocional, a bandeira do combate à fome acompanhou Lula desde os tempos do sindicato e sempre o ajudou a conquistar simpatizantes. Mas ela nunca pareceu ser mera estratégia retórica. Lula viveu de fato a fome durante boa parte da infância, e sua presença no maior cargo do executivo nacional teria um valor emblemático para aqueles que acreditavam que, com ele, essa mazela social seria sanada. A presença dessa parte do discurso de Lula na reportagem do Jornal Nacional foi um resgate aos primeiros anos de trajetória política do personagem. Anos em que ele de fato era reconhecido por toda a mídia como líder que surgia em torno de alguns valores sociais considerados justos por toda a sociedade. Por outro lado, o discurso do JN também dizia que finalmente Lula poderia colocar em prática seus planos para acabar com a fome, realizar a reforma agrária e as reformas trabalhistas, tributárias e da previdência, já que, todos os governos anteriores, segundo ele, haviam falhado.

Então, Lula encerra o discurso e a reportagem com a fala: “hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo”. Essa figura de linguagem, como foi dito anteriormente, tem alto valor retórico. Ela vem depois da fala embargada de Lula sobre a fome e do off final da repórter que citou as mudanças que o presidente pretendia por em prática, funcionando como um elemento final, como o clímax emocional da reportagem.

Observando em amplo espectro a abertura do Jornal Nacional e a reportagem de Zileide Silva, o discurso telejornalístico colocado no ar pela Rede Globo permite algumas conclusões. A primeira delas seria de que, para o Jornal Nacional, Lula deixara de ser um mito da esquerda ou apenas das classes operária e trabalhadora. Com a

maioria da população o escolhendo como presidente ficou claro que o personagem adquirira uma dimensão superior. Ele agora era um mito que representava um país inteiro. E provavelmente também representava a maior parte dos telespectadores do próprio JN.

Além disso, havia uma nova realidade naquele 01 de janeiro. A partir da posse, pelo menos dois dos grandes patrocinadores do horário comercial do Jornal Nacional, Banco do Brasil e Petrobrás, passaram para nas mãos do governo Lula. E para garantir essa receita, o JN não poderia deixar de representar, ao menos fielmente, se não “com bons olhos” o Presidente da República. E a cobertura da posse foi sem dúvida, um bom começo nessa relação.

Lula foi de fato apresentado na reportagem como o mito que ascendeu do sindicalismo para a presidência da república. Mas também ficaram claras as mudanças pelas quais passou o personagem. Esses são os dois recados mais presentes em todos os seis minutos que dura essa primeira parte do JN. O mito e a mudança.

Observando Lula a partir do primeiro objeto analisado, que tratara do surgimento do personagem nas greves do ABC paulista, a reportagem sobre o dia em que o político assumiu a presidência da república funciona como um capítulo sequencial e lógico. Ao representar o casamento místico entre o herói (Lula) e a deusa (Presidência da República) o discurso audiovisual apresenta a segunda etapa da Iniciação (Campbell, 2007), o que nos permite dizer que está, portanto, adequado à proposta do nosso referencial teórico.

Conforme a proposta de Campbell, a partir do *encontro com a deusa*, Lula passaria a enfrentar as verdadeiras aventuras como herói, como “matar os dragões e superar surpreendentes barreiras” (Campbell, 2007, p. 111).

Como vimos, o *encontro com a deusa* não quer dizer que o herói terá, deste ponto em diante, uma jornada tranquila. Pelo contrário, a deusa é a própria aventura para a qual o herói partiu em busca. E toda a preparação, os ensinamentos e as transformações por que passou servirão agora para enfrentar os grandes desafios.

Apenas gênios capazes das maiores percepções, podem suportar a plena revelação do caráter sublime da deusa. Frente a homens de menor expressão, ela reduz seu fulgor e se permite aparecer sob formas compatíveis com os poderes pouco desenvolvidos deles. A contemplação da deusa em sua plenitude pode ser um terrível acidente para todos os espiritualmente despreparados; é o que testemunha a infeliz história do luxurioso jovem Actéon (CAMPBELL, 2007, p. 116).

Campbell utiliza a história da mitologia grega para ilustrar os perigos dessa fase da jornada. Segundo a lenda, durante uma caçada, Actéon separa-se dos companheiros e surpreende a deusa quando esta preparava-se para banhar-se. Furiosa pela ousadia do herói, Diana joga água no rosto de Actéon, que foge assustado. Na fuga, o caçador é transformado num cervo e passa a ser perseguido pelos seus cães e os próprios companheiros. Alcançado, é abatido por eles e a deusa é satisfeita (Bulfinch, 2001).

De acordo com Campbell, o herói que chega nesta fase sem o aprendizado devido não verá a deusa em sua plenitude. Em compensação, aquele que enxerga-la como ela é, que apresentar o “coração gentil” que ela requer para se revelar em todo o seu espectro, “traz em si o potencial do rei, do deus encarnado, do seu mundo criado” (Campbell, 2007, p. 117).

4.1.4 Objeto 3: Reportagem de Zileide Silva sobre a transmissão do cargo e despedida de Lula. Jornal Nacional, 01 de janeiro de 2011. Tempo: 3’17”

Contextualização e Interdiscurso

O casamento místico com a rainha-deusa do mundo representa o domínio total da vida por parte do herói; pois a mulher é vida e o herói, seu conhecedor e mestre. E os testes por que passou o herói, preliminares de sua experiência e façanha últimas, simbolizaram as crises de percepção por meio das quais sua consciência foi amplificada e capacitada a enfrentar a plena posse da mãe-destruidora, de sua noiva inevitável. Com isso ele aprendeu que ele e seu pai são um só: ele está no lugar do pai (CAMPBELL, 2007, p.121).

Os oito anos que se seguiram à eleição de Lula foram marcados por grandes desafios para o personagem e sua trajetória mítica. Da expectativa que havia sido criada sobre uma mudança radical na política e no país, restou em boa parte da população uma espécie de conformismo com o sistema. Como se Lula houvesse mudado primeiro, e depois seus eleitores à galope. Ainda assim, Lula repetiu a dose

em 2008 e foi ainda mais longe que Fernando Henrique Cardoso, elegendo seu sucessor.

O caminho trilhado pelo personagem enquanto presidiu o executivo nacional, marcado por altos e baixos, seguiu o enredo das aventuras heroicas. E o uso da sabedoria adquirida ao longo da jornada seria fundamental durante os anos que teria pela frente. Começando pela nomeação do ministério, Lula constituiu seu governo formando uma base de apoio parlamentar que garantiria a aprovação dos seus projetos. O herói, que tantas vezes articulava a bancada de oposição para travar o andamento de projetos na Câmara, sabia que a primeira necessidade do executivo seria garantir a maioria no congresso.

No campo econômico, a manutenção das bases da política implantada por Fernando Henrique Cardoso era uma questão de não assumir riscos e manter a relativa saúde financeira que o país experimentava depois de décadas de inflação nos anos 70, 80 e 90. Em mais uma mostra de aprendizado, Lula e sua equipe sabiam que o país precisava, não apenas manter-se estável, mas atrair investimentos estrangeiros para poder crescer. E uma das formas que encontrou para tranquilizar o mercado internacional e conquistar os dólares dos investidores do além-mar foi a nomeação do ex-presidente do Bank of Boston, Henrique Meirelles, conhecido no cenário econômico mundial, como presidente do Banco Central do Brasil. O resultado viria rápido: em duas semanas, a cotação do dólar passara de R\$ 3,52 para R\$ 3,30 e o Risco-Brasil, despencara de 1.387 para 1.234 pontos⁵⁴.

Os projetos sociais, que eram a obsessão de Lula, rapidamente foram colocados em prática - lançados, revisitados ou revistos - onde se destacaram o aumento do salário mínimo e programas como o Fome-Zero (2003), Primeiro Emprego (2003), Luz para todos (2003), Bolsa-Família (2004) e Pro-Uni (2004). A melhoria nas condições de vida da população de baixa renda e o aumento do poder aquisitivo impulsionou o consumo e conseqüentemente a indústria. Mais do que isso, passou a significar para a maioria da população carente uma recuperação importante da autoestima.

⁵⁴ Fonte: Revista Veja (15 de janeiro de 2003, p. 75).

O Brasil, apesar de aparentemente ter adotado a política do “mudar não mudando” estava satisfeito. Depois da aprovação do projeto de reforma da Previdência, ao final do primeiro ano de mandato de Lula, o percentual de brasileiros que avaliavam o governo como ótimo ou regular chegava a 42 por cento⁵⁵. Ao final do segundo ano, eram 45 por cento⁵⁶.

A aprovação do governo dava ainda mais força ao mito. Lula, entretanto, não era um fenômeno do momento. A maioria dos eleitores do PT tinha um histórico que pelo menos remontava à 1989, quando 31 milhões de votos foram para as urnas assinalando o número 13 para presidente. A vitória do candidato em 2002 representara também a vitória desses eleitores. E o fanatismo que abrandara por uma questão de sobrevivência no político, não tinha o mesmo caráter vital nos correligionários, militantes e simpatizantes do projeto petista. Em muitos desses cidadãos, o mito e a ideologia que Lula representava continuava firme e cada vez mais forte.

Em meio a esse clima, entretanto, as primeiras denúncias de corrupção no governo PT já começavam a surgir. Foi o que aconteceu ainda em fevereiro de 2004, quando um assessor direto de José Dirceu, então todo-poderoso Chefe da Casa Civil, apareceu em um vídeo pedindo doações para a campanha de 2002 a um bicheiro. Naquele fevereiro, pela primeira vez a articulação do governo Lula mostrava a sua força. A maioria que possuía no Congresso conseguiu barrar uma CPI que a oposição pretendia implantar para investigar os passos do assessor de Dirceu.

Em maio, uma reportagem do jornalista Larry Rother sobre um suposto – e prosaico – hábito do presidente Lula de administrar algumas doses de bebida alcoólica, é publicada no The New York Times. Como resposta, a cúpula do Palácio do Planalto decide expulsar o autor da reportagem do Brasil. Ato considerado exagerado pela imprensa nacional, que saiu em defesa de Rother, uma vez que não se tratava de

⁵⁵ Fonte: Datafolha. Disponível em http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf

⁵⁶ Idem.

nenhuma mentira e que, o próprio Lula por várias vezes havia admitido abertamente que gostava de “tomar uma cachacinha”. Seria possível que ares de autoritarismo começavam a ser respirados em Brasília?

Em março de 2005, a divulgação de documentos da Agência Brasileira de Inteligência revelava que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) teriam anunciado a doação de US\$ 5 milhões para a campanha do PT em 2002⁵⁷. Nesse ano, além da ascensão ao poder de Mahmoud Ahmadinejad num Irã que tornara-se inimigo dos Estados Unidos, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez começava a se tornar uma figura proeminente no cenário internacional ao estabelecer alianças com Fidel Castro e o presidente iraniano. Ambos contavam com a simpatia de Lula e do governo brasileiro.

Mas o Brasil é um país latino americano e, como tal, está incluído no rol dos Estados que foram colonizados, principalmente, pelos povos europeus. Esse histórico inevitavelmente levou boa parte do povo que por aqui viveu durante esses 514 anos a experimentar situações de exploração mercantil, desvalia diante do colonizador, desrespeito e racismo. Essas situações criaram, principalmente nas camadas com menor poder aquisitivo e cultura, um imaginário de exploração que seria aceito por boa parte da sociedade. Esse imaginário nutria afirmações como a de que o país estaria nessa situação por pura injustiça (Brunk & Fallow, 2006). Portanto estivemos, como vimos anteriormente em Girardet (1987), sempre à espera de um *salvador*. Foi assim com Collor. Foi assim com Lula. No momento em que a sociedade passou a reconhecer esse personagem, diferentemente do que ocorrera em 1992, e ao observar a ampla aprovação de sua escolha, a força mítica de Lula tornara-se irresistível.

Com as medidas que o político tomou durante os primeiros momentos do governo, e com a ajuda de uma supersafra que ultrapassou as 120 milhões de toneladas de grãos, o Brasil saltara da décima quinta para a oitava posição entre as maiores economias do planeta. Ao mesmo tempo, o mundo observava uma insidiosa política internacional praticada por George W. Bush e os Estados Unidos que

⁵⁷ Fonte: Revista Veja (16 de março de 2005, p. 44)

ocupavam militarmente o Iraque sob a justificativa da presença de armas químicas - que nunca seriam encontradas. Enquanto o ícone do capitalismo proporcionava, diante dos holofotes de toda a mídia internacional a sua trapalhada, o presidente latino-americano que, apesar de flertar perigosamente com a esquerda mundial, não apenas combatia e vencida a batalha contra a fome e a desigualdade, mas fazia do seu país uma incipiente potência econômica, era aos poucos lançado ao status de celebridade internacional.

Então, em maio de 2005, um vídeo que denunciava o recebimento de propina por parte de um funcionário dos Correios deflagrou o escândalo político que ficou conhecido como “mensalão”. Seus primeiros protagonistas foram o deputado federal fluminense Roberto Jefferson, o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o publicitário goiano Marcos Valério, o deputado federal Valdemar Costa Neto e o então Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. A acusação era de que a cúpula do PT, sob o comando de Dirceu, organizara o pagamento de propinas para deputados com a finalidade de sustentar o apoio parlamentar necessário aos planos do governo de Lula.

Dirceu era tido como o braço direito do presidente, cérebro do governo, principal articulador e dizem, teria o anseio de um dia candidatar-se à presidência da república. Na juventude, Dirceu fora líder estudantil e, depois de envolver-se com os movimentos que faziam oposição ao governo militar, fora preso pela ditadura. Não se sabe exatamente qual era a participação de Dirceu nestes grupos, mas o fato é que ele seria um dos prisioneiros que tiveram a liberdade concedida em troca do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, sequestrado pelo MR-8 e a Aliança Libertadora Nacional, as duas principais organizações clandestinas que desafiavam o governo militar no país. Amigo pessoal de Lula, Dirceu acabou não resistindo às acusações de Roberto Jefferson e renunciaria ao cargo de ministro dez dias depois do surgimento do escândalo⁵⁸. Na cerimônia em que renunciou, Lula não estava presente. Retornando ao

⁵⁸ Vídeo do Jornal Nacional sobre a saída de Dirceu disponível no site: www.memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/mensalao/a-demissao-de-jose-direceu.htm

posto de Deputado Federal José Dirceu teria seu mandato cassado em dezembro, enquanto as investigações ganhavam destaque também no cenário internacional.

Até aquele momento, o mito de Lula havia sido poupado de todas as acusações e eximido de qualquer culpa. A fidelidade com que a figura de Lula foi deixada de fora do escândalo só poderia significar duas coisas: que ele realmente não sabia de nada, ou que a política nacional estava na mais profunda crise ética e moral da história da república. No seus discursos, Roberto Jefferson inocentava o presidente e o defendia, referindo-se ao desgosto com que, uma vez informado, Lula reagira aos atos que estariam sendo praticados em seu governo.

Com o decorrer das investigações, novas testemunhas passaram a confirmar a existência de movimentações financeiras destinadas ao pagamento de deputados e, se antes o PT e o seu Presidente da República estiveram lidando apenas com acusações, agora era chegada a hora de uma resposta. Dois meses depois do surgimento do escândalo, Lula abriu espaço em sua agenda de viagem e recebeu, em Paris, uma repórter *free lancer* que misteriosamente teve acesso ao presidente e conseguiu produzir com ele uma entrevista exclusiva que seria comprada pela Rede Globo e divulgada no Fantástico.

Na entrevista⁵⁹ de 11 minutos de duração, Lula admitiu a crise política e disse que o partido deveria explicar à sociedade os seus erros se estes tivessem de fato acontecido. Mas o personagem manteve o discurso de desconhecer o que dizia-se acontecer em seu governo. Em determinado momento, Lula realiza uma hábil manobra e cria um distanciamento entre o Partido dos Trabalhadores e a sua figura, ao dizer que o PT tinha autonomia em relação ao governo e o governo tinha “ainda mais” autonomia em relação ao PT. Blindando assim a simbologia que existia em torno do seu nome daquilo que mais tarde seria provado estar acontecendo na sua administração.

⁵⁹ Vídeo da entrevista disponível em www.memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/mensalao/entrevista-de-lula-exibida-com-exclusividade-no-fantastico.htm

Por outro lado, como esta análise não pretende ser um documento jornalístico e, portanto, tem na interpretação dos acontecimentos um lugar privilegiado, entendemos e nos permitimos dizer que dificilmente Lula não sabia o que estava acontecendo em seu governo. Ele naturalmente não poderia admitir isso diante dos seus eleitores. Mas a própria transformação que experimentara, a composição de seu ministério e a base do seu governo que incorporou antigos inimigos como José Sarney, sugerem que Lula tinha plena consciência da maneira com que a maioria favorável era mantida no congresso nacional.

Essa era a forma que garantiria a manutenção do projeto petista de manter-se no poder. Por trás de toda a retórica lulista, de fato, era possível perceber claramente os movimentos direcionados ao velho objetivo da esquerda. Atingido o alvo da presidência, um grande passo que parecia impossível de ser alcançado, o êxtase da cúpula petista fora inevitável. Ao aceitar que os desvios de conduta se justificariam em nome de um objetivo maior, Lula deixava de lado os antigos princípios, que por tanto tempo ferozmente defendera, para fazer parte do jogo de interesses que caracteriza a política nacional há tanto tempo. Esse poder que embriagou Lula representa *A mulher como tentação*, terceiro momento da Iniciação na trajetória do herói conforme nos propôs Joseph Campbell (2007:121).

Quem são e onde se encontram os ogros? São reflexos dos enigmas não resolvidos da sua própria humanidade. O que são seus ideais? São os sintomas do modo como ele percebe a vida... E sempre, passados os primeiros percalços da jornada, a aventura se desenvolve, seguindo uma trilha de trevas, horror, desgosto e temores fantasmagóricos (CAMPBELL, 2007, p. 121).

Esse momento da trajetória reside na dificuldade do herói em compreender que raramente as suas concepções a respeito da vida correspondem àquilo que a vida de fato é. Ao negar inicialmente os fatos e mais tarde a sua condescendência ao *modus operandi* colocado em prática por José Dirceu, Lula se recusava a admitir a existência dentro do que Campbell chama de “impulsionadora, autoprotetora, malcheirosa, carnívora e voluptuosa febre que constitui a própria natureza da célula orgânica”, ou seja, que faz parte da natureza de todo o indivíduo. Ao invés disso, a atitude natural em relação aos atos consiste normalmente em “perfumar, lavar e

reinterpretar, imaginando que as moscas e todos os cabelos que estão na sopa são erros de alguma desagradável outra pessoa” (idem).

Onde essa repugnância... se mantém a acossar a alma, ali o mundo, o corpo e, acima de tudo, a mulher tornam-se símbolos, não mais de vitória, mas de derrota. Nesse momento, um sistema ético monástico-puritano, que nega o mundo, transfigura todas as imagens do mito. O herói não pode mais permanecer inocente diante da deusa da carne; pois ela se tornou a rainha do pecado (CAMPBELL, 2007, p. 123).

A próxima etapa da jornada do herói é chamada por Campbell como a *sintonia com o pai*. É nesse momento que o personagem mítico encara o lado mais sombrio dos seus atos e reconhece neles a imperfeição do ser e o pai, que de acordo com Campbell, tem essa representação porque é a antítese da imagem protetora materna. A terror diante da figura paterna reflete o próprio ego e a ausência do pecado, que impede a alma potencialmente adulta de alcançar uma visão mais equilibrada e realista do mundo (2007:128).

O escândalo do mensalão seria, dali para a frente, um fardo que o governo Lula passaria a carregar. Da mesma forma, se apresentou para o herói como a grande aventura da jornada e o momento em que Lula encara a imagem do próprio pai. O gesto do homem que foi capaz de abandonar cruelmente a família árido sertão de Pernambuco estava repetido no uso da máquina pública e no jogo de interesses para manipular a governabilidade exercido por Lula e seus correligionários. O pai falhara com a família. Lula falhara com o povo.

Em agosto, Lula faz um pronunciamento em rede nacional em que cita as conquistas econômicas e reconhece a crise política. O herói pede desculpas à população pelos atos que o PT protagonizou em nome do seu governo, afirmando sentir-se traído e estar “tão ou mais indignado que qualquer brasileiro” com os atos de que tomara conhecimento⁶⁰.

O problema do herói que vai ao encontro do pai consiste em abrir sua alma além do terror, num grau que o torne pronto a compreender de que forma as repugnantes e insanas tragédias desse vasto e implacável cosmo são completamente validadas na

⁶⁰ Vídeo da edição que foi ao ar no Jornal Nacional em 12/08/05 disponível em www.memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/mensalao/lula-pde-desculpas-em-rede-nacional.htm

majestade do Ser... Ele contempla a face do pai e compreende. E assim os dois entram em sintonia. (CAMPBELL, 2007, p. 142).

O abalo que o escândalo causara na estrutura do imaginário do Partido dos Trabalhadores ainda não poderia ser medido. Mas no final de 2005, ano em que surgiram as denúncias, o instituto Datafolha divulgou sua pesquisa sobre a avaliação dos governos⁶¹ e o percentual de entrevistados que consideravam a gestão Lula como ótima ou boa caíra de 45 por cento, obtidos em 2004, para 28 por cento em 2005. Da mesma forma, aqueles que consideravam o governo ruim ou péssimo passaram de 13 por cento em 2004 para 29 por cento em 2005. E 2006 era ano de eleição.

Lula ganhou a eleição de 2002 porque conseguiu provar ao eleitor que era diferente de todos os outros políticos brasileiros. Quatro anos depois, voltaria a ganhar, porque os convenceu de que em nada os adversários diferiam dele. (PINTO, 2011, p.245).

A crise política colocou em alerta o projeto da reeleição de Lula e da permanência petista no poder. Na virada do ano, o cerco das investigações sobre o mensalão fechou sobre Duda Mendonça. Em fevereiro, depois de confessar ter recebido dinheiro do caixa-dois em uma conta nas Bahamas, e de novas denúncias sobre a existência de contas milionárias no exterior, o publicitário anuncia que não pretenderia mais envolver-se em campanhas políticas. À conta-gotas, novos capítulos do escândalo do mensalão iam sendo escritos com os avanços das investigações. O publicitário goiano Marcos Valério, sentindo-se abandonado pelo PT, sugeria saber mais do que vinha falando nos depoimentos.

Enquanto isso, a opinião pública recuperava aos poucos a confiança em Lula. Em março de 2006 o índice de aprovação do governo medido pelo instituto Datafolha apontava para uma resgate da popularidade do presidente⁶² e 38 por cento dos entrevistados consideravam seu governo bom ou ótimo. Mas se o fundo do poço de Lula já havia passado, o da moral do ordenamento político ainda estava por vir. Apesar do crescente volume de denúncias e indícios sobre a existência do mensalão, até

⁶¹ Fonte: Datafolha. Disponível em www.media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres-20122010.pdf

⁶² Fonte: Datafolha. Disponível em http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf

março de 2006 apenas três dos deputados envolvidos no esquema haviam sido cassados pela câmara: Roberto Jefferson, José Dirceu e Pedro Corrêa.

No dia 22, a sessão que julgaria os deputados João Magno, do PT, e Wandervall Santos, do PL, encerrou com a absolvição dos dois acusados e a inusitada comemoração do resultado protagonizada pela deputada petista Angela Guadanin, que ficou conhecida como a “dança da pizza”⁶³. A atitude da deputada marcaria o momento que entraria para a história como um dos mais baixos da política brasileira.

A denúncia formal do procurador-geral da República, oferecida em 30 de março ao Supremo Tribunal Federal, sobre quem seriam os envolvidos no esquema do mensalão, definiu os nomes daqueles que carregariam a culpa ou não pelo escândalo. Deixado de fora, Lula passaria finalmente a ter o argumento de que a investigação fora realizada e os envolvidos estavam implicados no processo.

Lula e seus militantes trataram de realizar uma campanha que ficaria marcada pela retórica do “puna-se, doa a quem doer” enquanto a oposição, minoria no congresso e entre os eleitores, mostrou sua incapacidade de organizar-se mesmo quando o terreno se apresentava tão propício. O candidato que fez frente à Lula, Geraldo Alckmin, realizou a façanha de, ao invés de aumentar sua votação no segundo turno, perder incríveis dois milhões e meio de votos⁶⁴ ao ser derrotado pelo candidato petista por uma margem de 21 por cento. A vitória fácil, a superação desse desafio pouco mais de um ano depois do surgimento do maior escândalo do seu governo, representa perfeitamente bem a *Apoteose*, penúltima fase da Iniciação do herói proposta por Campbell (2007:144).

A reeleição de Lula, que por muito pouco não ocorreu no primeiro turno, e que lhe deu mais de 60 por cento dos votos no segundo, era claramente um sinal de que o herói havia sido perdoado. O mito e seu partido tinham pela frente, a partir da eleição

⁶³ A reportagem do JN sobre a absolvição dos deputados está disponível em:

<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/mensalao/a-danca-da-pizza.htm>

⁶⁴ Fonte: TSE. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>

de 2006, o desafio da continuidade em 2010 e seu governo passaria a priorizar a conquista desse objetivo.

O foco de atuação do governo sempre esteve direcionado para a manutenção do plano econômico – até hoje, nenhum ministro de Lula ou Dilma fez qualquer modificação no projeto de Fernando Henrique Cardoso – e na base da pirâmide social. A fórmula é simples: agindo dessa forma, Lula e o PT garantiram, por um lado, o apoio dos empresários financiadores de campanha e, por outro, da maioria do eleitorado nacional. A boa-vontade com que a população lhe concedera o sufrágio na eleição em que derrotou Alckmin, em certa medida, vem dos benefícios adquiridos com programas sociais como o bolsa-família.

O segundo mandato de Lula foi marcado pelos desdobramentos do escândalo do mensalão e por atuações controversas no cenário internacional. Estreitando relações com uma oposição feroz e declarada aos Estados Unidos formada principalmente pelo vizinho venezuelano Hugo Chávez, que montava um arsenal militar baseado na tecnologia russa, e pelo líder do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que nutria um suspeito projeto de purificação de urânio, que significaria o possível retorno da ameaça nuclear, Lula defendeu a “autodeterminação dos povos” nas nações unidas enquanto, ao mesmo tempo, assentiu com a permanência de um condenado por terrorismo e assassinato na Itália, Cezare Battisti, como exilado político no Brasil.

Fortaleceu-se na América Latina uma esquerda que cultuava Fidel Castro, o eterno presidente Cubano que tornara da ilha caribenha um símbolo da resistência ao capitalismo, excelência no esporte e em determinadas áreas da educação e medicina, mas também um país sinônimo de extremas pobreza e falta de liberdade de expressão. Se Venezuela, Bolívia e Brasil eram democracias com um forte viés socialista, a Argentina de Cristina Kirchner, ainda não sabia para onde ir. Juntos, entretanto, os quatro países formavam um grupo de grande influência geoeconômica liderado por mitos sustentados pelo fanatismo dos seus seguidores.

Economicamente, o peso do Brasil, como novo integrante do G8 mundial, estava baseado no crescimento do consumo. A balança comercial, mesmo com as supersafras da agricultura, mantinha a tendência de acumular déficits. Por outro lado, os índices de habitantes na linha da pobreza despencavam. Os programas de educação incentivavam a permanência do aluno na escola, garantiam bolsa para os mais carentes e vagas nas universidades para as minorias e os egressos de escolas públicas. Por outro lado, a qualidade do ensino ainda era considerada uma das piores possíveis.

A avaliação realizada no final do ano de 2006 pelo Instituto Datafolha apontava que 53 por cento dos entrevistados consideravam o governo Lula ótimo ou bom⁶⁵. Esse índice nunca mais retrocederia para aquém dos 50 pontos percentuais. Em novembro de 2007, bateu nos 50 por cento. Em 2008, 70 por cento; em 2009, 72 por cento.

Com os resultados apresentados pelo seu governo, Lula já havia sido chamado de “o cara” pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama e se consolidava como personalidade do cenário político internacional. Em abril de 2010, a revista Time, norte-americana, divulgou uma lista com as cem personalidades mais influentes do mundo e Lula figurava entre elas. Em outubro, mês da eleição presidencial que definiria seu sucessor, a avaliação do governo como bom ou ótimo superava os 80 por cento e Lula elegeu sua candidata, Dilma Rousseff. Consagrado, era chegada a hora do herói iniciar a última fase de sua jornada: O Retorno.

Terminada a busca do herói, por meio da penetração da fonte, ou por intermédio da graça de alguma personificação masculina ou feminina, humana ou animal, o aventureiro deve ainda retornar com seu troféu transmutador da vida. O círculo completo, a norma do monomito, requer que o herói inicie agora o trabalho de trazer os símbolos da sabedoria, o Velocino de Ouro, ou a princesa adormecida, de volta ao reino humano, onde a bênção alcançada pode servir à renovação da comunidade, da nação, do planeta ou dos dez mil mundos (CAMPBELL, 2007, p. 195).

E no dia 01 de janeiro de 2011, o Jornal Nacional mais uma vez era apresentado ao vivo de Brasília por ocasião da transmissão do cargo de Presidente da República de Lula para Dilma Rousseff. Willian Bonner chamou assim, a reportagem de 3’08” de Zileide Silva:

⁶⁵ Fonte: Datafolha. (Anexo 2).

Bonner: *O momento da transmissão do cargo hoje teve as características do ex-presidente Lula. Ele se emocionou, quebrou o protocolo e correu para junto do povo.*



Ao dizer que a transmissão do cargo teve “as características do ex-presidente Lula”, o discurso de Bonner indica que o protagonista da festa não foi a presidente eleita. Esse também seria o viés da reportagem de Zileide.

Zileide: *O tempo nublado, com chuva muitas vezes não ajudou nada. Mas alguns turistas arriscaram. Queriam tentar ver o ainda presidente Lula.*

Zileide afirma que, enquanto deixava o Palácio da Alvorada, Lula ainda era o presidente. E as imagens que cobrem o off da repórter mostram um número pequeno de turistas, possivelmente por causa do tempo instável, aguardando a saída de Lula.

Sonora: *Só em vê-lo passar pertinho já é emocionante.*

A entrevista do turista que esperava em frente à residência oficial não chega a acrescentar valor retórico à reportagem, mas confirma a existência de um imaginário onde Lula pertence a uma dimensão especial diante do homem comum. Para o eleitor, Lula é um mito e mesmo deixando a presidência, continuará sendo.

Zileide: *Mas quando Lula saiu do Palácio da Alvorada, sua residência oficial nos últimos oito anos, ele não era mais presidente. Dilma Rousseff já tinha sido empossada no Congresso Nacional. Para os poucos turistas que aguardavam, um aceno rápido, de*

quem estava preocupado com o horário. Lula e comitiva seguiram para o palácio do planalto. Lá, de uma janela saudou a multidão. Mas para o ritual da posse ficar completo, ainda faltava a transmissão do cargo. Passar a faixa. Para recepcionar a agora quase presidente, uma corridinha e um tchau para o povo. Lula recebeu Dilma e o vice, Michel Temer, do alto da rampa. Cumprimentos e a pose da vitória. E no caminho para o parlatório, a despedida, da faixa. Ele olha um detalhe e depois se emociona ao entregá-la para Dilma. E ao deixar o planalto pela última vez em oito anos, suor e emoção. E aí, a presidente quebra o protocolo. Desce a rampa com Lula, de braços dados com ele e a esposa Marisa. Acenos, cumprimentos, beijos, abraços. A multidão que acompanha tudo não acredita no que vê e quer gravar tudo, não quer perder nada.

A repórter passa a narrar o deslocamento de Lula até o Palácio da Alvorada. Sem nenhum cunho jornalístico ou noticioso, estes últimos passos do ex-presidente poderiam servir apenas para sugerir um caráter “onipresente” da equipe de reportagem durante a despedida. Entretanto, quando as imagens e o texto reproduzem a saída dos portões do Palácio, o aceno de Lula e a fala para os turistas e a imprensa, mesmo com o carro em velocidade, a reportagem mostra que o personagem satisfaz a expectativa daqueles que estavam ali esperando. Lula sempre soubera trabalhar a condição de mito, reforça-la ou confirma-la quando surgira a oportunidade. Se naquele momento passasse com o vidro fechado, frustraria turistas e a imprensa, que mesmo enfrentando o mau tempo, estavam ali para vê-lo.



O ato de nutrir a idolatria à sua imagem é mais uma vez mostrado quando Lula, já no Palácio do Planalto, vai até uma parede envidraçada saudar a multidão que estaria ali para a cerimônia da posse de Dilma, mas principalmente, para a despedida de Lula.

A próxima imagem narrada pela repórter é a de Lula dando uma pequena corridinha, sorrindo com a faixa de presidente, ao se dirigir para a cerimônia. Lula volta a caminhar e acena, sempre sorrindo, mostrando tratar-se de uma brincadeira. A imagem da corrida lembra o momento quando os jogadores de futebol que estão no banco de reservas são chamados para uma substituição. Talvez a intenção de Lula com o gesto tenha sido exatamente esta, a de emular um jogador que substitui outro. Como Dilma é que estava substituindo a Lula, a brincadeira poderia fazer referência à cerimônia, onde Lula estava chegando para dar brilho à festa e substituir uma Dilma ofuscada pela estrela do ex-presidente.



Passa a ficar evidente que a estrela da festa foi Lula. A repórter segue narrando os passos do político, que recebe a Dilma e o vice, Michel Temer, na rampa do Palácio. Depois, quando posam para uma foto, Lula está entre os dois, de braços dados e erguidos, comemorando a vitória. A posição central, como vimos em Campbell (2007)

e em outros autores, é a representação geográfica sagrada da origem. No centro está o princípio de tudo, a organização do cosmo, o umbigo do mundo, e é para lá que todos se voltam ao lembrar que um poder além da compreensão do homem comum foi responsável pela criação. Na vitória Lula é o centro. Ele aceita e promove deliberadamente esse entendimento, recusando mais uma vez entrar na fase do Retorno.



A entrega da faixa presidencial, simplesmente narrada pela repórter, sem o uso de recursos estilísticos no texto, apresenta, através das imagens, uma carga retórica intensa. Lula dá uma última olhada para a faixa, que agora representa a *deusa* do encontro, a presidência da república. Este momento pessoal, ele faz questão de tornar público, como se estivesse relembrando do tempo que passou com a *deusa*. A representação estabelece um vínculo de cumplicidade entre deusa e herói, onde entende-se que o encontro, para os dois, ainda não terminou. O herói olha para a deusa para confirmar que a história deles ainda segue.



A próxima imagem da despedida é a do ex-presidente visivelmente emocionado conversando com Dilma pouco antes de descer a rampa do Palácio. O choro é emblemático de uma ato realizado contra a vontade.



Lula, parece demonstrar que não queria deixar a presidência. É consolado pela presidente eleita e pela esposa, Marisa, que tratam do herói como se este fosse um menino. A emoção do personagem tão grande, que Dilma, em um ato maternal, o pega pelo braço e o conduz durante a descida da rampa do Palácio. Tarefa que Lula relutava em fazer. Mais uma vez está presente a simbologia da recusa do retorno.



O ato de Dilma poderia representar a etapa chamada por Campbell de *O resgate com auxílio externo* (2007:206), onde, por meio da assistência externa o mundo vai ao encontro do herói para recuperá-lo. Este momento é possível porque há uma compreensão de que o indivíduo que deixa o mundo dos comuns para viver a aventura desejaria permanecer nesta condição, e então necessita de um auxílio para descer ao mundo dos comuns.

...se aquele que foi chamado apenas estiver sendo retardado – aprisionado pela beatitude do estado de existência perfeita (que se assemelha à morte) -, é efetuado um evidente resgate, e o aventureiro retorna (CAMPBELL, 2007, p. 206).

Essa representação através das imagens, entretanto, não quer dizer que O retorno de fato tenha acontecido.

Seja resgatado com ajuda externa, orientado por forças internas ou carinhosamente conduzido pelas divindades orientadoras, o herói tem de penetrar outra vez, trazendo

a bênção obtida, na atmosfera há muito esquecida na qual os homens, que não passam de frações, imaginam ser completos. Ele tem de enfrentar a sociedade com seu elixir, que ameaça o ego e redime a vida, e receber o choque do retorno, que vai de queixar razoáveis e duros ressentimentos à atitude de pessoas boas que dificilmente o compreendem (CAMPBELL, 2007, p. 213).

Lula vai ao encontro do povo, como o artilheiro vai para a torcida ao marcar o gol. Chora e é abraçado. A reportagem mais uma vez mostra a identificação de Lula com seu povo, o caráter mítico que ele representa e, apesar dos atos de corrupção ocorridos durante seu governo, não perdera.

Sobe som multidão: *“Lula guerreiro do povo brasileiro”.*

A multidão grita palavras de ordem. Lula é o mito guerreiro. O salvador. É recebido apoteoticamente pelos braços do povo.

Zileide: *E aí é Lula que quebra todo o protocolo. Atravessa a rua, passa pelo alambrado e vai para o meio deles.*



O meio “deles”. Não é mais o povo. São os seguidores de Lula. A festa é do ex-presidente. “Eles” estavam lá para vê-lo. Mais do que isso, o discurso pode sugerir que “eles” são aqueles que perdoaram o herói pelos atos do seu governo. São aqueles que, de certa forma, igualam-se a Lula. Diferentemente da repórter que está, desde o começo do vídeo, narrando os passos do ex-presidente.

Sonora povo: *“Conseguí pegar na mão dele e realizar o sonho da minha vida”.*

A senhora representa o povo.

Zileide: *Lula também não aguenta, chora.*

As imagens do herói sendo recebido pelo povo e o texto da reportagem seguem mostrando a intensidade do mito que Lula representa.

Sonora povo: *“Ele começou a chorar, ninguém aguentou, começou todo o mundo a chorar”.*

Essa fala de um dos participantes que prestigiavam a despedida de Lula não seria necessária para mostrar a força do mito. Na verdade, ela funciona como um reforço através do elemento da comunhão emocional. Da sintonia do mito com o povo que chega perto do seu ídolo. Lula chora por ser ídolo. O povo chora porque o choro e o sofrimento representa um ato de fé.

Zilde: *É agarrado. Agarra. Beija. É beijado. É uma despedida. Essa senhora desmaia. Quando ele consegue entrar no carro, mais uma saudação. Depois, aeroporto, base aérea.*

A representação da despedida teve seu clímax. As imagens e o texto da repórter dão a deixa para o final do vídeo.

Passagem Zileide: *Depois de oito anos, voltar para São Paulo, para São Bernardo do Campo. Iniciar a vida de um ex-presidente.*

Do aeroporto, Zileide Silva acompanha a chegada de Lula para o embarque rumo a São Bernardo do Campo. O momento final quer marcaria o início, conforme o texto da repórter, da nova vida. A concretização do retorno.

Zileide: *Mas antes uma última despedida. De “ex-amigos” (sic), ministros, militantes, ex-funcionários. Do ex-presidente José Sarney, que foi com ele para São Paulo. E com os ex-seguranças, uma foto especial, de uma equipe. E então, como ex-presidente, Lula embarca no Aerolula, o avião oficial da presidência da república. E antes de voar, a pose no comando do avião.*

Chama a atenção do termo “ex-amigos”. Talvez um erro ocasionado por uma narração gravada às pressas. Não há nexos entre o texto e o ato de chamar os que se despediam de Lula no aeroporto como “ex-amigos”. O séquito daqueles que acompanharam Lula durante a jornada é formado por pessoas próximas, ministros, militantes, mas quem ganha destaque é o ex-presidente José Sarney.



Este sim, *ex-inimigo* que virou amigo. A referência à Sarney, além de manter o padrão de narração que o VT de Zileide apresentou desde o começo, marca, principalmente por estar nos momentos finais, o posicionamento da reportagem e do JN, que mesmo sem criticar objetivamente, via com objeção alguns atos políticos representados pelas alianças contraditórias que Lula fez durante o seu governo.



Ao final, Lula e Marisa aparecem ocupando as posições de Comandante e copiloto do avião da presidência da república. Mais uma irreverência de Lula, mas que representa sua afeição ao poder. A crítica pode se estender ao fato de que aquilo que Lula tanto criticou durante os anos que buscou a liderança do país, agora ele carregava em sua bagagem de volta. Ocupava o avião da presidência, sem ser presidente, em uma viagem acompanhado do antes ferozmente combatido e criticado, também ex-presidente José Sarney.

É o final do VT. A sequência do Jornal Nacional é de Fátima Bernardes, que chama a participação ao vivo direto de São Bernardo do Campo do repórter Alan Severiano. Ele entra com a imagem ao fundo do local onde Lula estaria sendo esperado para receber as chaves da cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa mente busca de maneira constante a constituição dos sentidos presentes nas mensagens que decodifica. Por vezes, deixa-se até levar pela reunião dos elementos textuais, sonoros e imagéticos em busca de revelações ou verdades escondidas por trás de articulações de fragmentos de discursos que ela mesma seleciona. Essa organização, que tem por objetivo atingir um sentido e uma compreensão, ou descobrir o que está escondido por trás das mensagens, é um hobby da mente.

A importância das narrativas jornalísticas para a construção dos sentidos é fundamental, uma vez que é nas notícias onde costumamos buscar a base para a compreensão do mundo ao nosso redor. Compreendido o mundo, podemos fazer parte dele. Assim, nos afastamos de determinados assuntos que se mostram demasiado complexos, e nos aproximamos daqueles que nossa mente organiza de maneira suficiente para que nos façam sentido.

A organização do ato narrativo, por outro lado, nos leva a pensar que conceitos como o do “Monomito” de Joseph Campbell (2007), referendado por autores como Elíade, Durand, Levi-Strauss e Girardet, representam a lógica estrutural do ato

enunciativo, o padrão repetido nas histórias que formaram as bases culturais de quase todos os povos desde a antiguidade. Da mesma forma, poderíamos dizer que a organização dos estímulos recebidos como mensagens obedeceria também a um sistema. Ao reunir informações, nossa mente estaria recorrendo à estruturação das narrativas, e organizando esses dados de acordo com o encadeamento necessário para que o sentido venha à tona.

Em outras palavras, o sentido da narrativa estaria presente na própria mente. Por isso as histórias sobre mitos nos são tão caras. Elas confirmam verdades e crenças presentes nas camadas mais inferiores da nossa consciência. Por isso, essas narrativas têm tanta força e constantemente arregimentam legiões em torno de personagens do esporte, das artes e da política.

Quando buscamos compreender de que forma a ideologia do noticiário de maior audiência na televisão brasileira, o Jornal Nacional da Rede Globo, exercia sua influência sobre a construção do imaginário a respeito da figura de Luís Inácio Lula da Silva, nos interessamos em relacionar os elementos estruturais de uma narrativa mitológica, como a proposta de Joseph Campbell, com a cobertura feita pelo telejornal.

De acordo com Joseph Campbell (2007), a primeira fase da Aventura do herói denominada A Partida, tem início com o estágio “o chamado da aventura”. O chamado da aventura pode ser um rito, um momento de passagem espiritual, e é a entrada da figura do herói em um novo momento carregado de imagens arquetípicas que simbolizam o perigo, as incertezas e as provações da jornada que se inicia.

Em entrevista ao programa Vox Populi da TV Cultura, que foi ao ar em 1978, depois da primeira greve dos trabalhadores da indústria automobilística no ABC paulista, perguntado sobre a liderança que exercia e a possibilidade de iniciar uma carreira política, Lula havia sido enfático afirmar que nem ele, nem o sindicato tinham interesse em envolverem-se na política, e que depois do seu período como presidente em São Bernardo, ele gostaria de continuar trabalhando pelos metalúrgicos da região. Esse momento significou por um curto período o estágio que aparece com frequência nos mitos e contos populares que é a recusa ao chamado. (Campbell, 2007). Se por aí

seguisse Lula, de acordo com Campbell, a negação lhe causaria a convivência com uma série de revezes e decepções. Mas não foi esse o caso.

Durante o Chamado da aventura, de acordo com Campbell, o destino convoca o herói e lhe transfere o “centro de gravidade do seio da sociedade para uma região desconhecida”. Campbell quer dizer que passa a vigorar no herói a compreensão sobre o papel que ele está destinado a desenvolver e que isso implica uma re colocação no modo como ele se vê no mundo. No caso de Lula, a popularidade que ele alcança com a imprensa e, a partir de março de 1979, com o Jornal Nacional, pode ter significado essa acomodação dos sentidos que atuavam dentro do próprio personagem. Assim, Lula teria ouvido e atendido ao seu chamado.

Outro elemento que pode ser relacionado com a Passagem e o chamado da aventura é a presença da figura de um arauto. Esse elemento anunciaria o chamado “para algum grande empreendimento histórico”, assim como marcaria “a alvorada da iluminação religiosa” (Campbell, 2007, p. 60).

O arauto ou agente que anuncia a aventura, por conseguinte, costuma ser sombrio, repugnante ou aterrorizador, considerado maléfico pelo mundo; e, no entanto, se prosseguirmos, o caminho através dos muros do dia, que levam à noite em que brilham as joias, nos será aberto (CAMPBELL, 2007, p.62).

No caso de Lula, a visibilidade proporcionada pela televisão, especialmente a Rede Globo com sua tradicional carga de oficialidade e de versões pró-governo e pró-empresariado, pode ter representado esse papel de arauto. Ou seja, na medida em que Lula viu-se no Jornal Nacional como um líder, da maneira que esta primeira reportagem em rede nacional o representou, teria se tornado impossível resistir ao chamado da aventura.

O primeiro VT que foi ao ar para todo o Brasil sobre as greves do ABC Paulista no Jornal Nacional apresentou Lula como uma figura de destaque positivo para o cenário sócio-político do país. Lula foi lançado como um verdadeiro herói em ascensão. Se a Globo corria atrás do tempo perdido – afinal todos os grandes veículos já haviam apresentado Lula - não parece ter havido, ao menos aparentemente, qualquer tentativa de mostrar outra representação da figura que não fosse aquela que liderava de fato com maestria a classe trabalhadora.

Quatro dias depois, dia 24 de março de 1979 , uma nova reportagem do JN sobre as greves do ABC apresentaria o elemento do auxílio sobrenatural (Campbell, 2007, p. 74) na jornada do herói Lula. Se no primeiro VT o elemento religioso já havia ficado claro com o “sobe som” de onze segundos de um pai-nosso, nesta reportagem a edição do JN vai ainda mais longe e mostra, aos 20 segundos, um depoimento de Lula que começa com uma imagem abrindo a partir de um grande crucifixo, até enquadrar o personagem no que parece ser o altar de uma igreja, cercado de companheiros, falando sobre a intervenção que sofrera no sindicato de que era presidente.

O início da jornada de Lula foi representada pelas reportagens através do uso claro dos elementos presentes na proposta de Campbell. A que servia Lula para a Rede Globo naquele momento é uma outra face da história. Se a censura era no mínimo constrangedora para toda a atividade de imprensa, a economia brasileira ia de mal à pior e o poder de consumo da população limitava os ganhos dos anunciantes. Se os intelectuais, artistas e políticos, cada um à sua maneira, já haviam desafiado a ordem imposta pelo regime militar, destes, os considerados “perigosos” pela ditadura estavam no exílio ou lutavam clandestinamente em grupos como o MR-8 e a Aliança Libertadora Nacional.

Naquele momento, o apelo de um retirante nordestino que se tornava liderança política no seio do proletariado paulistano era irrecusável como material jornalístico. Além do mais, havia um crescente clamor pela abertura política e internamente os próprios Generais do regime articulavam o retorno de da sociedade civil para o controle do país.

A passagem pelo primeiro limiar (Campbell, 2007, p. 82) se dá quando Lula decide atender ao chamado da aventura. Encara as trevas, o desconhecido e o perigo que representava a participação na vida política, que ele negara. Lula “passaria para o lado de lá”, deixaria de ser um sindicalista para se transformar num político como aqueles que ele mesmo criticara.

O carismático líder do operariado paulistano, que conquistara o país através de um discurso equilibrado e conciliador, mudaria sua forma de atuação e passaria a atacar ferozmente as economias de mercado a partir da fundação do Partido dos

Trabalhadores. Uma estratégia adotada diante da necessidade política de se apostar no argumento que rendia a Lula sua mais forte convicção e que indicava que o socialismo era o modelo político-econômico adequado ao Brasil. A aposta tinha o objetivo de trazer para junto do partido – e da figura de Lula – novos militantes, simpatizantes e correligionários.

Como último elemento estrutural da Partida, na proposta de jornada do herói de Joseph Campbell está a fase do Ventre da Baleia. “O herói, em lugar de conquistar ou aplacar a força do limiar, é jogado no desconhecido, dando a impressão de que morreu” (Campbell, 2007, p.91). O sentido psicológico dessa fase está no renascimento. O personagem desaparece do convívio com a sociedade em que vive pois adentrou na dimensão heroica das aventuras. A prisão de Lula em 1980 representa essa fase final da Partida, que também seria retratada em reportagem do Jornal Nacional.

A figura de Lula e a evidência que recebeu da mídia foi central para a criação do Partido dos Trabalhadores. O poder sobre a massa encantava a sociedade de norte a sul do país. Este poder que realimentava a força da sua presença no cenário político incipiente, havia sido representado pelas reportagens do JN através do uso massivo de elementos retóricos, em textos e imagens, que faziam de Lula nada menos que o mito que se tornou. Ironicamente, em grande parte, os arautos (Campbell, 2007, p.62), os responsáveis pela dimensão que a figura de Lula alcançou no início dos anos 80, foram dois dos seus maiores inimigos atuais: Revista Veja e TV Globo.

A queda de braço ideológica, que passou a ocupar um lugar cativo nos discursos de Lula ao referir-se aos maiores grupos de comunicação do Brasil, aparentemente teve início como uma estratégia política. A partir da fundação do PT, esse elemento representaria um desafio recorrente na trajetória do personagem. Lula havia partido em direção à sua jornada mitológica. Durante os próximos 30 anos, aprenderia a utilizar sua imagem da melhor maneira para chegar ao poder, modificaria seu discurso, estabeleceria alianças com antigos inimigos políticos, mas nunca deixaria de combater ideologicamente a mídia transformada em oposição. Lula tentou fazer dos grandes grupos de comunicação seus maiores dragões a serem combatidos. Mas

os desígnios dos caminhos da aventura, entretanto, jamais são ditados pelo herói. São obra do destino.

Durante mais de 20 anos Lula manteve-se fiel ao seu discurso e buscou o poder na forma da presidência da república como objetivo final de sua jornada. Nas eleições de 1989, 1994 e 1998 a polarização política percebida no eleitorado brasileiro já demonstrava que, ao contrário do adágio, a esquerda era a parte organizada e se entendia muito bem. O candidato petista alcançara um crescimento que partira de 11 milhões de votos obtidos no primeiro turno de 1989 para 17 milhões em 1994 e 21 milhões em 1998.

Mas esses pareciam ser os números definitivos daqueles que apoiavam o candidato petista. Com eles, de fato, nunca houvera fôlego sequer para chegar ao segundo turno. A essa altura, o personagem de Lula já vivia a Iniciação, segunda etapa da jornada do herói proposta por Campbell (2007), caracterizada pelos aprendizados e as grandes aventuras.

O longo caminho de Lula na jornada em busca da presidência da república permitiu ao herói da narrativa adquirir o conhecimento necessário para enfrentar os verdadeiros desafios que lhe seriam impostos. O caminho de provas, fase que abre a segunda etapa da aventura, foi apresentado inúmeras vezes pela representação audiovisual do JN. Emblemáticas, entretanto, restaram algumas, como a disputa presidencial com Fernando Collor e a edição do último debate, que mostrava exatamente um herói cru, puramente emocional, enfrentando um oponente igualmente enérgico, porém mais controlado e melhor preparado intelectualmente. Lula ainda demoraria bastante para tirar lições de cada aventura que viveu durante o caminho de provas. Mas uma vez compreendida a importância desse aprendizado, seu mito estaria pronto para seguir adiante na trajetória.

A chegada à presidência da república representa, na jornada mítica de Lula, O encontro com a deusa (Campbell, 2007, p. 111). O casamento mítico entre o herói Lula e sua musa, a presidência da república, está presente na abertura do Jornal Nacional e na reportagem de Zileide Silva que foi ao ar no dia 01 de janeiro de 2003.

Fátima Bernardes e Willian Bonner, que ancoram o telejornal, dão início à representação do encontro, mais uma vez carregado de referências a elementos míticos. Mesmo tendo acumulado uma história de oposição ideológica, o discurso dos apresentadores do JN não economiza os recursos retóricos que conferem a Lula a identificação mitológica.

Da mesma forma, o VT de Zileide Silva aposta no apelo emocional que a eleição de Lula representa para a maioria dos eleitores – e possivelmente, também dos telespectadores – do Jornal Nacional. Nele, Lula é o herói consagrado pelo encontro mítico e toda a reportagem refere-se à dimensão desse encontro na jornada do personagem.

Entretanto, as grandes aventuras do herói começam de fato a partir desse encontro. Munido da sabedoria adquirida ao longo da Jornada, “...o encontro com a deusa é o teste final do talento de que o herói é dotado para obter a bênção do amor...” (Campbell, 2007, p. 119).

Lula teve que utilizar todo o conhecimento adquirido durante os 40 anos de trajetória entre o sindicato e a vida pública para constituir um ambiente de governabilidade. Mesmo assim, essa tarefa seria dividida entre ele e seus auxiliares. O mais famoso, José Dirceu, acabaria condenado pela organização do esquema de compra de votos destinado a garantir o apoio parlamentar ao governo, chamado “Mensalão”.

Seria praticamente impossível um esquema dessas proporções acontecer sem o conhecimento do presidente da república. Mas a importância desse episódio está no fato de que ele foi fruto da sede de poder de Lula e do Partido dos Trabalhadores. Aprovar os projetos que serviriam ao plano de governo, e garantir que eventuais deslizes que viessem à tona fossem perdoados, eram tarefas que caberiam às majorias da Câmara e do Senado. Não apenas através do voto, mas do uso da tribuna, uma oposição que se manifesta seria capaz de lançar fumaça sobre qualquer governo democrático. Lula e o PT queriam navegar por águas tranquilas, inaugurar uma nova fase no país e perpetuarem-se no poder. Por isso não mediram esforços para conquistar o apoio de que precisavam. O escândalo do Mensalão representou A

mulher como tentação, terceira fase da Iniciação na jornada do herói de Campbell (2007:121).

A sombra que o escândalo lançou sobre o governo fez com que Lula fosse à televisão. O herói nunca assumiu o conhecimento do esquema – pelo contrário, sempre referiu-se a ele como uma probabilidade – mas reconheceu que, se os indícios fossem verdadeiros, o PT havia de retratar-se. Sabedor das consequências de ter seu nome envolvido, procurou “descolar” sua imagem do próprio partido, mas não deixou de usar sua posição para transmitir, em nome dos companheiros, um pedido oficial de desculpas à nação.

O pedido de desculpas, feito em rede nacional e retratado pelo JN, pode ter representado *A sintonia com o pai* (Campbell, 2007, p.126), fase em que o herói entende-se como indivíduo falível, humano, que cede à tentação do pecado mas deve, a partir daí, transformar-se em um indivíduo melhor.

É essa a provação a partir da qual o herói deve derivar esperança e garantia da figura masculina do auxiliar, por intermédio de cuja magia... ele é protegido ao longo de todas as assustadoras experiências da iniciação, fragilizadora do ego, do pai (CAMPBELL, 2007, p. 128).

A *apoteose* (2007:144), o momento onde o mito passa a ser a referência paradigmática, depois de alcançar a sabedoria através da sintonia e tornar-se “o próprio pai”, pode ser retratada na história de Lula a partir da reeleição, em 2006, tendo como ápice os últimos seis meses de seu governo.

A imagem de Lula, mesmo fragilizada, foi suficientemente forte para derrotar o candidato do PSDB Geraldo Alckmin no segundo turno, pouco mais de um ano depois do surgimento do escândalo do mensalão. A partir de então, Lula não mais governaria pela própria reeleição. Seus atos passaram a levar cada vez menos em consideração a formação da opinião pública. Lula era o herói inatingível e sabia disso. Para os seus correligionários, uma figura dotada de suprema magia. Vencedor da batalha com a oposição, Lula confirmava ser o escolhido. Dificilmente outra pessoa reuniria os atributos que foram responsáveis por auxiliar Lula a passar pelo escândalo surgido em seu governo e vencer uma eleição em tão pouco tempo.

O que seus inimigos pensavam dele, não mais importava tanto. Lula também passou a reunir em torno de sua figura um aparato capaz de combater as críticas através da prática da contrainformação. Se a mídia que tradicionalmente fez oposição ao seu governo manteve-se atuante, a popularização da internet e o surgimento das redes sociais proporcionou à militância petista uma arma poderosa. A tática de combater a informação com informação, que visa desacreditar determinados discursos, é antiga e passou a ser utilizada a favor do plano de poder do Partido dos Trabalhadores, sobretudo, depois da avalanche de denúncias que ocorreu com a eclosão do escândalo do Mensalão. O uso do aparato tecnológico disponível manteve o imaginário da opinião pública domesticado. E os índices de aprovação de seu governo continuariam crescendo. No último ano do governo Lula, o percentual de entrevistados que classificava como ótimo ou bom o governo Lula, medido pelo instituto Datafolha, superava a casa dos 70 pontos.

A fase das aventuras, com os processos de aprendizado e elevação do seu personagem heroico ao nível de representar uma conexão entre o céu e a terra estava chegando ao fim para dar lugar a última etapa da trajetória descrita por Joseph Campbell. Munido dos aprendizados e da significação que alcançou, o mito de Lula teria pela frente um último teste, que poderia confirmar o sucesso de sua jornada. O processo de sucessão presidencial deveria, para isso, eleger sua candidata, Dilma Rousseff.

Lula fez campanha aberta e acompanhou a candidata. Entretanto, durante o início de 2010, a aprovação do governo não transferia totalmente os votos para Dilma e as pesquisas apontavam um favoritismo de José Serra, mais uma vez, candidato da oposição. Surgia também um novo elemento na disputa. Marina Silva, candidata do PSol, uma via alternativa à esquerda praticada pelo PT e que, dissidente do partido de Lula, levava consigo cerca de dez por cento da intenção de votos naquele momento.

Os discursos de Lula propalavam a eleição de Dilma. O mito fez dela a “mãe do PAC”, explorando a simbologia da mulher e mãe, nutridora, atenciosa, melhor administradora que o homem, afeito às coisas da guerra e da conquista. O plano de aceleração do crescimento visava proporcionar melhorias em setores que freavam o

desenvolvimento do país, como as estradas e os portos utilizados no escoamento das safras agrícolas. A descoberta das jazidas de petróleo na camada do pré-sal e o anúncio da possibilidade de exploração desse manancial colocava a estatal Petrobrás potencialmente entre as grandes produtoras do mundo. Eram bandeiras extras da campanha, colocadas estrategicamente em evidência nos últimos anos do governo, depois de uma pretensa e alegada erradicação da fome e do analfabetismo. Mesmo que, no caso da Petrobrás, significasse o praticamente abandono do incentivo à produção de Etanol, que havia sido defendido com unhas e dentes durante os primeiros anos do governo Lula, como uma alternativa sustentável à emissão de poluentes representada pela utilização de combustíveis fósseis, como o carvão e, vejam só, dos próprios derivados do petróleo, que agora pareciam ser a bola da vez. Ainda assim, a manutenção dos programas sociais, que admitiam cada vez mais beneficiados, sustentava em grande parte a satisfação das comunidades mais carentes em relação ao governo.

Até junho, as pesquisas apontavam um empate técnico na casa dos 30 e 40 pontos percentuais entre as intenções de voto para os candidatos de Lula e do PSDB. Marina Silva corria por fora, atingindo a preferência de dez a quinze por cento dos eleitores. Em julho, a virada e, daí em diante, passou-se a ventilar-se a possibilidade de uma vitória da candidata petista em primeiro turno, coisa que não fora conquistada nem mesmo por Lula.

Entretanto, a julgar pela satisfação dos eleitores com a gestão de Lula, a vitória de Dilma era favas contadas. Desde fevereiro, o instituto Datafolha verificava medições acima dos 70 pontos percentuais em relação aos entrevistados que avaliavam o governo Lula como ótimo ou bom. De julho em diante, o percentual passou a beirar os 80 pontos.

Mas Dilma precisaria do segundo turno para eleger-se. Depois de atingir 47 milhões de votos no dia 3 de outubro de 2010, praticamente 47 por cento dos votos válidos, a candidata fechou a conta e obteve 55 milhões de votos para ser confirmada como a primeira presidente mulher do Brasil.

A candidata nunca havia sido submetida ao crivo das urnas. Era dissidente do partido de Leonel Brizola, apesar de ter perfilado entre os revolucionários que fundaram o PT durante o regime militar. A eleição de Dilma é uma vitória de Lula e com ela a confirmação da *bênção última* (2007:163), a aventura final da Iniciação, superada sem grande esforço, evidenciando a dimensão que o herói tomara e a força dos seus poderes.

A facilidade com que a aventura é realizada aqui significa que o herói é um homem superior, um rei nato... Onde o herói comum teria um teste diante de si, o eleito não encontra nenhum empecilho e não comete erros (Campbell, 2007, p. 163).

Era por fim, chegada a hora do herói voltar para casa. Cumprir a etapa derradeira de sua jornada, e levar para junto dos seus o próprio mito em comunhão. Dividir os ensinamentos, inspirar e dar lugar para os novos heróis, fechando sua participação no ciclo da vida. Entretanto, a vida excitante de aventuras, por vezes, faz com que o personagem não aceite o seu destino, no que Campbell convencionou chamar de *A Recusa do Retorno* (idem).

Foi o que aconteceu com nosso herói. Toda a campanha de Dilma Rousseff indicara a continuidade do governo Lula. A oposição brincava que, com a vitória da candidata petista, não haveria uma troca de governo, mas uma reforma ministerial (Pinto, 2011). Lula citava a sua participação dali por diante como “conselheiro” e, quando questionado sobre a possibilidade de voltar à disputar a presidência, lembrava seu sucesso como algo que não poderia ser simplesmente esquecido.

A nossa análise encontrou, não apenas no contexto, mas também na reportagem sobre a entrega do cargo de Lula para Dilma Rousseff, uma série de elementos que evidenciaram a recusa do retorno. Eles ficaram claros no discurso do JN, que mostrou um Lula que se despedia da presidência sem despedir-se da influência.

Os gestos do personagem, narrados pela repórter Zileide Silva e apresentados através das imagens daquele 01 de janeiro de 2010, mostraram repetidas vezes um homem apegado aos símbolos de poder. É o que acontece, por exemplo, quando Lula dá uma última olhada para a faixa presidencial, a representação da deusa. Há um

diálogo ali, uma história de cumplicidade que, ao contrário de uma despedida, significa a intenção de continuidade.

Também a imagem do ex-presidente chorando, emocionalmente incapacitado de descer a rampa do Palácio do Planalto, evidentemente manifestando sua vontade de lá permanecer. Lula é conduzido por Dilma, que quebrou o protocolo para que o mito pudesse seguir seu destino.

A descida da rampa é um gesto simbólico tradicional entre os chefes do executivo nacional que deixam o poder. Por cerimonial, é realizada sem o novo titular empossado, talvez para marcar significação do ato, daquele indivíduo que está retornando, descendo do nível onde encontra-se o térreo do Palácio do Planalto, para o plano da vida comum, onde encontra-se o povo que acompanha a cerimônia.

Esse gesto representaria a *passagem pelo limar do retorno*, e foi realizado por Lula mediante a *ajuda externa* de Dilma (2007:206). Ao menos simbolicamente, o mito realizara seu destino, e a reportagem representava esse momento seguido do encontro de Lula com o povo que acompanhava a passagem do cargo.

Um último momento do VT, entretanto, mostra justamente o contrário. O mito embarca no avião presidencial, o “Aerolula”, que fora símbolo da vaidade do personagem à época de sua aquisição, acompanhado, entre outros passageiros, de um antigo inimigo, muitas vezes acusado de coronelismo pelo próprio Lula, o também ex-presidente e senador José Sarney. O ato e a referência, tanto à aeronave quanto ao político que acompanhava Lula, sugerem que o herói levava consigo as contradições que marcaram o seu governo. Aparenta até mesmo um desejo editorial do JN de que tivesse início uma nova fase nos domínios da presidência; que apesar dos avanços e das conquistas, naqueles últimos oito anos havia presenciado também, o vigorar da falta de decoro e a banalização da corrupção, talvez com a anuência, talvez com a orientação do próprio ex-presidente, que acenava agora para os repórteres da janela do comandante do avião que o levaria até São Bernardo do Campo, em São Paulo.

Estaria esperando por Lula, a partir de então, a tarefa de

...aceitar como real, depois de ter passado por uma experiência da visão de completeza, que traz satisfação à alma, as alegrias e tristezas passageiras, as banalidades e ruidosas obscenidades da vida. (CAMPBELL, 2007, p.215)

Entretanto deixa a dúvida se essa passagem e o Retorno foram de fato realizados pelo espírito do herói. Lula, apesar de ter descido à rampa reencontrado o povo, manteria sua participação na vida política ao longo do governo Dilma Rousseff. A ele foram atribuídas indicações de ministros, aconselhamentos pessoais à presidente e, até mesmo, o envolvimento na tentativa de adiar o julgamento do escândalo do mensalão através do uso de sua influência política sobre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Lula não deixa de ser um herói. Um mito brasileiro, identificado com o povo em suas qualidades, desejos e artimanhas. A sua trajetória, apesar de não ter acontecido de forma completa, está perfeitamente retratada através dos três vídeos que serviram como objetos de análise neste trabalho.

A narrativa jornalística, em grande medida, foi responsável pela identificação de Lula com os símbolos sobrenaturais e o carisma que caracterizam o herói. Desde os anos 70, Lula foi representado, seguindo os passos narrativos da estrutura proposta por Campbell. Dando-se por conta ou não, o Jornal Nacional sempre agiu de maneira a confirmar a existência do mito, mesmo que isso representasse um prejuízo de ordem ideológica para o grupo de comunicação da Rede Globo.

Em relação ao mito e sobre a possibilidade de novos capítulos nessa história, Campbell dá uma dica:

Se o herói obtiver, em seu triunfo, a bênção da deusa ou do deus e for explicitamente encarregado de retornar ao mundo com algum elixir destinado à restauração da sociedade, o estágio final de sua aventura será apoiado por todos os poderes do seu patrono sobrenatural. Por outro lado, se o troféu tiver sido obtido com a oposição do seu guardião, ou se o desejo do herói no sentido de retornar para o mundo não tiver agradado aos deuses ou demônios, o último estágio do ciclo mitológico será uma viva, e com frequência cômica, perseguição. (CAMPBELL, 2007, p. 198)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

ARON, Raymond. **Mitos e Homens**. Tradução Tomás Ribeiro Colaço. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. **Prefácio à 3ª Edição de Retórica de Aristóteles – Obras completas**. Vol VIII, Tomo I, 3. ed. Lisboa: Centro de filosofia da Universidade de Lisboa. Imprensa nacional: Casa da Moeda, 2006.

ALSFORD, Mike. **Heroes and Villains**. Waco, TX: Baylor University Press, 2006.

BARBEIRO, Heródoto; DE LIMA, Paulo Rodolfo. **Manual de Telejornalismo: o segredo das notícias na TV**. Rio de Janeiro. Campus, 2002.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução de: Rita Buongiorno e Pedro de Souza, 4. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1980.

_____. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total: mito-ironias da era do visual e da imagem**. Tradução de: Juremir Machado da Silva. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: Um Estudo da Cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2005.

BELL, Allan. **The language of news media**. Oxford: Blackwell, 1991.

BITTENCOURT, Luís Carlos. **Manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

BLASQUEZ, Niceto. **Ética e meios de comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1999.

BONNER, Willian. **Jornal Nacional: Modo de Fazer**. São Paulo: Editora Globo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRUNK, Samuel. **Heroes & Hero Cults in Latin America**. Austin, TX: University of Texas Press, 2006.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**. Tradução de: David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução de: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.

_____. **O poder do mito**. Tradução de: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O improvável presidente do Brasil. Recordações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHRISTIE, Frances; MARTIN, James Robert, eds. **Genre and institutions: Social processes in the workplace and school.** USA: International Publishing Group, 2005.

COSTA, Jorge Campos da. **Filosofia da Linguística, Filosofia das Ciências e Metateoria das Interfaces.** 2007.

_____. **Pragmática, Retórica e Interfaces.** Porto Alegre: 2013

CURADO, Olga. **A notícia na TV: O dia-a-dia de quem faz telejornalismo.** São Paulo: Alegre, 2002.

CZITROM, Daniel J. **Media and the american mind: from Morse to McLuhan.** Chapel Hill, North Caroline, 1982.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral.** Tradução de: Hélder Godinho. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno.** Tradução de: José Antonio Ceschin. São Paulo: Mercuryo, 1992.

_____. **Mito e realidade.** Tradução de: Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FERRÉS, Joan. **Televisão Subliminar. Socializando através de comunicações despercebidas.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na comunicação: do sílex ao silício.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas.** Tradução de: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GREEN, Maury. **Periodismo em TV.** Tradução de: Roberto Juan Walton. Buenos Aires: Editorial Troquel S.A., 1973.

HOINEFF, Nelson. **TV em expansão.** Rio de Janeiro: Record, 1991.

_____. **A nova Televisão. Desmassificação e o impasse das grandes redes.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado.** Tradução de: Antônio Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** Tradução de: Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos. Ethos discursivo.** São Paulo: Contexto, 2008.

- MACIEL, Pedro. **Jornalismo de televisão: normas práticas**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1995.
- MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.
- MEYER, Michel. **As bases da retórica. Retórica e comunicação**. Tradução de: Fernando Marinho. Lisboa: Edições Asa, 1994.
- MIGUEL, Luis Felipe Miguel. **Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994**. Campinas: Editora Unicamp, 2000.
- ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas: Papyrus, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PARANÁ, Denise. **A história de Lula: O filho do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Objetiva, 2010.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PINTO, José Nêumane. **O que sei de Lula**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTEC, Lucie. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- POSTMAN, Neil. **Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia**. Nobel, 1992.
- RANK, Otto. **El mito del nacimiento del héroe**. Barcelona: Paidós, 1991.
- REIS, Daniel Aarão. **O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia, 1964 - ... v. 1**, Rio de Janeiro: Record, 2007.
- RESENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.
- RIESMAN, David. **As tradições oral e escrita**, in CARPENTER, Edmund & MCLUHAN, Marshall, org. **Revolução na Comunicação**, 1974.
- SAMPAIO, Walter. **Jornalismo Audiovisual**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1971.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores**. vol. 6. São Paulo: Summus Editorial, 1985.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução de: Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: 2005.
- SQUIRRA, Sebastião Carlos de Moraes. **Aprender Telejornalismo: Produção e técnica**. 2. ed. São Paulo, 1995.
- THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**; tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Tradução de: Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TOURINHO, Carlos Alberto Moreira. **Inovação no Telejornalismo: O que você vai ver a seguir.** Vitória: Espaço Livros, 2009.

WAINBERG, Jacques A. **Casa-grande e senzala com antena parabólica: telecomunicação e o Brasil.** Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

WILSON, H. Hubert. **Roots of Political Behavior: Introduction to Government and Politics.** New York: American Book Co., 1949.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação.** Tradução de: Zélia Leal Adghirni – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. **Elogio ao grande público. Uma teoria crítica da televisão.** São Paulo: Ática, 1996.

YANARDELLA, Ernest J. **Political Mythology and Popular Fiction.** New York: Greenwood Press, 1988.

REVISTAS:

BREED, Warren. Revista **Social Forces**, v.33, n.4, p. 326-335, 1955.

COSTA, Jorge Campos da. Textos e contextos (na interface semântica/pragmática). **Famecos**, Porto Alegre, v.1, n.23, p. 85-96, 2004.

DURAND, Gilbert. O retorno do mito: introdução à mitodologia. Mitos e sociedades. **Famecos**, n. 23, abril/2004.

MATOS, Olgária Chain Féres. Construção e desaparecimento do herói: uma questão de identidade nacional. **Tempo Social**, USP, junho/ 1995.

MACHADO, Marcia Benetti. Jornalismo e Perspectivas de Enunciação: uma abordagem metodológica. **Intertexto**, Porto Alegre: UFRGS, v.1, n.14, 1-11 jan/jun 2006.

MEYROWITZ, Joshua. As múltiplas alfabetizações midiáticas, **Famecos**, ago/2001.

MIGUEL, Luís Felipe. Em torno do Conceito de Mito Político. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 41, 1998.

_____. Dossiê “Mídia e Política”. **Sociologia e Política**, Curitiba, Jun/2004.

MOTTA, Luíz Gonzaga Motta. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Ecompós**, dez/2004.

_____. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? **SBPJor**, nov/2009.

NEVES **Revista Brasileira de História**,v.21.n.40,2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000100006&script=sci_arttext>

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetáculo, Política e Mídia. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**.2002,p. 1-26. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=rubim-antonio-espetaculo-politica.html>

FILMES:

SALES, João Moreira. **Entreatos**. São Paulo, 2003. Assistido em março de 2014.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CAa9zGxFXWo>>

VÍDEOS:

Trechos da entrevista de Lula ao programa **Vox Populi**, TV Cultura. São Paulo, 1978. Assistida em março de 2014.

Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=epAymmKpn0o>

Entrevista de Lula ao programa **Canal Livre**, TV Bandeirantes. São Paulo, 1981. Assistida em março de 2014.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KsXFJDYmjAI>>

Greves do ABC. **Jornal Nacional**. São Paulo, 1979. **Memória Globo**. Assistida em março de 2014.

Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/greves-do-abc.htm>>

Posse de Lula. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, 2003. **Memória Globo**. Assistida em março de 2014.

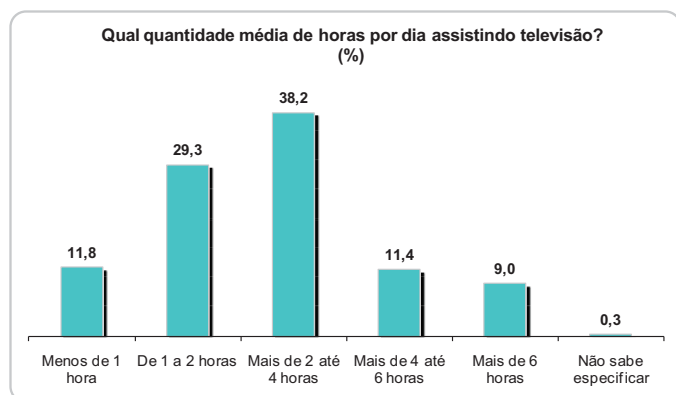
Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/eleicoes-presidenciais-2003/2347085/>>

Transmissão do cargo de Lula para Dilma. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, 2010. **Youtube**. Assistida em março de 2014.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=W7LwDTG88b0>>

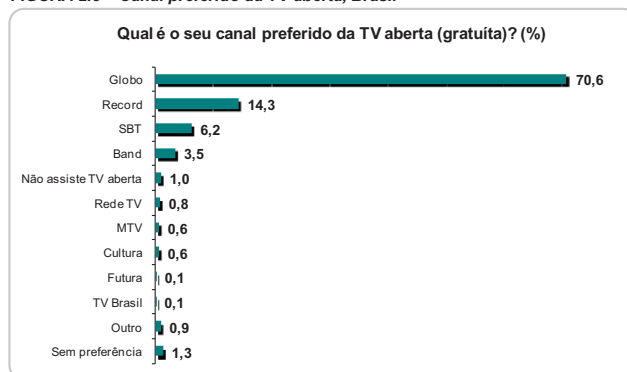
ANEXO A - HÁBITOS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DE OPINIÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA II (META, 2010)

FIGURA 2.2 – Quantidade diária de horas assistidas de televisão, Brasil



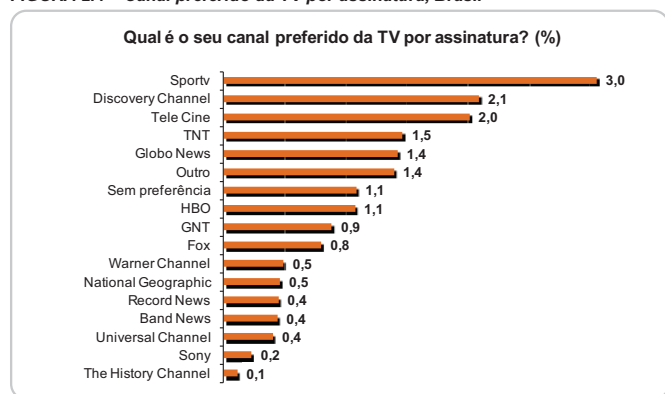
Base de estimativas percentuais ponderado: 11.301 (Correspondente a 94,2% da população que costumam assistir televisão)

FIGURA 2.3 – Canal preferido da TV aberta, Brasil



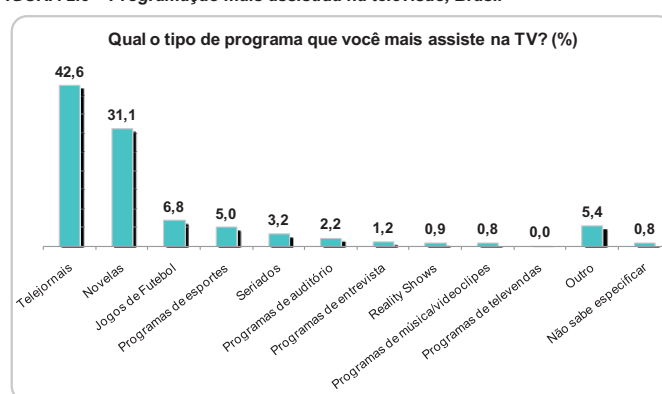
Base de estimativas percentuais ponderado: 11.301 (Correspondente a 94,2% da população que costumam assistir televisão)
Rua Boqueirão, 706 - S/ 102 - CEP 92032-970 - Bairro Estância Velha - Canoas / RS, Brasil - Fone: (51) 3315.2456 - Fax: (51) 3339.6933
Site: www.metapesquisa.com.br - Email: meta@metapesquisa.com.br

FIGURA 2.4 – Canal preferido da TV por assinatura, Brasil



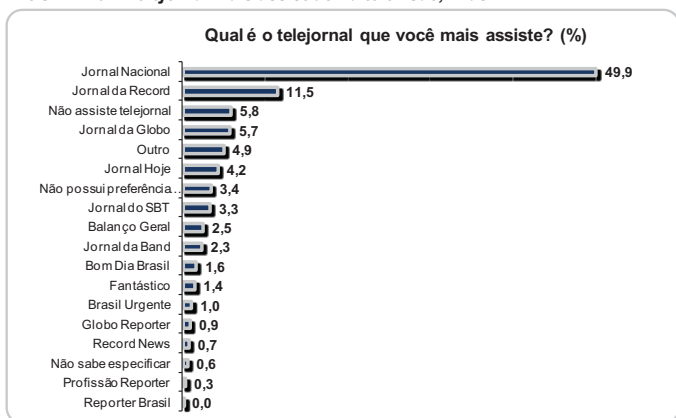
Base de estimativas percentuais ponderado: 11.301 (Correspondente a 94,2% da população que costumam assistir televisão)
NOTA: o percentual de 82,2%, correspondente a alternativa "não assiste TV por assinatura" foi omitido do gráfico

FIGURA 2.5 – Programação mais assistida na televisão, Brasil



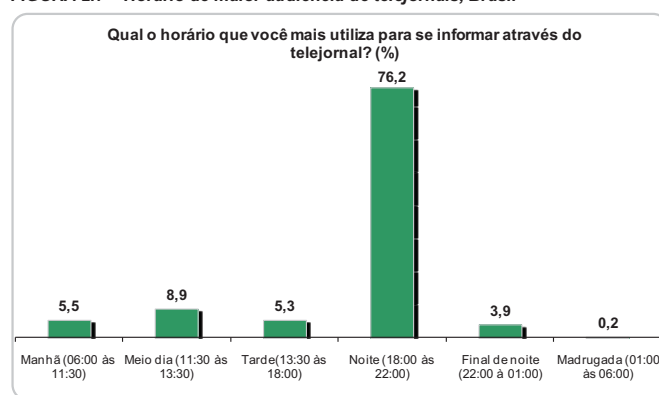
Base de estimativas percentuais ponderado: 11.301 (Correspondente a 94,2% da população que costumam assistir televisão)

FIGURA 2.6 – Telejornal mais assistido na televisão, Brasil



Base de estimativas percentuais ponderado: 11.301 (Correspondente a 94,2% da população que costumam assistir televisão)

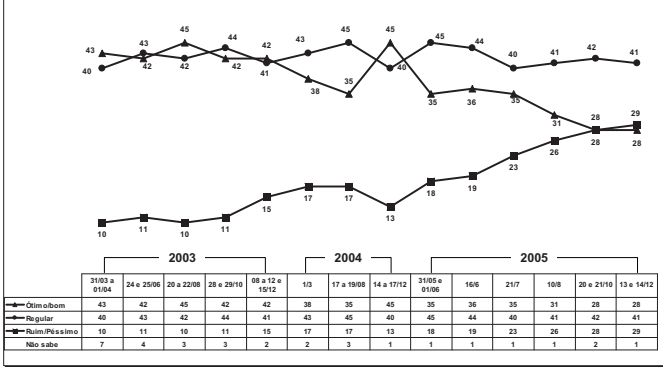
FIGURA 2.7 – Horário de maior audiência de telejornais, Brasil



Base de estimativas percentuais ponderado: 10.645 (Correspondente a população que costuma assistir televisão e assistir a telejornais)

ANEXO B - AVALIAÇÃO GOVERNO LULA 2003 - 2010

Evolução da avaliação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Resposta estimulada e única, em %) 2003 a 2005

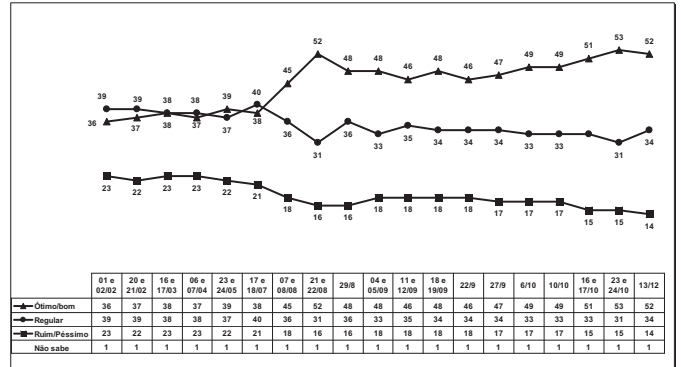


Fonte: Na sua opinião o presidente Lula está fazendo um governo:
Base: Total da amostra - Brasil

www.datafolha.com.br



Evolução da avaliação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Resposta estimulada e única, em %) 2006

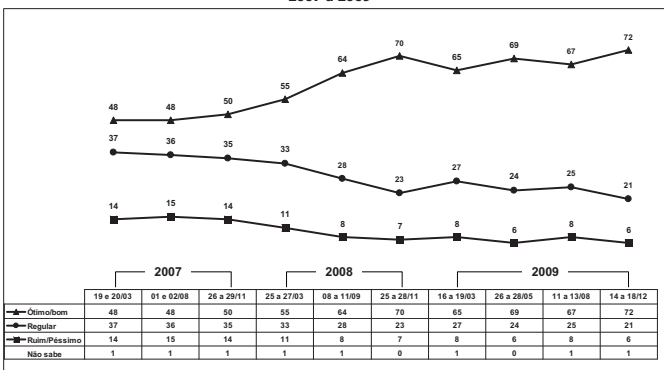


Fonte: Na sua opinião o presidente Lula está fazendo um governo:ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
Base: Total da amostra - Brasil

www.datafolha.com.br



Evolução da avaliação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Resposta estimulada e única, em %) 2007 a 2009

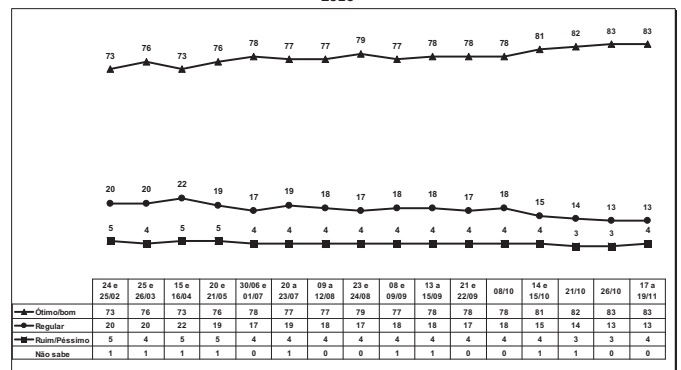


Fonte: Na sua opinião o presidente Lula está fazendo um governo:ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
Base: Total da amostra - Brasil

www.datafolha.com.br



Evolução da avaliação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Resposta estimulada e única, em %) 2010



Fonte: Na sua opinião o presidente Lula está fazendo um governo:ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
Base: Total da amostra - Brasil

www.datafolha.com.br



ANEXO C – ROTEIRO DE ANÁLISE

1. Identificar e relacionar os contextos sócio-históricos de produção e transmissão dos discursos identificando os interdiscursos e levando em consideração os momentos propícios para a utilização de elementos de narrativas míticas conforme o referencial teórico deste trabalho.
2. Interpretar os discursos audiovisuais a partir dos elementos textuais, orais e imagéticos, buscando identificar estratégias retóricas que confirmem, reforcem ou neguem a figura de Lula como mito.
3. Identificar possíveis relações dos objetos estudados com a proposta de Trajetória do Herói de Joseph Campbell.